



**UFS – UNIVERSIDADE FEDERAL DO SERGIPE  
POSGRAP - PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA  
COORDENAÇÃO DE PÓS GRADUAÇÃO  
NPGeo - NÚCLEO DE PÓS GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA**

**ROBERTO JOSÉ DA SILVA**

**CRIMINALIDADE VIOLENTA: ANÁLISE DA DINÂMICA ESPACIAL NA SUB-  
REGIÃO DE ITABUNA – BAHIA, 2003 – 2007.**

**SÃO CRISTÓVÃO – SERGIPE  
2009**

**ROBERTO JOSÉ DA SILVA**

**CRIMINALIDADE VIOLENTA: ANÁLISE DA DINÂMICA ESPACIAL NA SUB-  
REGIÃO DE ITABUNA – BAHIA, 2003 – 2007.**

Dissertação apresentada, para obtenção do título  
de Mestre em Geografia, à Universidade Federal  
de Sergipe – UFS.

Área de concentração: Organização e Dinâmica  
do Espaço Regional.

Orientadora: Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup> Vera Lúcia Alves França.

**SÃO CRISTÓVÃO – SERGIPE  
2009**

**ROBERTO JOSÉ DA SILVA**

**CRIMINALIDADE VIOLENTA: ANÁLISE DA DINÂMICA ESPACIAL NA SUB-  
REGIÃO DE ITABUNA – BAHIA, 2003 – 2007.**

São Cristóvão – SE, 19 de Junho de 2009.

**BANCA EXAMINADORA**

---

**Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Vera Lúcia Alves França**  
**UFS**  
**(Orientadora)**

---

**Prof. Dr Dean Lee Hansen**  
**UFS**  
**(Examinador)**

---

**Prof. Dr.<sup>a</sup> Vânia Fonseca**  
**UFS**  
**(Examinadora)**

Ao Deus, criador dos céus e da Terra, pelo dom da vida e da inteligência humana.

“Os céus manifestam a glória de Deus e o firmamento anuncia a obra das suas mãos; um dia faz declaração a outro dia, e uma noite mostra sabedoria a outra noite; sem linguagem, sem fala, ouvem-se as suas vozes em toda a extensão da terra, e as suas palavras, até ao fim do mundo.” Salmo 19:1-3. (Bíblia).

## **AGRADECIMENTOS**

Agradecer é um ato nobre e raro no mundo atual. É reconhecer que somos seres sociais e, portanto, dependentes uns dos outros, pois não existe auto-suficiência. O ato de agradecer de dizer “obrigado”, “você me ajudou”, requer ato estima elevada, sentimento de liberdade, ausência de competição e de certa forma altruísmo, pois deixar que os outros ajudem, é ajudar os outros, é interagir, é alteridade. Dessa forma, ao longo de minha vida venho aprendendo e exercitando o ato de agradecimento. Agradecer é preciso! Portanto, agradeço:

- À Professora Dr<sup>a</sup> Vera Lúcia Alves França, pela sábia orientação e sugestões;
- A todos os colegas de mestrado e doutorado, que fizeram da turma de 2007, uma “grande família”;
- À Julian Trevenin, pelo apoio e orientação na base cartográfica de minha área de pesquisa;
- Ao Núcleo de Pós-Graduação em Geografia e sua equipe de docentes e funcionários;
- Às meninas da estatística do CEDEP Itabuna, Claudinha, Ana Lovro e Lina Maria;
- Aos colegas de trabalho na Polícia Civil em Itabuna, pelo apoio e incentivo moral;
- À minha esposa, Saionara Silva, pelo apoio, compreensão e conforto emocional;
- À minha mãe, Maria Luz;
- Aos profissionais que foram entrevistados para compor este trabalho;
- Aos Delegados de Polícia Katiana Amorim (minha chefe!), Clodovil, Lúcia Pereira, Sione Porto, Moisés Damasceno, Jackson Silva, pelo apoio e incentivo moral.

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA CENTRAL  
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE

S586c Silva, Roberto José da  
Criminalidade violenta : análise da dinâmica espacial  
na sub-região de Itabuna – Bahia, 2003 - 2007 /  
Roberto José da Silva. – São Cristóvão, 2009.  
110 f. : il.

Dissertação (Mestrado em Geografia) – Núcleo de  
Pós-Graduação em Geografia, Pró-Reitoria de Pós-  
Graduação e Pesquisa, Universidade Federal de  
Sergipe, 2009.

Orientador: Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Vera Lúcia Alves França.

1. Geografia regional – Itabuna, BA. 2. Assentamentos  
humanos. 3. Criminalidade urbana. 4. Territorialidade  
humana. I. Título.

CDU 913(813.8)



## **CRIMINALIDADE VIOLENTA: ANÁLISE DA DINÂMICA ESPACIAL NA SUB-REGIÃO DE ITABUNA – BAHIA, 2003 – 2007**

### **RESUMO**

A presente dissertação de mestrado, fundamentada numa perspectiva geográfica, teve como escopo principal a análise espacial da criminalidade violenta nas modalidades crimes contra a vida e crimes contra o patrimônio, na Sub-Região de Itabuna – Bahia, no período de 2003 a 2007, sua relação com fatores de carência social e de falta de intervenção de políticas públicas. Ainda buscou-se analisar como a criminalidade violenta é influenciada e influencia na organização do espaço regional. Na fase da pesquisa aplicada, foram utilizados dados estatísticos secundários, de categoria documental, fornecidos pelo Centro Integrado de Estatística da Polícia Civil, além de pesquisas em inquéritos e dossiês de inquéritos policiais, bem como dados do IBGE e outras instituições que tratam sobre o tema proposto. Ainda foram realizadas entrevistas com delegados de polícia, promotor de justiça e um juiz de direito para buscar explicações e esclarecimentos sobre a ocorrência do fenômeno. Nessa fase, houve um retorno ao campo, para visitas aos municípios da região que se destacaram na incidência criminal, para compor quadros fotográficos. A criminalidade tem maior incidência em municípios mais urbanizados e com maiores índices de carências e demandas sociais, bem como há forte relação entre periferização, crime letal contra a vida e tráfico de drogas no varejo.

**Palavras-chave:** Criminalidade violenta, exclusão socioespacial, organização do espaço e região.

## **DELINCUENCIA VIOLENTA: ANÁLISIS DE LA DINÁMICA ESPACIAL EN SUB-REGIÓN DE ITABUNA – BAHIA, 2003 - 2007**

### **RESUMEN**

Esta tesis de máster, sobre la base de una perspectiva geográfica, tuvo como principal objetivo el análisis espacial de la delincuencia violenta, en la forma en delitos contra la vida y los delitos contra la propiedad, la Sub-Región Itabuna - Bahia, en el período 2003 a 2007, su relación con factores de la privación social y la falta de participación de las políticas públicas. Aunque hemos tratado de explicar cómo un crimen violento está influido e influye en la organización del espacio regional. En la fase de investigación aplicada, que utiliza datos estadísticos lado, la categoría de documentales, proporcionada por el Centro Integrado de Estadísticas de la Policía Civil, además de estudios e investigaciones sobre cuestiones de las investigaciones policiales, así como los datos del IBGE y otras instituciones que tratan sobre el tema propuesta. Se celebraron entrevistas con representantes de la policía, la fiscalía y un tribunal de derecho, a pedir explicaciones y aclaraciones sobre la aparición del fenómeno. Incluso en ese momento, hubo un retorno al campo, visitas a la región destacó el impacto que la penal, imágenes para componer la foto. El delito tiene una mayor incidencia en las más desarrolladas ciudades con mayores índices de pobreza y las demandas sociales, y existe una fuerte relación entre *periferização*, letal delito contra la vida y el tráfico de drogas en el comercio minorista.

**Palabras llave:** Los delitos violentos, la exclusión socioespacial, la organización del espacio y de la región.

## LISTA DE QUADROS

|   |                                                                             |    |
|---|-----------------------------------------------------------------------------|----|
| 1 | Macrodimensões do processo para determinação de violência e crime.....      | 13 |
| 2 | Fenômeno homicídio doloso e sua relação com fatores de carência/pobreza.... | 14 |
| 3 | Distinção e significado de poder, vigor e força.....                        | 17 |
| 4 | Tipos de violência.....                                                     | 20 |
| 5 | Evolução do conceito de região.....                                         | 36 |

## LISTA DE TABELAS

|   |                                                                                                                                                                                  |    |
|---|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----|
| 1 | Crimes violentos letais intencionais, ocorridos em 2004, segundo nº e taxa p/ 100 mil/habitantes nos trinta municípios mais violentos com população superior a 100 mil hab. .... | 30 |
| 2 | Crimes violentos letais intencionais, ocorridos em 2005, segundo nº e taxa p/ 100 mil/habitantes nos trinta municípios mais violentos com população superior a 100 mil hab. .... | 30 |
| 3 | Área plantada com cacau e a produtividade baiana no período de 1994 a 1999.....                                                                                                  | 46 |
| 4 | Sub-Região de Itabuna: População 2000 - 2007.....                                                                                                                                | 50 |
| 5 | Sub-Região de Itabuna: Exclusão social, 2000.....                                                                                                                                | 52 |

## LISTA DE FIGURAS

|    |                                                                                                                       |    |
|----|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----|
| 1  | Distribuição Mensal dos Crimes Violentos Letais Intencionais no Brasil em 2004 e 2005 .....                           | 27 |
| 2  | Brasil ocorrências de crimes violentos letais intencionais em 2005 .....                                              | 28 |
| 3  | Microrregião Ilhéus – Itabuna: Mapa de localização.....                                                               | 39 |
| 4  | Mesorregião Sul da Bahia: precipitação pluviométrica anual.....                                                       | 41 |
| 5  | Brasil: evolução da produção de cacau de 1900 – 2005.....                                                             | 43 |
| 6  | Bahia: produção de cacau de 1972 a 2005.....                                                                          | 44 |
| 7  | Evolução da população da Microrregião Itabuna – Ilhéus, 1980 – 2007.....                                              | 47 |
| 8  | Localização da Sub-Região de Itabuna – Bahia.....                                                                     | 49 |
| 9  | Sub-Região Itabuna: distribuição anual dos crimes violentos contra a vida, 2003 - 2007.....                           | 53 |
| 10 | Sub-Região de Itabuna: distribuição do ano de 2003 a 2007.....                                                        | 54 |
| 11 | Sub-Região de Itabuna: crimes violentos contra a vida por dez mil habitantes, 2003 – 2007.....                        | 55 |
| 12 | Sub-Região de Itabuna: motivos no cometimento do homicídio doloso e lesão corporal seguida de morte, 2003 - 2007..... | 56 |
| 13 | Sub-Região Itabuna: latrocínio, 2003 – 2007.....                                                                      | 57 |
| 14 | Sub-Região de Itabuna: horário de ocorrência dos crimes violentos contra a vida, 2003 - 2007.....                     | 59 |
| 15 | Sub-Região de Itabuna: meio empregado para o cometimento de crimes violentos contra a vida, 2003 - 2007.....          | 60 |
| 16 | Sub-Região de Itabuna: furtos e roubos e veículos/motocicletas, 2003 - 2007.                                          | 62 |
| 17 | Sub-Região Itabuna: assaltos à mão armada por 10 mil habitantes, 2003 - 2007.....                                     | 63 |
| 18 | Sub-Região Itabuna: ocorrências de furtos, 2003 – 2007.....                                                           | 65 |
| 19 | Mapa de localização de Itabuna.....                                                                                   | 69 |

|    |                                                                                                                                                                 |    |
|----|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----|
| 20 | Itabuna: Mancha Urbana.....                                                                                                                                     | 70 |
| 21 | Vista aérea de Itabuna.....                                                                                                                                     | 71 |
| 22 | Itabuna: perfis comparativos profissional de homicidas e vítimas, 2003 – 2007.....                                                                              | 74 |
| 23 | Itabuna: perfis comparativos do nível de instrução de homicidas e vítimas, 2003 – 2007.....                                                                     | 75 |
| 24 | Itabuna: Bairro Nova Califórnia.....                                                                                                                            | 76 |
| 25 | Itabuna: crimes violentos contra a vida, 2002 – 2008.....                                                                                                       | 77 |
| 26 | Percentual de crimes violentos contra a vida por bairros, 2002 - 2008.....                                                                                      | 79 |
| 27 | Itabuna: Áreas de Acentuada Pobreza e Extrema Miséria e sua correlação com crimes violentos contra a vida, 2003 – 2007.....                                     | 83 |
| 28 | Periferia de Itabuna, com destaque aos bairros São Pedro, Pedro Jerônimo, Fonseca e Maria Pinheiro.....                                                         | 84 |
| 29 | Periferia de Itabuna, com destaque aos bairros São Lourenço, Santo Antonio e novo Horizonte.....                                                                | 85 |
| 30 | Itabuna: entorpecentes apreendidos, 2003-2007.....                                                                                                              | 86 |
| 31 | Itabuna: localização de “Pontos de venda de drogas”, 2003 - 2007.....                                                                                           | 88 |
| 32 | Itabuna: quadra esportiva do Bairro Califórnia.....                                                                                                             | 89 |
| 33 | Itabuna: Praça do Bairro Santa Inez.....                                                                                                                        | 90 |
| 34 | Itabuna: motivos no cometimento de homicídio doloso e lesão corporal seguida de morte, 2003 - 2007.....                                                         | 91 |
| 35 | Itabuna: motivos no cometimento de crime letal contra a vida, 2003 - 2007....                                                                                   | 92 |
| 36 | Residências localizadas em Bairros de classe média alta, respectivamente no Góes Calmon e Jardim Vitória, com um novo padrão de arquitetura e de segurança..... | 94 |
| 37 | Sala de vídeomonitoramento da Polícia Militar de Itabuna.....                                                                                                   | 95 |
| 38 | Companhia de Polícia Comunitária, respectivamente do Bairro Conceição e Califórnia.....                                                                         | 96 |
| 39 | Delegacias do Complexo Policial de Itabuna.....                                                                                                                 | 97 |

|    |                                                                                                  |    |
|----|--------------------------------------------------------------------------------------------------|----|
| 40 | Outdoor de peças publicitárias distribuídas em diversos bairros de Itabuna da Agência Art 3..... | 98 |
|----|--------------------------------------------------------------------------------------------------|----|

**LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS**

|           |                                                           |
|-----------|-----------------------------------------------------------|
| CEDEP     | Centro de Estatística e Documentação Policial             |
| CEPLAC    | Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira          |
| DEPIN     | Departamento de Polícia do Interior                       |
| IBGE      | Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística           |
| IDH       | Índice de Desenvolvimento Humano                          |
| NPGeo     | Núcleo de Pós-Graduação de Geografia                      |
| ONU       | Organizations of Nations United                           |
| POSGRAP   | Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa                  |
| SECRIMPO  | Seção de Crimes de Pequeno Potencial Ofensivo             |
| SEI       | Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia |
| SENASP    | Secretaria Nacional de Segurança Pública                  |
| SEPLANTEC | Secretaria de Planejamento, Ciência e Tecnologia          |
| SSP/BA    | Secretaria de Segurança Pública de Estado da Bahia        |
| TCO       | Termo Circunstanciado de Ocorrência                       |
| UESC      | Universidade Estadual de Santa cruz                       |
| UFS       | Universidade Federal de Sergipe                           |
| 6ª CORPIN | Sexta Coordenadoria Regional de Polícia do Interior       |
| 15º BPM   | Décimo Quinto Batalhão de Polícia Militar                 |

## SUMÁRIO

|                                                                                          |           |
|------------------------------------------------------------------------------------------|-----------|
| LISTA DE QUADROS .....                                                                   | vii       |
| LISTA DE TABELAS .....                                                                   | viii      |
| LISTA DE FIGURAS .....                                                                   | ix        |
| LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS .....                                                     | xii       |
| <br><b>Resumo .....</b>                                                                  | <b>v</b>  |
| <b>Abstract .....</b>                                                                    | <b>vi</b> |
| <b>INTRODUÇÃO .....</b>                                                                  | <b>1</b>  |
| <br><b>I        EXCLUSÃO SOCIOESPACIAL E A VIOLÊNCIA CRIMINAL .....</b>                  | <b>7</b>  |
| <b>1.1      Criminalidade violenta e a produção do espaço .....</b>                      | <b>12</b> |
| <b>1.2      Notas conceituais sobre violência e crime .....</b>                          | <b>16</b> |
| 1.2.1   Crimes violentos contra a vida .....                                             | 22        |
| 1.2.1.1 Homicídio doloso .....                                                           | 22        |
| 1.2.1.2 Lesão corporal seguida de morte .....                                            | 22        |
| 1.2.2   Crimes contra o patrimônio: assalto e furto .....                                | 23        |
| 1.2.2.1 Latrocínio .....                                                                 | 24        |
| 1.2.3   Tráfico e uso de drogas entorpecentes .....                                      | 25        |
| <b>1.3      Violência criminal no Brasil: estudos recentes .....</b>                     | <b>25</b> |
| <br><b>II        A REGIÃO CACAUEIRA DA BAHIA .....</b>                                   | <b>32</b> |
| <b>2.1      Região uma categoria de análise da Geografia .....</b>                       | <b>32</b> |
| 2.1.1   O conceito de região: partir da institucionalização da geografia .....           | 34        |
| <b>2.2      A região cacaueira da Bahia .....</b>                                        | <b>37</b> |
| 2.2.1   Vassoura-de-bruxa: o divisor de águas e a busca de novas territorialidades ..... | 43        |
| <br><b>III      SUB-REGIÃO DE ITABUNA: ANÁLISE ESPACIAL DA</b>                           | <b>49</b> |
| <b>CRIMINALIDADE VIOLENTA .....</b>                                                      |           |
| <b>3.1      Análise espacial da criminalidade violenta na Sub-Região Itabuna .....</b>   | <b>53</b> |
| 3.1.1   Crimes violentos contra a vida .....                                             | 54        |
| 3.1.2   Crimes contra o patrimônio .....                                                 | 61        |

|            |                                                                                                      |            |
|------------|------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------|
| <b>IV</b>  | <b>ITABUNA UMA CIDADE VIOLENTA .....</b>                                                             | <b>68</b>  |
| <b>4.1</b> | <b>Caracterização de Itabuna .....</b>                                                               | <b>68</b>  |
| <b>4.2</b> | <b>Vítimas e autores de crimes violentos contra a vida: uma caracterização socioeconômica .....</b>  | <b>72</b>  |
| 4.2.1      | Crimes violentos contra a vida e sua relação com o tráfico de drogas: uma distribuição espacial..... | 77         |
| <b>4.3</b> | <b>Violência criminal e o medo: a auto-segregação espacial .....</b>                                 | <b>93</b>  |
|            | <b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>                                                                    | <b>101</b> |
|            | <b>REFERÊNCIAS .....</b>                                                                             | <b>105</b> |

## INTRODUÇÃO

A história da formação dos arranjos espaciais da humanidade e de suas territorialidades é recheada de relatos dos mais diversos tipos de violência do homem contra o homem, normalmente em guerras travadas, desde o período em que o homem passou a habitar em cavernas e as batalhas por espaços evoluíram também juntamente com a humanidade. Na história contemporânea vivenciaram-se diversas guerras cujos objetivos foram à expansão das fronteiras territoriais. A atualidade traz consigo conflitos, das mais diversas origens, principalmente nas grandes regiões metropolitanas, que vem ceifando mais vidas que nas guerras declaradas.

A violência criminal e o medo combinam-se levando a processos de mudanças dos espaços das cidades ditando bairros e/ou áreas serão valorizados, pelo quesito segurança, ainda que seja uma falsa sensação, porque a violência é dinâmica, assumindo características diferenciadas em cada espaço. Nos centros ou bairros de classes média a média alta toma vulto a criminalidade contra o patrimônio enquanto nas áreas periféricas se destaca o crime violento contra a pessoa, assim como em áreas rurais têm-se outro tipo de criminalidade, normalmente contra a pessoa, cuja motivação percentualmente é bem diferente que no espaço urbano. Dessa forma, em razão do medo generalizado de ser vitimizado pela criminalidade violenta, surgem espaços valorizados e desvalorizados com os seus enclaves fortificados dos mais variados tipos.

Nesse contexto, a população sente-se desamparada, frágil e desprotegida diante da aparente incapacidade do Poder Público em combater a onda crescente de violência. Alguns estudiosos do assunto creditam isso à questão político-administrativa, outros a questões sociais, culturais, econômicas. O fato é que a criminalidade, de uma forma geral, vem preocupando a sociedade.

Até pouco tempo atrás, a criminalidade violenta era freqüente apenas nos grandes centros urbanos e não era raro encontrar alguém planejando viver no interior, então considerado ilha de tranquilidade, longe da violência que já se instalava nas grandes cidades, entretanto, atualmente, essa violência é a tônica do dia-a-dia em qualquer localidade, pequena ou grande, rica ou pobre, situada na zona rural ou urbana.

O grau máximo da violência criminal é atingido com o homicídio doloso, esse tipo de crime contra a vida, portanto, constitui-se num dos mais sérios problemas da sociedade brasileira, principalmente nas áreas urbanas, por concentrar as maiores aglomerações humanas, e de acordo com os usos diferenciados dos espaços na cidade, sejam eles centrais ou periféricos.

No Brasil, as pesquisas confirmam que vem aumentando a proporção de crimes que apresentavam risco à vida das vítimas, principalmente a partir da década de 1990. De fato, essa tendência se confirmou no número de homicídios, que passou de 45,4 por mil habitantes em 1997 para 51,2 por mil habitantes em 1998, numa média de 140 casos por dia, apenas na Cidade de São Paulo. Desse total, 66,8% são dolosos, ou seja, intencionais, quando o criminoso tem o intento de ceifar a vida da vítima. Dados da Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP), relativos ao ano de 2005, apontam Itabuna entre os municípios mais violentos do Brasil, no quesito crimes contra a vida, ocupando a 16ª posição, num ranking entre as 224 cidades brasileiras acima de cem mil habitantes.

O país assiste a um fenômeno sociológico novo que é o surgimento de uma geração que, diferentemente dos pais, já nasceu sob o signo da violência. Esses jovens encaram a morte como uma solução natural para quem, por qualquer motivo incomoda, daí o grande índice de homicídio doloso. De fato, há uma forte combinação de problemas econômicos e sociais: desigualdade de renda, acesso fácil a armas de fogo, narcotráfico, urbanização desordenada, desestruturação familiar e a impunidade, todos contribuindo para o crescimento da violência, resultando também em novo ordenamento espacial.

A análise da criminalidade violenta, enquanto fenômeno da ecologia social permite verificar que, na prática, não depende apenas do indivíduo, mas também da forma como ele está inserido no contexto socioespacial. Do mesmo modo, as diversas formas de violência configuram sua explicação nas situações sociais, políticas, econômicas que o país atravessa e até em patologias individuais. Então, é importante esclarecer que a exclusão social não gera

violência criminal, pois o contrário seria afirmar que os pobres são violentos, mas, há forte relação entre exclusão social, urbanização e violência. Isto aqui deve ir para a conclusão uma vez que se constitui numa questão de pesquisa.

Assim sendo, o presente trabalho, fundado numa perspectiva geográfica, visa responder aos objetivos:

Geral: analisar a dinâmica espacial da violência criminal na sub-região de Itabuna – Bahia, no período de 2003 a 2007;

Objetivos específicos: verificar a relação entre crimes violentos contra a vida, fatores de carência social e o tráfico de drogas no varejo na Sub-Região de Itabuna, com ênfase no município pólo regional: Itabuna; analisar como se distribuem espacialmente os crimes contra o patrimônio, estabelecendo uma relação entre as atividades econômicas locais, e condições de acessibilidade regional.

A criminalidade violenta é um dos mais sérios problemas da atualidade nesse Mundo Globalizado, principalmente no Brasil, que se apresenta como um dos mais violentos, quando se refere aos crimes letais contra a vida. Esses crimes ocorrem em maior número que as mortes por acidente de trânsito, que também é campeão nessa modalidade. Assim sendo, o propósito é explicar as seguintes questões: qual o aspecto e dinâmica do fenômeno da criminalidade violenta, especificamente nos crimes violentos contra a vida e crimes contra o patrimônio, na Sub-Região de Itabuna, no período de 2003 – 2007? Como esse fenômeno se apropria e é apropriado pelo espaço? Existe relação entre fatores de exclusão social e a criminalidade na região? Entre as condições de acessibilidade (rodovias, acessos vicinais etc) e os crimes contra o patrimônio? Existe relação entre o tráfico de drogas no varejo e os crimes violentos contra a vida, com reflexos sobre a organização do espaço?

Portanto, estas dúvidas conduziram a realização deste estudo, buscando verificar como a criminalidade tem influenciado a vida das pessoas na Sub-região com rebatimentos na organização do espaço regional, além de promover uma discussão em torno desta questão, podendo inclusive auxiliar na tomada de decisões do Poder Executivo Estadual e Municipal, na prevenção e combate dessa mazela social na região em questão.

O arcabouço teórico foi construído a partir da pesquisa bibliográfica, com acesso a livros, dissertações e teses, mestrado e doutorado respectivamente, documentos, filmes e

documentários sobre a temática proposta, que na avaliação de Lakatos (1990, p. 66) “a pesquisa bibliográfica, ou de fontes secundárias, abrange toda a bibliografia já tornada pública em relação ao tema de estudo”. Esta tem o objetivo de colocar o pesquisador em contato direto com o estudo, o que vai proporcionar o exame do tema sob novos enfoques, uma vez que a investigação teórica requereu selecionar literaturas que abordassem o contexto da violência e da formação espaço, assim, optou-se preferencialmente por obras de geógrafos, mas também de áreas afins, relação esta que se encontra ao final da dissertação, na bibliografia.

Entendendo que as relações entre o processo histórico regulam a formação das sociedades humanas imprimindo sua marca no espaço geográfico, dessa forma, optou-se para responder os objetivos propostos deste trabalho, pelo método histórico, o que possibilitou entender como a violência criminal interfere e sofre interferência na organização do espaço regional.

A análise espacial considera em primeira ordem o principal atributo do dado geográfico que é a localização geográfica, ou seja, a natureza espacial do dado. Por isso, foram utilizados dados estatísticos, de categoria documental, referentes aos homicídios dolosos ocorridos entre o ano de 2003 a 2007, fornecidos pelo Centro Integrado de Estatística da Polícia Civil, especificamente na 6ª Coordenadoria Regional de Polícia, localizado em Itabuna – Bahia, além disso, foram consultados o Relatório bi-anual da Secretaria Nacional de Segurança Pública e dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística em forma de anuário sobre a violência no país e relatórios estatísticos e qualitativos de diversas instituições não governamentais para compor um cenário da violência criminal da região analisada.

Para cumprir o que fora proposto nos objetivos, neste trabalho foi utilizado o conceito de violência criminal, elencado no Código Penal Brasileiro como crimes violentos contra a vida e contra o patrimônio. Dessa forma, foi escolhido o período de cinco anos, ou seja, de 2003 a 2007, para efetuar o levantamento proposto sobre a criminalidade violenta, porque a estatística policial no Estado da Bahia passou a ser organizada e instituída efetivamente a partir do ano de 2003, portanto, se fosse escolhido anos anteriores a pesquisa ficaria extremamente prejudicada por falta desses dados.

Sobre o perfil socioeconômico dos envolvidos em crimes violentos letais contra a vida, ou seja, do homicídio doloso, lesão corporal seguida de morte e do latrocínio, sua

relação com o tráfico de drogas ilícitas no varejo, foram coletados dados em inquéritos policiais e/ou em dossiês de inquéritos, também de categoria documental, através de amostragem.

A amostra escolhida foi a probabilística, que se caracteriza por reunir elementos de uma população em que todos tiveram a mesma oportunidade de ser escolhidos.

Para Vieira e Hoffmann (2002) essa amostra, ocorre quando os elementos da população têm igual probabilidade de serem selecionados para constituir a amostra, por isso ela deve ser de cunho aleatório, assim, corrobora nessa direção Downig e Clarck (1988), para eles a melhor maneira de escolher uma amostra consiste em não adotar qualquer sistema dentro da amostragem casual, sua escolha deve ser de forma aleatória, assim não haverá tendência no resultado, e todos terão a mesma chance de ser incluídos na amostra.

Portanto, analisando um universo dos crimes violentos contra a vida na Sub-Região de Itabuna, num universo de 918 (novecentos e dezoito) assassinatos, ocorridos no período entre 2003 a 2007, foi utilizada uma amostra 200 casos, isto é, 22% do total, o que por certo, trouxe uma margem de segurança confiável.

Seguindo orientação da Secretaria Nacional de Segurança Pública, para fins metodológicos, o latrocínio foi considerado no contexto de crimes violentos contra a vida, em decorrência da morte, e não como crime contra o patrimônio, conforme classifica o Código Penal Brasileiro.

Durante a pesquisa de campo, foram efetuadas dez visitas a diversos pontos da região pesquisada para a aplicação entrevistas, tipo despadronizada, na qual o entrevistador tem mais liberdade de questionar visando respostas para o objeto da pesquisa. As entrevistas foram realizadas com o Juiz da Vara do Júri de Itabuna e com a Promotora de Justiça que responde por essa mesma vara, responsáveis pela condução do julgamento de crimes violentos contra a vida. Além disso, foram também entrevistados os delegados: da Delegacia de Polícia dos municípios de Camacan e São José da Vitória, da Delegacia Especial de Repressão a Furtos e Roubos, da 1ª Circunscrição de Polícia de Itabuna e da 2ª Circunscrição de Polícia de Itabuna, estas duas últimas responsáveis pela apuração dos crimes violentos contra a vida e de tráfico de drogas em na sub-região de Itabuna.

Para a análise dos dados, numa primeira etapa, os aspectos básicos dos dados coletados foram separados e submetidos a uma reflexão que teve como base a revisão teórica previamente realizada. As informações básicas foram apresentadas em mapas, gráficos e tabelas. Além do mais, os dados obtidos foram relacionados com outros conhecimentos já elaborados, focalizando principalmente a relação desse fenômeno, a criminalidade violenta, com o espaço regional.

O presente estudo está apresentado em quatro capítulos além das Considerações Finais. O primeiro capítulo, intitulado: “A exclusão socioespacial e a violência criminal”, apresenta uma discussão sobre a relação entre violência criminal e exclusão socioespacial, bem como a produção desse espaço no contexto de violência. Ainda são apresentadas fundamentações e conceitos de violência e crime, bem como, alguns estudos recentes sobre criminalidade violenta no Brasil.

O segundo capítulo, intitulado: “A região cacauzeira da Bahia”, no qual se fez uma discussão sobre o conceito de região, enquanto categoria de análise da geografia, bem como uma caracterização da sub-região em estudo.

O terceiro capítulo, denominado: “Sub-Região de Itabuna: análise espacial da criminalidade violenta” teve como eixo central discussão é a distribuição dos crimes contra o patrimônio e contra a vida na região em estudo, bem como, sua influência na organização do espaço.

No quarto capítulo, intitulado: “Itabuna uma cidade violenta”, traz uma caracterização da cidade, bem como, dos perfis socioeconômicos das vítimas e dos autores do crime contra a vida, os quais estão inseridos no mesmo contexto socioespacial. Além disso, faz a relação desse tipo de crime com o tráfico de drogas no varejo, e, o medo da violência e o processo de transformação arquitetônicas das construções na cidade de Itabuna.

Por fim nas “Considerações Finais” faz-se uma análise da relação entre as bases teóricas e a realidade dos resultados obtidos na Sub-Região de Itabuna. A seguir apontando perspectivas e considerações sobre a violência criminal e os seus impactos na sociedade regional, pois conhecendo a gênese e a sua manifestação socioespacial é possível prevenir e atenuar seus impactos e manifestações.

## **CAPÍTULO I – EXCLUSÃO SOCIOESPACIAL E VIOLÊNCIA CRIMINAL**

O tema exclusão social é atual e vem sendo utilizado nas mais variadas áreas do conhecimento, mas, nem sempre, com sentido muito preciso ou definido. Assim, exclusão social pode ser encarada como um processo histórico caracterizado pelo recalçamento de grupos sociais ou pessoas, em todas as instâncias da vida social, com profundo impacto na pessoa humana e na sua individualidade. Ser excluído é estar fora, à margem, sem possibilidade de participação, seja na vida social como um todo, ou em alguns aspectos.

Nesse sentido, Demo (1998) descreve que a noção de exclusão está diretamente relacionada à crise de conexão social. Assim, com respeito à temática das desigualdades, essa noção ultrapassa dando-lhe um sentido novo, fundado não sobre a oposição de interesse entre grupos sociais e a luta pelo reconhecimento social, mas, acima de tudo, sobre a fraqueza, a ausência de reivindicações organizadas e de movimentos suscetíveis de reforçar a coesão identitária. O autor prefere utilizar o conceito de desqualificação social para definir o processo que leva a exclusão social.

Seguindo uma proposta atrelada ao processo de marginalização o francês Castel (2001), define exclusão social como um percurso, no qual há sucessivas rupturas do indivíduo com a sociedade, sendo sua fase extrema não só a ruptura com o mercado de trabalho, mas, também, por rupturas familiares, afetivas e de amizades.

Para Demo (1998) pode haver pobreza sem exclusão social. Isto é o que se pode observar em periferias e até mesmo em favelas das grandes metrópoles brasileiras, em que seus moradores encontram-se integrados numa rede de relações de grupo ou de comunidade, bem organizados. Dessa forma, entende-se que pobreza e exclusão social são realidades distintas e que nem sempre coexistem.

Para Martins (1997), o conceito de exclusão está atrelado ao de pobreza, pois não existe exclusão, o que existe, são contradições, resultando em grupos vítimas de processos sociais, políticos e econômicos excludentes; conflitos pelo qual a vítima desses processos proclama seu inconformismo, seu mal-estar, sua revolta, sua esperança, sua força reivindicativa e sua reivindicação corrosiva.

Chamam de exclusão aquilo que constitui o conjunto das dificuldades, dos modos e dos problemas de uma inclusão precária e instável, marginal. A inclusão daqueles que estão sendo alcançados pela nova desigualdade social produzida pelas grandes transformações econômicas e para os quais não há senão, na sociedade lugares residuais. (MARTINS, 1997, p. 26).

Contraditoriamente, nas áreas de excludência, as pessoas estão incluídas economicamente, ainda que de modo precário, mas estão criando um mundo à parte. Todos inseridos de algum modo, decente ou não, no circuito reprodutivo das atividades econômicas.

Ainda segundo Martins (1997), no Brasil as políticas econômicas de orientação neoliberal implicaram na proposital inclusão precária e instável, marginal, nos processos econômicos, na produção e na circulação de bens e serviços, estritamente em termos daquilo que é racionalmente conveniente e necessário a mais eficiente reprodução do capital. De certa forma, isto ocorre para manter a ordem política, em favor dos que dominam e também atenuar a conflitividade social e de classe, politicamente perigosa para as classes dominantes.

Dessa forma, excluído é apenas um rótulo abstrato que não corresponde a nenhum sujeito destino, ou seja, não há possibilidade histórica nem destino histórico nas pessoas e nos grupos sociais submetidos a essa rotulação. Excluído e exclusão são construções, projeções de um modo de ver próprio de quem se sente e se julga participante dos benefícios da sociedade em que vive e que, por isso, julga que os diferentes não estão tendo acesso aos meios e recursos dos integrados, dos que aderiram ao sistema, tanto à economia quanto aos valores que lhe correspondem (Martins, 2002).

Segundo Buarque (1994), a exclusão social passa a ser vista como um processo presente, visível e que ameaça confinar grande parte da população num verdadeiro *apartheid*, expressão que dá lugar ao termo *apartação* social. Para ele, fica evidente a divisão entre o pobre e rico, em que o pobre é miserável, enquanto o outro se caracteriza como rico

minoritário e temeroso, resultado processual de uma série de opções históricas pela modernidade técnica, diante das quais se desprezam os objetivos sociais.

Assim, na avaliação do autor,

Até recentemente, a economia brasileira funcionava pela articulação entre um setor moderno e outro arcaico. Havia uma inter-relação entre a pobreza, que fornecia o trabalho sem qualificação, e a riqueza, que fornecia o capital e o trabalho qualificado. A dinâmica econômica dependia da desigualdade, que garantia baixos salários. Essa dualidade econômica era vista como uma etapa necessária para riqueza de todos, que incorporaria na modernidade parcelas crescentes da população. No começo dos anos 60, essa situação começa a mudar. A economia entra em crise, por não incorporar os contingentes de mão-de-obra que migram para as cidades. A dualidade deixa de funcionar satisfatoriamente [...] Em 1964, a elite dirigente brasileira optou pelo caminho da dualidade sob o autoritarismo. Provavelmente não imaginava o rumo que a dinâmica econômica tomaria, nem o tipo de sociedade a que essa dinâmica levaria. Mas para viabilizar o sistema econômico, o regime implantado executou todas as medidas que transformariam a economia dual em uma economia de apartação (BUARQUE, 1994, p. 34).

Nesse contexto, afirmam Santos e Carlos (1996, p. 96a) “quanto menor a aglomeração, menor a diversidade de sua ecologia social; quanto mais populosa e mais vasta, mais diferenciadas as atividades e a estrutura de classes, deixando ver melhor suas diferenciações”.

Os processos sociais de transformação espacial viabilizam o conjunto de forças que atuam ao longo do tempo, que permitem localizações, realizações e permanência das atividades e população sobre o espaço urbano. Para Corrêa (1997) são atores desse processo: proprietários dos meios de produção, donos de terras, imobiliárias, construtoras e o Estado. Cada um desses agentes com suas estratégias específicas, sempre visando à maximização do lucro e a arrecadação dos impostos, respectivamente. Entretanto, é importante mencionar que as populações denominadas excluídas, assentadas em favelas e loteamentos precários ou clandestinos também são agentes da formação/transformação do espaço urbano.

A cidade é produto da economia de mercado, afetada direta ou indiretamente pela industrialização. Como tal, é um importante local de acumulação de capital e onde as condições para a reprodução da mão-de-obra podem ser mais plenamente realizadas. Esses processos sociais produzem forma, movimento e conteúdo sobre esse espaço urbano.

Assim, à medida que a cidade cresce e polariza mais sua hinterlândia, sua influência regional cresce em decorrência da demanda por serviços. Nesse contexto Scarlato (1995) afirma que ao mesmo tempo em que ocorre a verticalização nos centros, às áreas periféricas das cidades expendem-se horizontalmente e se apresentam de forma precária e sem infraestrutura. Diferentemente das áreas centrais, com assentamentos urbanos já consolidados, as periferias presenciam formas de assentamento nascidas de sistemas de loteamentos e de ocupação feitos, na sua maior parte de forma clandestina.

Ao analisar as cidades como espaços desigualmente produzidos e apropriados pelos diferentes atores sociais, Santos (1998, p.66) avalia que:

Na cidade, sobretudo na cidade grande, a dificuldade e mesmo a impossibilidade de se tornar um assalariado, graças às condições do trabalho com a progressão atual do sistema técnico-produtivo, subtrai dos mais pobres a possibilidade de ser um consumidor pleno [...]. Os que vivem em casas improvisadas nas pontas de rua ou se acotovelam nos cortiços, os que vivem o dia-a-dia da ocupação provisória ou mal paga, os que têm direito à esperança como direito e o sonho como dever [...] eles sabem que de nada adianta imaginar que um dia alcançarão os tesouros que abarrotam as casas dos ricos e da classe média.

A segregação socioespacial, na ótica de Ramos (2002), somente pode ser explicada a partir do estudo das relações de produção e da estrutura das classes sociais, sendo resultado das relações sociais capitalistas ao produzir o acesso ou a apropriação desigual aos meios de produção, circulação e troca da riqueza social. Então, fica evidente que os poucos que detêm esses meios apropriam-se do valor agregado pelo trabalho dos outros. Conseqüentemente, é, também, desigual o acesso aos equipamentos e serviços coletivos.

No contexto da apropriação desigual e da periferização das cidades, enfatiza Santos (1996, p. 96b) que,

A organização dos transportes obedece a essa lógica e torna ainda mais pobres os que devem viver longe dos centros, não apenas porque devem pagar caro seus deslocamentos como porque os serviços e bens são mais dispendiosos nas periferias. Isso fortalece os centros em detrimento das periferias, num verdadeiro círculo vicioso.

A segregação socioespacial ocorre através da hierarquização na distribuição dos grupos sociais no município, decorrente de sua maior ou menor capacidade de acesso às áreas

residenciais mais nobres, que são em sua essência portadoras de equipamentos públicos e privados, que normalmente são alocados pelo poder público.

Esse poder público, muitas vezes legitima as formas de segregação socioespacial, favorecendo as elites capitalistas, através da ação sobre as formas. Assim, o planejamento urbano constitui-se, muitas vezes, meramente uma fachada científica para operações capitalistas. Santos (2003) cita exemplos dessas ações nas cidades de Kariakoo (Tanzânia) e Maracaibo (Venezuela), onde sobre pretexto de melhorias e de investimentos privados na Cidade, populações inteiras foram removidas de áreas centrais ou peri-centrais para áreas periféricas, ocorrendo uma segregação maciça sob a batuta do Estado.

Na análise das condições socioespaciais de grande parte da população brasileira, verifica-se um contexto marcado pela escassez, isto é, o que observa Santos (1998, p. 23), quando afirma que:

Olhando-se para um mapa do país, é fácil constatar extensas áreas vazias de hospitais, postos de saúde, escolas secundárias e primárias, informações geral e especializada, enfim, áreas desprovidas de serviços essenciais à vida social e à vida individual. O mesmo, aliás, se verifica quando observamos as plantas das cidades em cujas periferias, apesar de certa densidade demográfica, tais serviços estão igualmente ausentes. É como se as pessoas nem lá existissem.

Ao analisar as cidades como espaços desigualmente produzidos e apropriados pelos diferentes atores sociais, Santos (1998, p.66) avalia que:

Na cidade, sobretudo na cidade grande, a dificuldade e mesmo a impossibilidade de se tornar um assalariado, graças às condições do trabalho com a progressão atual do sistema técnico-produtivo, subtrai dos mais pobres a possibilidade de ser um consumidor pleno [...] Os que vivem em casas improvisadas nas pontas de rua ou se acotovelam nos cortiços, os que vivem o dia-a-dia da ocupação provisória ou mal paga, os que têm direito à esperança como direito e o sonho como dever [...] eles sabem que de nada adianta imaginar que um dia alcançarão os tesouros que abarrotam as casas dos ricos e da classe média.

Nessa direção, Maricato (1996) afirma que há estratégias segregadoras de investimentos concentrados apenas nas “ilhas de primeiro mundo” ou bairros de alta

qualidade de vida, os quais possuem toda a infra-estrutura necessária (ruas pavimentadas, praças limpas, esgotamento sanitário, ronda policial, entre outros serviços e objetos urbanos). Por outro lado, em bairros periféricos majoritariamente ocupados por moradias pobres, esses investimentos são inócuos à verdadeira necessidade da população, onde falta pavimentação, posto de saúde, escolas e até segurança pública.

A segregação socioespacial ou apropriação desigual do espaço está diretamente relacionada, à precarização do mercado de trabalho e o desemprego que afetam as camadas mais pobres, menos escolarizadas. Este processo, associado à dinâmica especulativa de valorização do solo urbano e aos sentidos do investimento do capital imobiliário, incide sobre as condições e opções de moradia da população que leva à expansão demográfica crescente das periferias, formando verdadeiras áreas segregadas.

Para Souza (2005), dois problemas associados às grandes cidades: o da pobreza e o da segregação residencial. A pobreza, obviamente nada parece ter de típica ou especificamente urbano, pois se sabe que em países em desenvolvimento, como o Brasil, quase sempre a pobreza é maior no campo que na cidade. Contudo, a pobreza urbana se reveste de peculiaridades, tanto por suas formas de expressão espacial (favelas, periferias, pobres, áreas de obsolescência), quanto por suas estratégias de sobrevivência, legais e ilegais, que a ela vinculam, como por exemplo, do comércio ambulante ao tráfico de drogas no varejo.

### **1.1 Criminalidade violenta e a produção do espaço**

As carências sociais definitivamente criam o ambiente propício à emergência de padrões inconformistas de comportamento, de manifestações violentas de insatisfação e de transgressões criminais (Abranches, 1994). Mas, essas carências não explicam o crime, nem a violência. Estes também ocorrem em ambientes em que predominam baixas taxas de desigualdade e de nenhuma pobreza. Entretanto, é certo, que o sentimento de privação relativa explica mais esses desvios do que o volume absoluto de pobreza, ou seja, a associação entre pobreza e de desigualdade mostra maior correlação efetiva com violência e crime.

Para Abranches (1994), existem as dimensões social e moral que explicam o fenômeno criminalidade, assim, nas dimensões social e moral existem fatores que podem favorecer ou não a prática criminosa, (quadro 1).

Quadro 1 – Macrodimensões do processo para determinação de violência e crime

| SOCIAL                                                                                                                                                                                                                                              |                                                                                                                                                           | MORAL                                                                                                                                                                                                            |                                                                                                                                                                                                                                                            |
|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| Macro                                                                                                                                                                                                                                               | Micro                                                                                                                                                     | Macro                                                                                                                                                                                                            | Micro                                                                                                                                                                                                                                                      |
| <ul style="list-style-type: none"> <li>- É dado pela institucionalidade vigente, pela ordem pública constituída;</li> <li>- Configuram também as condições sociais, econômicas e políticas, que estimulam a violência e a criminalidade.</li> </ul> | <ul style="list-style-type: none"> <li>- Convivência nas comunidades;</li> <li>- Fatores que propiciam ou impedem o recrutamento para o crime.</li> </ul> | <ul style="list-style-type: none"> <li>- Há associação da existência de normas e regras, legítimas e compartilhadas, e a um consenso moral sobre os limites aceitáveis da transgressão dessas regras.</li> </ul> | <ul style="list-style-type: none"> <li>- Há fatores quase insondáveis, no limite pessoal, que fazem com que os indivíduos com experiência sociais e biografia semelhantes, ergam ou mantenham barreiras morais de altura e resistência diversa.</li> </ul> |

Fonte: Abranches (1994)

Elaboração: SILVA, R. J.

A violência tem se concentrado nas áreas urbanas, sendo os homicídios dolosos um indicador máximo de violência na sociedade contemporânea, estando diretamente relacionados à questão social, afirma Waiselfisz (2002). Sua prática não só depende do indivíduo, como das diversas formas e relações da “ecologia social”. Não são produtos isolados, configuram “tendências” que encontram sua explicação nas situações sociais contemporâneas. Nesse sentido, é importante acrescentar que não se deve confundir a questão da pobreza e das carências sociais com o problema mais geral da ausência de normas válidas, característicos das situações de anomia e alienação.

Diversos autores analisam o fenômeno homicídio e sua relação com fatores de carência social e de pobreza, dentre eles destacam-se posições diferenciadas e/ou complementares.

Quadro 2 - Fenômeno homicídio doloso e sua relação com fatores de carência/pobreza

|                                               |                                                                                                                                                                                                                    |
|-----------------------------------------------|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| COHEN, J. et al<br>(1998)                     | - Regiões onde há pobreza e desemprego são as que concentram altos índices de homicídios e sua relação às drogas ilícitas.                                                                                         |
| WILLIAMS, K. R.<br>e FLEWELLING,<br>R.L. 1988 | - A falta de recursos básicos, a desintegração social (relacionada à família) e densidade populacional relacionam-se positivamente, nos índices de homicídio.                                                      |
| PARKER, R.N.<br>(1989)                        | - Há relação entre pobreza, homicídios e densidade populacional;<br>- A cultura da violência é uma consequência da pobreza.                                                                                        |
| PAIXÃO, A.L.<br>(1995)                        | - Os crimes se concentram onde há mais pessoas e que os criminosos geralmente agem próximo ao local onde residem.                                                                                                  |
| CANO, I. e<br>SANTOS, N. (2001)               | - A densidade populacional, muitas vezes associada à densidade da pobreza e à desvantagem social, faz com que as taxas de violência se concentrem nessas áreas urbanas.                                            |
| COELHO, E.C.<br>(1978)                        | - A pobreza em si não gera a criminalidade, mas a densidade da pobreza ao permitir a elaboração da cultura da violência;<br>- Os delinquentes são recrutados entre grupos de trabalhadores urbanos de baixa renda. |
| SILVA, K.A. (2006)                            | - Existe concentração dos crimes de homicídios em regiões de desvantagem social;<br>- A desigualdade social é fator de grande influência da criminalidade como um todo;                                            |

Elaboração: SILVA, R. J.

Fica evidente a estreita relação entre fenômeno crime violento letal contra a vida com fatores de exclusão social e densidade demográfica, isto é, sua concentração em áreas urbanas desprovidas, muitas vezes, da presença do “Estado”, com equipamentos e objetos urbanos

(asfaltamento, iluminação pública eficiente, quadras poliesportivas, escolas públicas), bem como com estímulos ao emprego e renda.

Nesse sentido, avalia Souza (2000) que o tráfico de drogas e a criminalidade urbana violenta não são sinônimos, pois nem o tráfico precisa sempre e em todas as instâncias da violência, nem a criminalidade violenta naturalmente se reduz aos crimes vinculados com o tráfico. A dinâmica da violência urbana passou, nas últimas duas décadas, a estar fortemente marcada pelos efeitos diretos (guerras entre quadrilhas e entre estas e a polícia, balas perdidas) e indiretos (empréstimo de armamento de traficantes para criminosos comuns, delitos praticados por viciados etc.) do tráfico de tóxicos.

O referido autor chega a indagar o que seria violência propriamente urbana, concluindo que não seria razoável apontar sua especificidade como residindo meramente no fato de que a cidade serve de palco ao ato violento. É mais produtivo reservar a expressão violência urbana para as diversas manifestações da violência interpessoal explícita que, além de terem lugar no ambiente urbano, apresentem uma conexão bastante forte com a espacialidade urbana e/ou com problemas e estratégias de sobrevivência que revelam ao observador particularidades ao se concretizarem no meio citadino. Sabe-se que a exclusão social, a pobreza e a violência são fenômenos tanto rurais quanto urbanos.

A associação entre processos rápidos de crescimento do espaço habitado e o incremento nas taxas de criminalidade violenta encontra um forte apoio nas teorias sociológicas convencionais sobre as cidades. Lógica que parece bastante persuasiva, ou seja, processos rápidos de industrialização e urbanização, movimentos migratórios, concentração de massas nas periferias dos grandes centros urbanos, sob condições de acentuada miséria e forte pobreza, expostas a comportamentos e aspirações mais elevadas conduzem a atos de violência.

Nessa direção, Lima e Ximenes (1998), numa pesquisa realizada na capital de Pernambuco (Recife), afirmam que a acentuação das desigualdades nas condições de vida pode estar contribuindo para o aumento da violência, como um todo e em especial em relação aos homicídios.

Então, as desigualdades sociais estão relacionadas à distribuição dos homicídios no espaço urbano. Conseqüentemente, os determinantes da violência e de seu crescimento, por

envolver fatores socioeconômicos, institucionais, de prevenção e de repressão, exigem resposta social organizada com planos de ação bem estruturados, além de mudanças socioeconômicas.

## **1.2 Notas conceituais sobre violência e crime**

O exarcebamento da criminalidade violenta nas cidades é um fenômeno complexo, multifacetário e resultante de múltiplas determinações, articulando-se intimamente com processos sociais que se assentam, em última análise, numa estrutura social desigual e injusta (Macedo, 2001).

Para a Organização Mundial da Saúde (World Health Organization, 2002) violência é a imposição de um grau significativo de dor e sofrimento evitáveis. Entretanto, especialistas afirmam que o conceito é muito mais amplo e ambíguo do que essa mera constatação de que a violência é a imposição de dor, a agressão cometida por uma pessoa contra outra; mesmo porque a dor é um conceito muito difícil de ser definido.

Na comunidade internacional de direitos humanos, a violência é compreendida como todas as violações dos direitos civis, políticos, sociais, econômicos e culturais.

As formas de violência, tipificadas como violação da lei penal, ou seja, de crime, como assassinato, seqüestros, roubos e outros tipos de delitos contra a pessoa ou contra o patrimônio formam um conjunto que se convencionou chamar de violência urbana, porque se manifesta principalmente no espaço das grandes cidades, embora também seja registrada também no campo.

É importante registrar que esse fenômeno de criminalidade e violência, segundo o sociólogo francês Emile Durkheim, se constitui como normal numa sociedade. Para o referido autor crime constitui-se num fenômeno inevitável, e, embora lastimável ocorre devido à maldade incorrigível dos homens. Portanto, é um fator da saúde pública, uma parte integrante de toda sociedade sã. Ainda segundo Durkheim, a respeito desse fenômeno da ecologia social, o crime, "é necessário; ele está ligado às condições fundamentais de toda a vida social e, por isto mesmo, é útil; pois as condições de que ele é solidário são elas mesmas indispensáveis à evolução normal da moral e do direito" (1983, p. 71).

Segundo Arendt (1994), a terminologia da palavra violência não a distingue entre palavras-chave, como *poder* (power), *vigor* (strenght), *força* (force), *autoridade*, as quais se referem a fenômenos distintos e diferentes. Não se trata, no seu entender, de apenas uma questão de imprecisão na linguagem, mas de uma forma de importar a própria política e seu significado e transcendência. Os referidos termos são tomados como sinônimos porque tem, na compreensão comum, a mesma função, de indicar “quem domina quem”. Dessa forma, faz-se necessário sua distinção (Quadro 3).

Quadro 3 – Distinção e significado de poder, vigor e força

|              |                                                                                                                                                                                                                                                                                                                  |
|--------------|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| <b>PODER</b> | - O poder se mantém e fortalece a medida que o grupo se conserva unido.                                                                                                                                                                                                                                          |
| <b>VIGOR</b> | - Designa algo no singular, uma entidade individual;<br>- Constitui propriedade inerente a um objeto ou pessoa, podendo provar a si mesmo na relação com outras coisas ou pessoas.                                                                                                                               |
| <b>FORÇA</b> | - Indica a energia liberada por movimentos físicos ou sociais, não pode ser confundida com vigor;<br>- A autoridade é incompatível com coerção, pois quando a força é usada, a autoridade em si mesmo fracassou, tanto com a persuasão, a qual pressupõe igualdade e opera mediante um processo de argumentação. |

Fonte: Arendt (1994)  
Elaboração: SILVA, R.J.

É importante externar que o conceito de violência, no pensamento de Arendt (1994), distingue-se por seu caráter instrumental. Meios, implementos, instrumentos, ferramentas são alguns dos substantivos usados pela autora. Assim, com o propósito de multiplicar o vigor natural, a violência aproxima-se fenomenologicamente do vigor. Dessa forma, o conceito de violência pode ser compreendido em três dimensões: a Desnaturalização, a Despersonificação e a Desdemonização.

Na Desnaturalização não há a associação do processo histórico com a luta pela sobrevivência no reino animal, porém há um significado político, enquanto determinação humana. Por outro lado, na Despersonificação a violência não é atribuída à potencialidade do sujeito, mas ela é instrumental, assim, a violência, nesse contexto, não promove causas, nem história, nem revolução, nem mesmo o progresso, mas pode servir para dramatizar queixas e torná-las públicas. Na dimensão da Desdemonização, em razão de sua instrumentalidade a violência perde o caráter demoníaco, comumente lhe atribuído, assim, a violência é detentora de uma certa racionalidade, à medida que é eficaz em alcançar o fim que deve justificá-la. Dessa forma ela não é bestial nem irracional, pois há situações em que a própria prontidão de um ato violento pode ser um remédio apropriado.

Arendt (1994 e 2007) reluta em associar violência com o poder ou com o Estado, pensamento que é comungado também por outros estudiosos de política (Bobbio, Matteluci e Pasquino, 1998). Assim, para a autora o poder é de fato a essência de todo o governo, mas não a violência, refutando as afirmações, de Max Weber (1979), para o qual o domínio do homem pelo homem é baseado através da violência legítima. Assim, também, são as afirmações de Bertrand de Jouvenel (1952), para o qual as guerras apresentam-se como uma atividade que pertence à essência dos Estados. Dessa forma,

Poder e violência são opostos; onde um domina absolutamente, o outro está ausente. A violência aparece onde o poder está em risco, mas, deixada a seu próprio curso, ela conduz à desapareção do poder. A violência pode ser justificável, mas nunca será legítima. Sua justificação perde em plausibilidade quanto mais o fim almejado distancia-se no futuro. A violência é capaz de destruir o poder, mas nunca de substituí-lo. A violência não reconstrói dialeticamente o poder. Paralisa-o e o aniquila, (ARENDR, 1994, p. 230).

Na análise do contexto dessas obras de Arendt (1994 e 2007) sobre violência percebe-se grande reflexão e ênfase nos conceitos de poder e a política. Assim, a autora explora o tema do uso da violência em política: ao contrário da ação, tudo que diz respeito ao “contra” se presta à dominação, tal como a violência, e opera no plano instrumental das atividades do trabalho e dos seus implementos.

Na concepção de Bobbio, Matteluci e Pasquino (1998), o termo violência é entendido como intervenção física de um indivíduo ou um grupo contra outro indivíduo ou grupo (também contra si mesmo), tendo por finalidade destruir, ofender e coagir. Dessa forma, para

que haja violência é preciso que a intervenção física seja voluntária, isto é, seja dolosa e não culposa. Nessa abordagem um sujeito que causa um acidente automobilístico, por imprudência ou imperícia, não comete violência. Ainda, num sentido descritivo, violência, pode ser considerado sinônimo de força, mas nunca como poder, pois este é a modificação da conduta do indivíduo ou grupo, dotada de um mínimo de vontade própria, portanto,

É violência a intervenção do torturador que mutila sua vítima; não é violência a operação do cirurgião que busca salvar a vida de seu paciente. Exerce violência contra quem tortura, fere e mata; quem não obstante a resistência imobiliza ou manipula o corpo do outro; quem impede materialmente outro de cumprir determinação ação. Geralmente a violência é exercida contra a vontade da vítima, (BOBIO, MATTELUCI, PASQUINO, p.1291).

A violência empregada pode ser direta ou indireta. É direta quando atinge de maneira imediata o corpo de quem sofre e indireta quando opera através de uma alteração do ambiente físico no qual a vítima se encontra para causar-lhe algum sofrimento psicológico, que certamente redundará no plano físico. Ainda segundo os autores anteriormente citados, o termo também está associado quando ocorre danificação ou subtração de recursos materiais, de forma dolosa. Nesse rol, podem-se incluir como violência, os crimes contra o patrimônio de furto e de dano.

Macedo (2001) enfatiza que na sociedade a violência é tida como um fenômeno complexo, multifacetário e resultante de múltiplas determinações, articula-se intimamente com processos sociais que se assentam, em última análise, numa estrutura social desigual e injusta. Este fenômeno tem apresentado uma tipologia na qual se destacam: a violência estrutural, cultural e da delinquência, cada uma delas com elementos diferenciados (Quadro 4).

Quadro 4 – Tipos de violência

|                                  |                                                                                                                                                                                                                                    |
|----------------------------------|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| <b>Violência estrutural</b>      | Configura-se nas desigualdades sociais de acesso ao mercado de trabalho e ao consumo de bens essenciais à vida.                                                                                                                    |
| <b>Violência cultural</b>        | Que se expressa entre pares, a exemplo das agressões entre cônjuges e entre grupos sociais.                                                                                                                                        |
| <b>Violência da delinquência</b> | Referente a indivíduos ou grupos que desencadeiam ações contra cidadãos (crimes contra a pessoa física e o patrimônio), incluindo disputas violentas entre os criminosos e determinadas ações ilegais do próprio aparato policial. |

Fonte: Macedo (2001)  
Elaboração: SILVA, R.J. da

A proposta de que a cultura moderna instiga à violência em relação a culturas indígenas ou pré-históricas é baseada na filosofia do *bom selvagem* de Rousseau (1978) que foi descartada pela evidência de que essas sociedades eram proporcionalmente mais violentas que a sociedade atual, pois praticavam entre outras violências físicas até canibalismo (Pinker, 2004).

Segundo o filósofo Tomas Hobbes (1984) há predisposição inata do homem à violência. Na natureza encontram-se três causas principais de contenda. Primeira, competição; segunda, deficiência; terceira, glória. A primeira leva os homens a invadir pelo ganho; a segunda, pela insegurança; a terceira, pela reputação. Os primeiros usam da violência para assenhorar-se da pessoa, da esposa, dos filhos e do gado de outros homens; os segundos, para

defendê-los; os terceiros, por bagatelas, como uma palavra, um sorriso, uma opinião diferente e qualquer outro sinal de menosprezo, seja direto em suas pessoas ou, por reflexo, em seus parentes, amigos, nação, profissão ou nome.

Esta afirmação hobesiana mostra que a violência não é um impulso primitivo e irracional, tampouco uma patologia. Em vez disso, ela é o resultado quase inevitável da dinâmica dos organismos sociais racionais movidos pelo auto-interesse.

Os homicídios dolosos são um indicador máximo de violência na sociedade contemporânea, estando diretamente relacionados à questão social, afirma Waiselfisz (2005). Sua prática não só depende do indivíduo, mas das diversas formas e relações da ecologia social. Não são produtos isolados, configuram “tendências” que encontram sua explicação nas situações sociais contemporâneas.

O crime é um episódio de um indivíduo, não podendo, portanto, ser dele destacado e isolado, nem mesmo ser estudado em laboratório ou reproduzidos, não se trata apenas de um fenômeno social, assevera Eleutério (2000). Não se apresenta no mundo do dia-a-dia como apenas um conceito, único, imutável, estático no tempo e no espaço.

O autor afirma que cada crime tem sua história, a sua individualidade; não há dois crimes que possam ser reputados perfeitamente iguais (Eleutério, 2000). Cada conduta criminosa faz nascer para as vítimas resultados que jamais serão esquecidos, marca de uma agressão, seja ela de que tipo for (moral, patrimonial ou física; etc).

Para Fragoso (1985) a elaboração do conceito de crime compete à doutrina, pois o Código Penal vigente do Brasil, com suas alterações oriundas da Lei nº 7.209/1984, que reformulou toda a Parte Geral do Código de 1940, não define o que é crime, embora alguma legislação penal antiga o fazia. O Código Criminal do Império, de 1830, determinava em seu artigo 2º, parágrafo 1º: julgar-se-á crime ou delito toda a ação ou omissão contrária às leis penais. Por outro lado, segundo o Código Republicano, de 1890, crime é a violação imputável e culposa da lei penal (Art. 7º).

### **1.2.1 Crimes violentos contra a vida**

Os crimes violentos letais contra a vida correspondem ao capítulo primeiro do Código Penal Brasileiro, também denominados crimes contra a pessoa, cujo ato criminoso visa atingir o bem jurídico protegido, isto é, a vida humana, tais como o homicídio doloso e lesão corporal seguida de morte, os quais são objetos deste trabalho dissertativo. Entretanto, é importante mencionar que existem outros crimes contra a vida: a participação em suicídio ou induzimento ao suicídio, infanticídio (aquele praticado pela mãe em estado puerperal) e o aborto.

#### **1.2.1.1 Homicídio doloso**

O homicídio doloso é caracterizado ocorre quando, por exemplo, alguém dispara arma em direção do ofendido e demonstra vontade de produzir o resultado morte, ou assume o risco de produzi-la. A Lei prevê várias formas de homicídio, genericamente o homicídio doloso é aquele em que o sujeito ativo mata com dolo, ou seja, com intenção, vontade livre e consciente de realizar o crime (Mirabete, 1990).

No artigo 121 do Código Penal Brasileiro, matar alguém, pena de reclusão, entretanto o mesmo artigo em seu parágrafo primeiro afirma à pena será diminuída se o agente ativo comete o crime impelido de motivo de relevante valor social ou moral, ou sob o domínio de violenta emoção, logo em seguida a injusta provocação da vítima.

#### **1.2.1.2 Lesão corporal seguida de morte**

A lesão corporal é todo e qualquer dano ocasionado à normalidade do corpo humano, quer do ponto de vista anatômico, quer do ponto de vista fisiológico ou mental, isto, é quem ofende a integridade corporal ou a saúde de terceiro, fato este previsto no Artigo 129 do Código Penal.

O parágrafo terceiro deste artigo afirma que se a lesão inicial evolui para morte e as circunstâncias evidenciam que o agente não quis o resultado, nem assumiu o risco de produzi-lo, então essa morte não foi intencional, porém culposa, pois o agressor assumiu o risco.

Por outro lado, caso alguém lesione outrem para ocasionar-lhe a morte, ou assumindo o risco de produzir esse resultado, será classificado como homicídio consumado se lograr êxito. Mas, se o agente não quis o resultado, nem assumiu o seu risco, desejando apenas provocar lesões corporais, responderá, ocorrendo o a morte da vítima, pelo crime de lesão corporal seguida de morte. Entretanto, é necessário, que haja o nexo de causalidade, ou seja, que se comprove ter a morte decorrida direta ou indiretamente da lesão.

### **1.2.2 Crimes contra o patrimônio: assalto e furto**

Na concepção de Comparato (2007) a propriedade moderna desvinculou-se totalmente da dimensão religiosa das origens e passou a ter marcadamente, com o advento da civilização burguesa, um sentido de mera utilidade econômica, em torno do qual gravitariam todos os bens.

Nesse sentido, propriedade é sinônimo de patrimônio, ou seja, todo e qualquer bens imóveis, moveis e semoventes. Então, crime contra o patrimônio é um ato atentatório a posse de tais bens.

Na antiguidade em Roma e na Grécia a idéia de propriedade privada estava intimamente ligada à religião, à adoração do deus-lar, que tomava posse de um solo e não podia ser, desde então, desalojado. A casa, o campo que a circundava e a sepultura nela localizada eram bens próprios de uma família, no sentido mais íntimo, ou seja, como algo

ligado aos laços de sangue que unem um grupo humano. A propriedade greco-romana fazia parte da esfera mais íntima da família, sob a proteção do deus doméstico. Por isso mesmo, o imóvel consagrado a um lar era estritamente delimitado, de forma que cometia grave impiedade o estranho que lhe transpusesse os limites sem o consentimento do chefe da família.

O Código Penal Brasileiro em seu artigo 155 descreve como furto quem subtrai para si ou para outrem, coisa alheia móvel, com o fim de apoderar-se dela, de modo definitivo. O objeto do furto vai além desse significado, pois a energia elétrica ou outras coisas de valor econômico são equiparadas a coisa alheia móvel, pois o crime é material e requer efetiva lesão do patrimônio.

O Código Penal Brasileiro em seu artigo 157 descreve o crime roubo ou assalto como o de subtrair coisa móvel alheia, mediante grave ameaça ou violência à pessoa (à vítima), ou depois de havê-la, por qualquer meio, reduzido à impossibilidade de resistência. Assim, esse crime se encontra inserido no rol dos crimes contra o patrimônio, contudo apresenta as mesmas características do furto, porém, com fatores que, agregados ao elemento do tipo subtrair, geram um novo tipo penal o roubo.

Nesse sentido, Fragoso (2003) afirma que a distinção conceitual entre furto e roubo é que no primeiro a subtração é clandestina; no segundo, o arrebatamento é público e violento e que a execução deve dar-se, porém, mediante violência à pessoa (esforço corporal sobre a vítima), ameaça (violência moral) ou por qualquer meio que reduza a vítima à impossibilidade de resistir (narcóticos).

A tutela jurídica oferecida pelo tipo penal do roubo é a de acobertar o patrimônio contra terceiros. A essência do crime de roubo é a de ser um crime contra o patrimônio. Tutelam-se, também, a integridade corporal, a liberdade e, no latrocínio, a vida do sujeito passivo. Dessa forma, a proteção normativa se desdobra em dois planos distintos, porém, de existência vital, pois são feridos dois bens jurídicos distintos, Mirabete (2001).

### 1.2.2.1 Latrocínio

O latrocínio é o roubo qualificado pelo resultado em que ocorre a morte da vítima, por emprego da violência física contra a pessoa com o fim de subtrair a *res* (coisa ou objeto), ou para assegurar a sua posse ou a impunidade do crime. Esse tipo de crime é classificado como delito contra o patrimônio, segundo o Código Penal, entretanto a Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP) para facilitar a metodologia na apuração das estatísticas e na adoção de políticas o relaciona como Crime Violento Contra a vida.

O latrocínio é um crime complexo, pois integra vários tipos penais, encerra dois ou mais tipos em uma única descrição legal, resultando da união do roubo (crime contra o patrimônio) e homicídio (crime contra a vida) na forma dolosa ou culposa. No latrocínio prevalece o delito contra o patrimônio, porque o homicídio é um meio para a plena realização do roubo, ou seja, o objetivo desse crime é a *res* e não a morte da vítima.

### 1.2.3 Tráfico e uso de drogas entorpecentes

No Brasil, conceitua-se o crime de tráfico de drogas, segundo a legislação vigente (Lei 11.343/2006) a ação de importar, exportar, remeter, preparar, produzir, fabricar, adquirir, vender, expor à venda, oferecer, ter em depósito, transportar, trazer consigo, guardar, prescrever, ministrar, entregar a consumo ou fornecer drogas, ainda que gratuitamente, sem autorização ou em desacordo com determinação legal ou regulamentar, bem como semear, cultivar ou fazer colheita de plantas para o preparo de drogas, ficam sujeitos a penas previstas na referida lei.

O consumo de drogas, embora considerado como crime, porém não sujeito a pena de privação, pois o usuário, numa leitura mais crítica da lei em tela, é visto como vítima, alguém sujeito a tratamento e acompanhamento psicossocial. Dessa forma, há o descarceiramento do usuário, o qual, acaba sendo um importante financiador de outros tipos de crimes associados ao tráfico de drogas (violência contra a pessoa, contra o patrimônio, corrupção etc), ou seja, gerando criminalidade e violência.

### 1.3 Violência criminal no Brasil: estudos recentes

Nos dias atuais, a criminalidade violenta apresenta-se cada vez mais como parte de processos globais econômicos e socioculturais, sem que isso traga mudanças em políticas públicas de segurança, e, certamente, seu reatamento ocorrerá no espaço. Isso porque o tráfico de drogas ilegais tem trazido, principalmente por seu próprio funcionamento interno, um aumento notável do crime violento, em especial do homicídio entre homens jovens que dele participam.

Segundo Zorzetto (2008), citando dados de mortalidade do Saúde Brasil 2006, um em cada vinte mortos, no país, é vítima de homicídio. Entretanto, a maioria absoluta dos casos de homicídios dolosos envolveu o uso de armas de fogo, ceifando assim, quase 50 mil brasileiros apenas em 2004. Esse é um problema que vem crescendo nas últimas décadas: o índice de pessoas que perdem a vida vítimas de agressão passou de 14,1 mortes para cada grupo de 100 mil habitantes, em 1980, para 27,2 por 100 mil, em 2004. Três vezes superior à média mundial de homicídios calculada pela Organização Mundial da Saúde, essa taxa reflete apenas a média nacional.

Nos municípios do Rio de Janeiro, São Paulo e Recife esse índice é bem mais elevado, em especial entre os jovens do sexo masculino, alcançando por vezes valores superiores aos de Cali, na Colômbia, que, no início da década de 1990, era considerada uma das cidades mais violentas do mundo.

Como as demais regiões metropolitanas do Brasil, o Rio de Janeiro teve um extraordinário aumento dos índices em menos de uma década. Em 1982, os índices de homicídio em New York (USA) e na Região Metropolitana do Rio de Janeiro eram os mesmos, ou seja, 23/100 mil habitantes, contudo em 1989, o índice triplica na Região Metropolitana do Rio de Janeiro, chegando a 63/100 mil habitantes, enquanto, na Baixada Fluminense, no mesmo ano, chegou a 74,67/ 100 mil habitantes.

Em New York (USA) com os índices de violência, cada vez mais crescentes, foi implantada, durante gestão do Prefeito Rudolph Giuliani (um ex-Promotor Federal), eleito em 1993 para o cargo de prefeito, a política de controle a violência *broken windows theory* (teoria das janelas quebradas), também chamada de política de “Tolerância Zero”, baseada no

policiamento comunitário, com a presença massiva da polícia para inibir qualquer tipo de desordem e criminalidade, mas também na re-urbanização de áreas degradadas e em políticas de geração de emprego (RUBIN, 2003).

O resultado da aplicação da *broken windows theory* pelo Departamento de Polícia de Nova Iorque foi a diminuição, pela primeira vez em trinta anos, dos índices de criminalidade naquela cidade. Desde 1994, tais índices vêm diminuindo gradativamente.

Em São Paulo, os índices seguem a mesma tendência, em 1987, era de 53,8 / 100 mil habitantes, enquanto que no início da década esse índice não passava de 20/ 100 mil habitantes. A partir daí o índice de homicídios aumentou assustadoramente nos anos seguintes, à medida que entrava, cada vez mais, drogas e armas, a partir de rotas que passam por Rondônia, Mato Grosso do Sul e São Paulo, estados que, por sua vez, atingiram os índices mais altos de morte violenta.

Segundo Krause (2008), em média 800 mil pessoas morrem no mundo em consequência da violência, e dessas, mais de 500 mil perdem a vida devido à criminalidade em lugares onde não há guerra declarada.

No Brasil ocorrem quase 10% dos homicídios no mundo, com 48 mil assassinatos por ano, se constituindo a causa mais significativa de violência. A América do Sul ao lado da África são as regiões em que os homicídios apresentam as maiores taxas em todo o mundo, porém com uma ressalva, no continente africano existem 16 conflitos armados, enquanto no continente sul-americano há apenas dois, (Krause, 2008).

No Brasil, as Polícias Cíveis registraram, no ano de 2004, 43.044 ocorrências de crimes violentos letais intencionais, ou seja, de homicídio doloso, lesão corporal seguida de morte e roubo seguido de morte (latrocínio), aumentando para 43.847 ocorrências, em 2005. Os homicídios dolosos correspondem a 93.5% dos crimes violentos letais e intencionais (Figura 1).

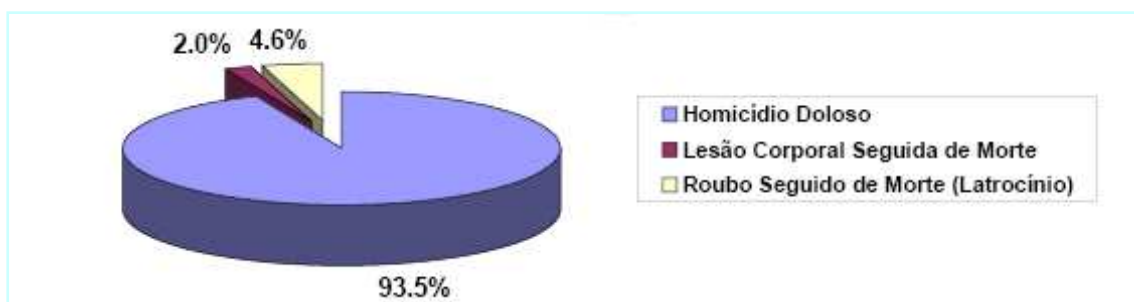


Figura 1: Distribuição Mensal dos Crimes Violentos Letais Intencionais no Brasil em 2004 e 2005.

Fonte: SECRETARIA NACIONAL DA SEGURANÇA PÚBLICA, 2006, p. 21.

Pesquisas recentes confirmam um aumento significativo da ocorrência de mortes violentas, inclusive nas cidades médias do Brasil. Dessa forma o Mapa da Violência, compilado pela SECRETARIA NACIONAL DA SEGURANÇA PÚBLICA (2006), apresenta um retrato atual do país, sobre a criminalidade violenta (Figura 2).

#### Brasil: ocorrência de crimes violentos letais intencionais por 100 mil hab em 2005

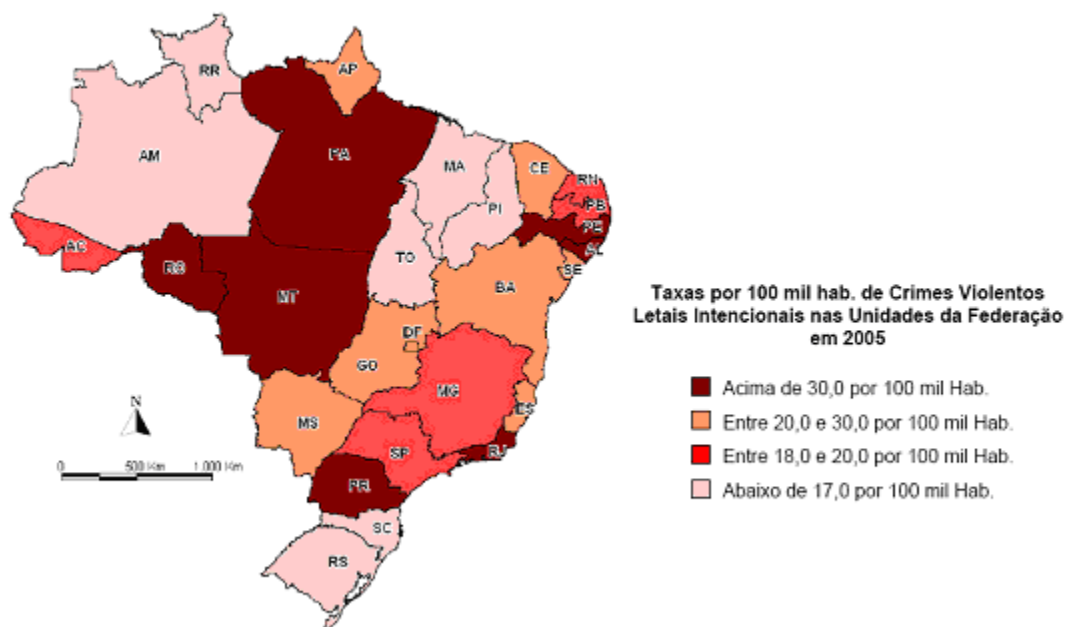


Figura 2: Brasil ocorrências de crimes violentos letais intencionais em 2005.

Fonte: SENASP, 2006, p. 24.

Aproximadamente 42% dos crimes violentos letais e intencionais ocorreram na região Sudeste e 28% ocorreram na região Nordeste. São Paulo foi o Estado onde ocorreu o maior número destes crimes nos dois anos, concentrando 17% dos crimes ocorridos no Brasil. Por outro lado, Roraima foi o Estado brasileiro onde se registrou o menor número de ocorrências deste tipo de crime. Entretanto, numa análise por número proporcional, de taxas do número de registros por 100 mil habitantes, verificou-se que a região Norte é a que possui a maior taxa, seguida pela região Nordeste. Comparando as taxas dos diversos Estados, verifica-se que as maiores encontram-se em Pernambuco e no Rio de Janeiro, e as menores encontram-se no Rio Grande do Sul, Maranhão, Santa Catarina, Roraima e Piauí.

Entre os trinta municípios com população acima de 100 mil habitantes, os que se destacaram por apresentarem as maiores taxas de registro de ocorrências de crimes violentos letais e intencionais por 100 mil habitantes, nos anos de 2004 e 2005 foram: Arapiraca (AL), Serra (ES), Foz do Iguaçu (PR), Jaboatão dos Guararapes (PE), Olinda (PE), Macaé (RJ), Cariacica (ES) e Cabo de Santo Agostinho (PE) (Tabelas 1 e 2).

Tabela 1 - Crimes violentos letais intencionais, ocorridos em 2004, segundo nº e taxa p/ 100 mil/habitantes nos trinta municípios mais violentos com população superior a 100 mil hab.

|            | Município                  | Nº de ocorrências | Taxa por 100 mil/hab |
|------------|----------------------------|-------------------|----------------------|
| 1º         | Arapiraca/AL               | 239               | 122,4                |
| 2º         | Serra / ES                 | 405               | 112,1                |
| 3º         | Foz do Iguaçu / PR         | 303               | 105,8                |
| 4º         | Cariacica / ES             | 332               | 96,4                 |
| 5º         | Jabotão dos Guararapes/PE  | 573               | 92,4                 |
| 6º         | Olinda / PE                | 333               | 87,9                 |
| 7º         | Macaé / RJ                 | 148               | 85,7                 |
| 8º         | Cabo de Stº Agostinho / PE | 131               | 80,1                 |
| 9º         | Marabá - PA                | 145               | 78,0                 |
| 10º        | Betim / MG                 | 259               | 71,6                 |
| 11º        | Garanhuns / PE             | 88                | 71,2                 |
| 12º        | Caruaru / PE               | 182               | 67,5                 |
| 13º        | Vitória / ES               | 206               | 67,3                 |
| 14º        | Luziânia / GO              | 110               | 66,1                 |
| 15º        | Queimados / RJ             | 86                | 65,5                 |
| 16º        | Recife / PE                | 945               | 64,1                 |
| 17º        | Vila Velha / ES            | 232               | 62,3                 |
| 18º        | Itaboraí / RJ              | 143               | 61,1                 |
| 19º        | Maceió / AL                | 518               | 59,8                 |
| 20º        | Porto Velho / RO           | 215               | 59,7                 |
| 21º        | Juazeiro / BA              | 114               | 59,0                 |
| 22º        | Londrina / PR              | 256               | 56,2                 |
| 23º        | Belford Roxo / RJ          | 259               | 55,8                 |
| 24º        | Duque de Caxias / RJ       | 454               | 55,4                 |
| 25º        | Paulista / PE              | 154               | 54,5                 |
| 26º        | São José dos Pinhais / PR  | 128               | 54,4                 |
| 27º        | Nova Iguaçu / RJ           | 434               | 54,0                 |
| <b>28º</b> | <b>ITABUNA / BA</b>        | <b>108</b>        | <b>53,7</b>          |
| 29º        | Belo Horizonte / MG        | 1228              | 52,8                 |
| 30º        | Valpaíso de Goiás / GO     | 57                | 51,4                 |

Tabela 2 - Crimes violentos letais intencionais, ocorridos em 2005, segundo nº e taxa p/ 100 mil/habitantes nos trinta municípios mais violentos com população superior a 100 mil hab.

|            | Município                  | Nº de ocorrências | Taxa por 100 mil/hab |
|------------|----------------------------|-------------------|----------------------|
| 1º         | Camaragibe / PE            | 258               | 176,4                |
| 2º         | Foz do Iguaçu / PR         | 329               | 109,2                |
| 3º         | Jabotão dos Guararapes/PE  | 593               | 92,6                 |
| 4º         | Marabá - PA                | 178               | 90,9                 |
| 5º         | Cariacica / ES             | 323               | 90,9                 |
| 6º         | Cabo de Stº Agostinho / PE | 151               | 89,2                 |
| 7º         | Olinda / PE                | 332               | 86,3                 |
| 8º         | Macaé / RJ                 | 117               | 74,8                 |
| 9º         | Maceió / AL                | 653               | 71,2                 |
| 10º        | Itaboraí / RJ              | 151               | 70,0                 |
| 11º        | Luziânia / GO              | 125               | 69,4                 |
| 12º        | São José dos Pinhais / PR  | 171               | 67,7                 |
| 13º        | Arapiraca/AL               | 134               | 67,0                 |
| 14º        | Duque de Caxias / RJ       | 661               | 66,6                 |
| 15º        | Cuiabá / MT                | 353               | 66,1                 |
| <b>16º</b> | <b>ITABUNA - BA</b>        | <b>134</b>        | <b>66,8</b>          |
| 17º        | Garanhuns / PE             | 81                | 63,9                 |
| 18º        | Santa Luzia / MG           | 134               | 62,5                 |
| 19º        | Betim / MG                 | 240               | 61,3                 |
| 20º        | Ilhéus - BA                | 134               | 60,6                 |
| 21º        | Recife / PE                | 903               | 60,2                 |
| 22º        | Angra dos Reis / RJ        | 81                | 57,7                 |
| 23º        | Magé / RJ                  | 134               | 57,7                 |
| 24º        | Gov. Valadares / MG        | 145               | 56,3                 |
| 25º        | Juazeiro / BA              | 113               | 55,6                 |
| 26º        | Cabo Frio / RJ             | 87                | 54,6                 |
| 27º        | Belford Roxo / RJ          | 280               | 54,1                 |
| 28º        | Caruaru - PE               | 149               | 53,6                 |
| 29º        | Teófilo Otoni / MG         | 67                | 52,4                 |
| 30º        | Petrolina / PE             | 131               | 51,6                 |

Fonte: SECRETARIA NACIONAL DA SEGURANÇA PÚBLICA, 2006, p. 33 e 34.  
 Autor: SILVA, R.J.

No Estado da Bahia, a Região Sul tem dois municípios representados no incômodo *ranking*, dos municípios mais violentos: Ilhéus e Itabuna. Este último município faz parte da Sub-Região, objeto de estudo desse trabalho, sendo que no ano de 2004 apresentou na 28ª posição e no ano posterior alcançou a 16ª posição.

O rebatimento das diferentes formas de inserção socioeconômica, seja central ou periférica e dos inúmeros conflitos das relações humanas, ocorrerá no espaço, seja ele urbano ou regional. Bem como, a exclusão social terá também seu rebatimento no espaço segregado, da anomia social e da falta de políticas públicas. Dessa forma, esses ambientes, principalmente em cidades de alta densidade urbana e de pobreza e exclusão social, acabam concentrando os crimes violentos contra a vida. Essa criminalidade violenta rebate também no espaço da auto-segregação, isto é, dos enclaves sociais fortificados.

## **II A REGIÃO CACAUEIRA DA BAHIA**

O Início de sua ocupação deu-se pelo extrativismo do pau-brasil e de outras riquezas vegetais, seguindo-se (segunda metade do século XVI) a implantação de entrepostos comerciais ao longo do litoral. No final do século XVII, a cultura mais importante era cana-de-açúcar, responsável pelo povoamento e pela instalação dos primeiros povoados. No final do século XVIII a região torna-se grande produtora de alimentos, notadamente de farinha de mandioca, milho e feijão. Dessa forma, início do século XIX, foi introduzida a monocultura do cacau, a qual destacou economia regional e deu forma a região, agora denominada cacaueira da Bahia (ROCHA, 2006).

### **2.1 Região uma categoria de análise da Geografia**

O presente termo sempre fez parte do cotidiano do homem, termo que também é facilmente empregado por outros profissionais, quando incorporam a dimensão espacial em suas pesquisas, contudo trata-se de um conceito-chave da geografia

A primeira regionalização, concebida com algum método, deve ser creditada aos gregos, pois suas descrições passaram a ter forma ordenada, sugerindo comparações entre áreas. Eles criaram a palavra geografia e a concebiam, dessa forma. Segundo Lecione (2003), Hecateu de Mileto, fundamentado nas idéias de Erastóstenes, traçou o que pode ser considerado o primeiro mapa-múndi e procedeu a uma regionalização da Terra, em zonas. Posteriormente, Parmênides, discípulo de Pitágoras, a partir da concepção de esfericidade, elaborou uma divisão em zonas, segundo critérios de temperatura, correspondendo em cinco zonas: uma tórrida, duas frias e uma tropical.

A designação da palavra região, enquanto termo usual empregado administrativamente origina-se nos tempos do Império Romano, quando a palavra *regione* era utilizada para designar áreas, independentes ou não, que estavam subordinadas ao referido estado. Naquele momento histórico surge pela primeira vez, a relação entre a centralização do poder em um local e sua extensão sobre uma área de grande diversidade social, cultural e até espacial. Gomes (1995).

Dessa forma, outros conceitos de natureza espacial passaram a ser utilizados, como os conceitos de espaço (*spatium*) e o de província (*provincere*) Gomes (1995). Assim, o espaço é visto como "contínuo", ou como "intervalo, no qual estão dispostos os corpos seguindo certa ordem, enquanto a província como "áreas atribuídas aos controles daqueles que a haviam submetido à ordem hegemônica romana", o império Romano passou a ser representado por mapas nos quais as diversas regiões representam à extensão espacial do poder central hegemônico, entretanto, nelas os governadores locais dispunham de alguma autonomia, mas deviam submissão total e impostos à Roma.

Com o processo de fragmentação regional, a partir da queda do Império Romano do Ocidente, com as diversas invasões bárbaras, o império começa, então a se dissolver. Os vândalos cruzaram a Gália, ocupando a península Ibérica e o norte da África, onde formaram seu reinado. Os burgúndios fundaram seu reino no vale do rio Ródano. Os Anglos, saxões e jutos estabelecem-se na Bretanha. Os francos fixam-se na Gália do norte. Assim, após inúmeras invasões, os romanos controlavam apenas a península Itálica. Finalmente, em 476 d.C. o Império do Ocidente cai, quando Odroaco, rei dos hérulos, depôs Rômulo Augústulo. Arruda e Pilleti (2002).

No continente europeu, com o poder descentralizado de territórios regionais, formam-se os feudo, uma organização política, econômica, social e cultural baseada na posse da terra, que se estabeleceu territorialmente, a partir do poder do senhor feudal. Predominando na Europa por toda a Idade Média, deixando de existir a partir das unificações dos estados.

Fundamentado na evolução histórica do conceito de região, percebe-se que as discussões políticas sobre a dinâmica do Estado, a organização da cultura e a diversidade espacial permitiu a incorporação da dimensão espacial nas discussões relativas à política, cultura e economia e no que se refere às noções de autonomia, soberania, direitos, e, por

último, foi na Geografia que as discussões atingiram maior importância, já que região é um dos conceitos-chave desse ramo do conhecimento científico.

### 2.1.1 O conceito de região: partir da institucionalização da geografia

O conceito geográfico de região a partir da institucionalização da Geografia sofreu mudanças de significado no decorrer do tempo, em razão da própria evolução da sociedade. O presente termo sempre fez parte do cotidiano do homem, contudo, para a história da ciência geográfica constituiu-se num conceito-chave no qual se desenvolveu um intenso debate entre os geógrafos.

Na avaliação de Haesbaert (1999, p. 18), sobre os clássicos da Geografia Regional, afirma que:

La Blache via a região como “algo vivo”, uma “individualidade” ou mesmo uma “personalidade geográfica”, Hartshorne a encarava como um constructo intelectual e que, como tal, poderia variar em sua delimitação de acordo com os objetivos do pesquisador. Já Sauer, com um grau de racionalismo que parece ficar a meio caminho entre La Blache e Hartshorne, buscava na Geografia regional uma “morfologia da paisagem” que não se preocupava apenas com o único, o singular, mas também com a comparação dessas “paisagens individuais”, num “sentido corológico pleno, isto é, a ordenação de paisagens culturais”.

Os três autores acima representados, apesar de suas divergências em relação ao enfoque regional, tinham pontos comuns, como por exemplo, a importância dada ao específico, ao singular - aquilo que La Blache vai denominar de “personalidade geográfica” e Hartshorne de “diferenciação de áreas”.

Para Correa (1997), a região estava associada genericamente à idéia de diferenciação de áreas, observa-se então, a existência de três acepções sobre região, estabelecidas entre os geógrafos.

➤ Região Natural: de matriz positivista, apóia-se em dados da natureza natural, conceito concebido a partir de uma porção da superfície terrestre identificada por uma específica combinação de elementos da natureza, como por exemplo: o clima, a vegetação, o relevo etc. Traduzindo, então, numa específica paisagem natural. Esse conceito não mais se constitui referência espacial-chave, para explicar diferenças no processo de desenvolvimento econômico-social, como ocorreu no período entre 1870-1920 de visão determinista, que caracterizou o pensamento de parcela significativa dos geógrafos.

➤ Região Paisagem: Essa matriz apóia-se no historicismo de base neo-kantiana, atribui um caráter idiográfico aos eventos e às regiões, ao tempo e ao espaço, numa sucessão de eventos aos quais a contingência e a intencionalidade eram peças essenciais para a compreensão da ação antrópica. Esse conceito é caracterizado como área de ocorrência de uma mesma paisagem cultural, ou seja, região-paisagem, termos que na língua alemã e inglesa, podem ser referidos a uma única palavra, respectivamente *landschaft* e *landscape*.

➤ Região Funcional: De base lógico-positivista baseada na corrente teórico-quantitativista, acepção que, contudo, não elimina as anteriores. A região passa a ser considerada a partir de propósitos específicos, sendo possível identificar regiões climáticas, industriais, nodais, ou seja, tantos tipos, quanto forem os objetivos do pesquisador. Os princípios da taxonomia são adotados, porém os procedimentos operacionais são os da estatística descritiva.

Com a incorporação de novos paradigmas, na geografia crítica, fundamentado no materialismo histórico e dialético reaparece o conceito de região, como também nas geografias humanística e cultural, dessa forma, percebe-se o interesse por não-geógrafos pelo conceito, ampliando, ainda mais a diversidade conceitual.

O final do século XX, especificamente após a década de 1970 outros três conceitos de região foram desenvolvidos, segundo Correa, (1997), refletindo novas formas de explicar a organização do espaço regional (Quadro 5).

Quadro 5: Evolução do conceito de região

| <b>Momento</b> | <b>Conceito de Região</b>                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                       |
|----------------|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| 1º             | Resposta aos processos capitalistas, à região é entendida como organização espacial dos processos sociais associados ao modo de produção capitalista. É uma regionalização da divisão social do trabalho, do processo de acumulação capitalista, da reprodução da força-de-trabalho e dos processos políticos e ideológicos.                                                                    |
| 2º             | É considerada como foco de identificação, sendo definida como um conjunto específico de relações culturais entre um grupo e lugares particulares, uma apropriação simbólica de uma porção do espaço por um determinado grupo, dessa forma, um elemento constituinte de uma identidade. A abordagem humanística se apóia na filosofia do significado, que considera a região como espaço vivido. |
| 3º             | Meio de interações sociais, trata-se de uma visão política da região com base na idéia de que dominação e poder constituem fatores fundamentais na diferenciação de áreas.                                                                                                                                                                                                                      |

Fonte: CORRÊA, 1997, p. 188-189

Elaboração: SILVA, R.J. da

Os conceitos acima relacionados têm em comum o fato de estarem firmados na idéia da diferenciação de áreas, não levando em conta a tese que o mundo globalizado esteja se tornando homogêneo e conseqüentemente as regiões estejam desaparecendo, muito pelo contrário, admite-se seu processo de transformação, ficando evidente essa diferenciação de áreas, no período ora citado.

Nesse contexto, o mundo, encontrava-se sob a égide do capitalismo industrial, unificado e dividido pela economia mundial, entretanto, é importante mencionar que a globalização da economia, conforme aponta Correa (1997), não gerou a homogeneização mundial, contudo ora ratificou, ora retificou as diferenças espaciais que já existiam, ou seja, criou, desfez, refez as unidades regionais nos diferentes continentes. As que foram pouco ou nada afetadas passaram a constituir-se em “regiões reservas”.

Muitos geógrafos dos mais renomados estudaram por um longo período, o conceito de região, como uma entidade autônoma, com aspectos particulares a dividir o mundo em uma infinidade de regiões auto-suficientes, mantendo poucas relações entre si, conforme apontou Santos (1997). Assim, é importante observar que nesse contexto o mundo mudou,

principalmente a partir da Revolução Industrial, ocorrida a partir do século XVIII, momento marcado por crescente internacionalização da economia com a interdependência das nações colonizadas e conseqüentemente marcando uma nova divisão internacional do trabalho, isso para atender a nova maneira de produzir, que passa por cima das regiões, países e culturas, intensificando-se as trocas, reorganizando, criando e re-criando as regiões, em razão dos interesses do capital.

Entender o funcionamento da economia mundial e sua atuação territorial num país, com a anuência do Estado e instituições de atuação econômica, a começar pelos seus atores hegemônicos, significa penetrar num mar de relações, formas, funções, organizações e estruturas, com seus mais distintos níveis de interação, mas também de contradição, afirma Santos (1997) que é condição para conceituar uma região.

Se com a ação globalizante os espaços se homogeneizam, para atender as necessidades da produção econômica, as regiões surgem como distintas versões da mundialização. Quanto mais os lugares se mundializam, mais se tornam singulares e específicos, ou seja, únicos, ratifica Santos (1997).

Segundo Castro (2002) a velocidade das transformações mundiais deste século como causa do desmoronamento da configuração regional do passado e demonstra que esta mesma aceleração do tempo aumenta a diferenciação dos lugares, pois, já que "o espaço se torna mundial, o ecúmeno se redefine, com a extensão a todo ele do fenômeno de região"; continuando, ele acrescenta que "as regiões são o suporte e a condição de relações globais que de outra forma não se realizariam". No entanto, a região continua sendo "um espaço de conveniência", pois o que "faz a região não é a longevidade do edifício, mas a coerência funcional que a distingue das outras entidades, vizinhas ou não."

## **2.2 A região cacaeira da Bahia**

O oficialmente a introdução da cultura do cacau no Estado da Bahia, deu na denominada Região Sul do estado, iniciando-se a partir de 1746, com o plantio de mudas oriundas do Pará, quando o Francês Luiz Frederico Warneaux, as plantou na Fazenda

Cubículo, localizada às margens do Rio Pardo, em terras hoje do município de Canavieiras. Posteriormente, a cultura expandiu-se para o interior da região sul, numa corrida de disputa pelas melhores terras. Dessa forma, diversas cidades surgiram em função da cultura do cacau. Em 1910 essa cultura ocupava o primeiro lugar na economia baiana, enquanto em 1924, sua produção foi de mais de um milhão de sacos e ocupando o segundo lugar na produção mundial de cacau (COSTA, 1992).

Na concepção de Rocha (2006), o cacau é considerado um signo regional devido à importância que teve em todos os momentos do desenvolvimento, das crises e da reestruturação da região Sul da Bahia, conhecida como região cacaueira, hoje, microrregião Ilhéus/Itabuna.

Atualmente, ficou estabelecido pelo IBGE e pela SEI (Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia) que a região cacaueira da Bahia é a denominada Microrregião Itabuna – Ilhéus, a qual está inserida na Região Sul fazendo fronteira ao norte com a Microrregião de Valença e ao sul com a Microrregião de Porto Seguro (Figura 3).



Figura 3: Microrregião Ilhéus – Itabuna: Mapa de localização.

Fonte: IBGE (2002).

Elaboração: SILVA, R.J. da

Por abrigar condições geoambientais favoráveis foi implantada a cacauicultura, promovendo um convívio de certa forma harmônico e duradouro, com a utilização do plantio do tipo cabruca, que ocorre no interior da Mata Atlântica, nos sub-bosques da mata primária, à sombra de grandes árvores, valorizando os recursos hídricos

A região cacaueira apresenta-se com clima tropical úmido, sem estação seca, cujas temperaturas médias anuais variam entre 24°C e 21°C, sendo que as médias mensais anuais durante o ano todo acima de 18°C. (Rocha, 2006). Os meses mais quentes vão de dezembro a março e as temperaturas mais baixas concentram-se nos meses de julho e agosto. A precipitação varia de acordo com a longitude e com a latitude, apresentando valores em torno de 2000 mm/ano no nordeste da região e de 900 mm/ano no sudeste. A região litorânea apresenta-se mais chuvosa durante o ano. Esses índices diminuem para oeste e extremo sul da região, havendo uma estação seca definida, apenas menor pluviosidade em agosto, em contraste com o mês de março, quando as precipitações pluviométricas são mais abundantes. Essas características de umidade facilitaram a disseminação do fungo *Moniliophthora Perniciosa*, responsável pela vassoura-de-bruxa, praga que dizimou os cacauais da região.

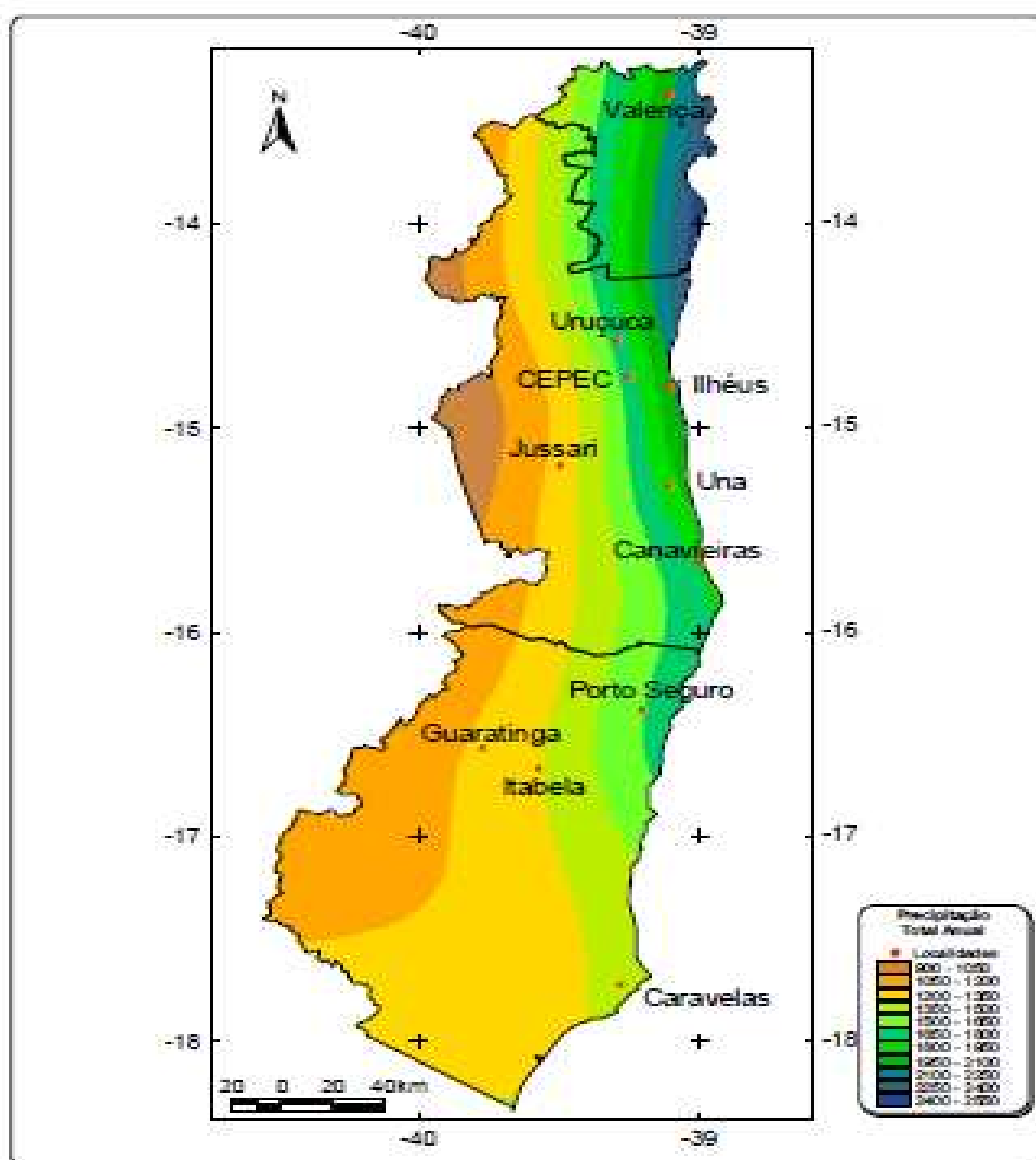


Figura 4: Mesorregião Sul da Bahia: precipitação pluviométrica anual.  
 Fonte: D'ANGIOLELLA, VASCONCELOS e ROSA (2005).

Os solos regionais variam bastante, predominando os latossolos e podzólicos, que apesar de serem profundos, em sua maioria, são de baixa fertilidade natural, necessitando de correção. Os solos mais férteis são ocupados pela cacauicultura e os de menor fertilidade são utilizados pela pecuária e pela silvicultura (ANDRADE, 2003).

A conservação de grande parte da Mata Atlântica Sul Baiana, até o limiar do ano 2000, deve-se, quase que exclusivamente ao modelo de cultivo criado para o cacaueiro (*Theobroma*

*Cacao*), que valorizou suas características agroflorestais e consolidou uma estratégia única para o estabelecimento de um sistema agrícola, chamado de cacau-cabruca.

Essa forma de plantio tornou-se um modelo, que ao longo do tempo, mostrou ser altamente eficiente, pois, além de gerar recursos financeiros, conservou fragmentos da floresta tropical primária e de exemplares arbóreos de inestimável valor florestal e ecológico, além uma fauna diversificada e tecnicamente pouco conhecida, recursos hídricos regionais e fixou o homem no meio rural.

Para se estabelecer na região, por conta do alto investimento, como são características das monoculturas, se fazia necessário grandes propriedades, então às terras foram violentamente disputadas, marcando um período denominado “dos coronéis”. Por conta desse predicado, afirma-se que essas terras foram regadas por sangue humano, conforme contam os romances amadianos. Hoje, porém a concentração de terras é uma das menores do país.

Segundo Rocha (2006) a região cacauera da Bahia se constitui num espaço de referências aristocráticas: os coronéis do cacau faziam constantes viagens pela Europa, seus filhos estudavam nas capitais.

A Zona do Cacau, no entender de Santos (1955, p. 11), baseado numa divisão proposta pelo IBGE em 1940, que dividia o Estado da Bahia em 16 zonas fisiográficas, trata-se da porção do território baiano que mais se presta à produção do cacau, quase se confunde os seus limites com a parte sul do mesmo Estado, ou seja, uma zona econômica inserida na Região Sul, estendendo-se desde as proximidades do Recôncavo até o extremo sul. Normalmente é representada por uma área de mata atlântica, com condições edafo-climáticas favoráveis à referida cultura, a qual é de ecologia muito exigente, somente produzindo economicamente dentro dessas condições. Daí os limites de sua zona produtora serem dados em consonância com a incidência daqueles fatores naturais por ele requeridos, para que possa viver e florescer com vantagem.

### 2.2.1 Vassoura-de-bruxa: o divisor de águas e a busca de novas territorialidades

O período áureo do cacau, que vai aproximadamente de 1880 a 1920, quando o Brasil transformou-se no principal produtor e exportador de cacau do Mundo, sendo que a cacaucultura baiana, correspondiam a 90% da produção nacional, segundo dados da CEPLAC (2006).

A prosperidade da região atraiu trabalhadores oriundos de todo o País, principalmente os sergipanos, e até do Mundo, neste caso, principalmente os de origem árabe, havendo um crescimento vertiginoso das principais cidades. Momento em que a população de Itabuna, quase quadruplicou, indo de 41.980 habitantes, em 1920, para 147.730 habitantes, nos anos de 1950 e a cidade de Ilhéus indo de 63.912 para 134.240 habitantes, no referido período.

O geógrafo Milton Santos, em uma de suas primeiras obras, “Zona do Cacau: introdução do estudo geográfico”, (SANTOS, 1955 p.29), a respeito das enfermidades que atacam o cacaueiro, afirma que:

Diversos inimigos têm a planta do cacau, sendo mais conhecidas a *podridão parda*, a *formiga de enxerto*, o *azedo*, para os quais os remédios são mais ou menos eficazes e nem sempre empregados racionalmente.

Época em que nem se sonhava com a “vassoura de bruxa”, a crise da cacaucultura inicia-se na década de 1930, por conta da queda dos preços internacionais, puxados pela grande depressão econômica mundial, com o cash da Bolsa de New York. Aliado a essas turbulências de mercado, a região produtora da Bahia foi atingida, em 1989, pelo referido problema fitossanitário, com a introdução do fungo *Moniliophthora Perniciosa* (antes chamado de *Crinipellis Perniciosa*) nos cacauais, conhecida como vassoura-de-bruxa, pelo aspecto seco e destrutivo que provoca nos frutos e na planta do cacau, infectando tecidos vegetativos em crescimento, reduzindo a produção dos cacauais, levando sua debilitação total, e sendo facilmente disseminado pela região, entre outros agentes, pelo vento. A sociedade regional ficou desestimulada e descapitalizada, tendo em vista a redução da produção, (Figura 5).

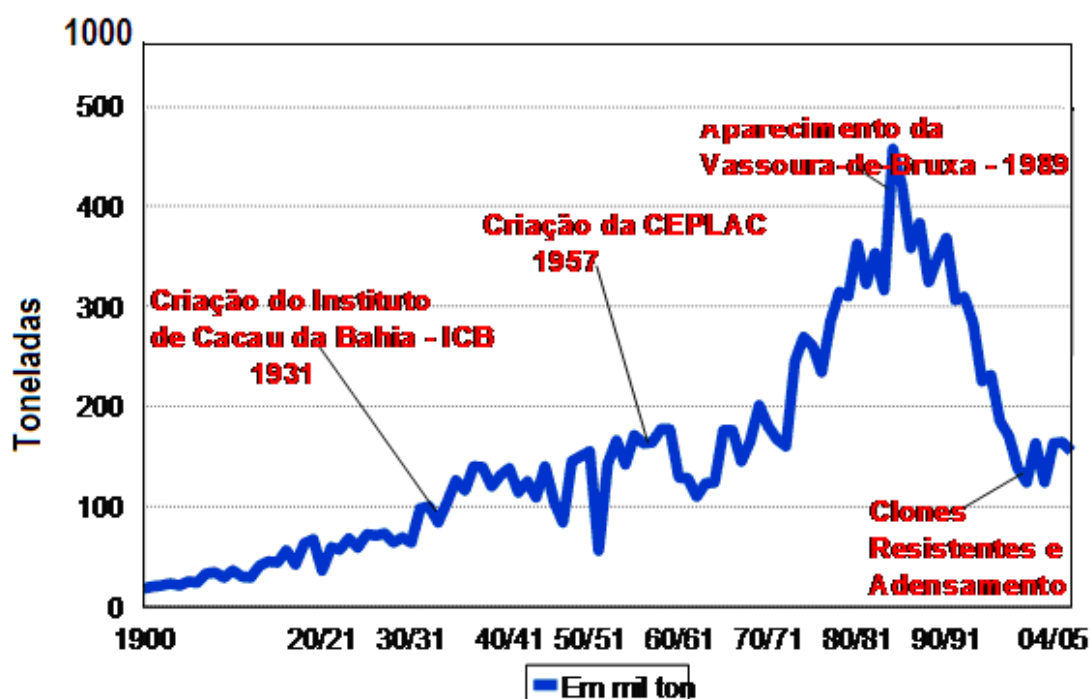


Figura 5: Brasil: evolução da produção de cacau de 1900 – 2005.  
Fonte: CEPLAC/2006

Na década de 1950, houve uma crise na cacaucultura, a qual em grande parte foi influenciada pela queda nos preços internacionais, deprimindo a produção por causa do baixo custo das amêndoas. Entretanto, com a criação da CEPLAC, em 1957, que introduziu novas técnicas no manejo e também com incentivos e empréstimos, a produção brasileira dá um salto de produtividade. Em 1989, ocorre um evento o que se pode chamar de *divisor de águas* na região cacaueira, o surgimento da praga “Vassoura de Bruxa”, contribuindo para a redução da produção.

A referida moléstia surge inicialmente, no Pará, espalhando-se pela América do Sul, alcançando o Equador em 1918, a Colômbia em 1921, o Peru em 1922, a Bolívia em 1922, a Venezuela em 1927, as Guianas a partir de 1928, com exceção a Francesa, a qual foi teve seus primeiros focos identificados em 1895. Posteriormente em 1989, foi encontrado um foco numa fazenda no Município de Uruçuca, a poucos quilômetros de Ilhéus, que com pouco tempo, disseminou-se por toda a região cacaueira. Ocorrendo, por isso, uma queda acentuada da produtividade nos cacauais baianos, havendo no final da década de 1990, uma pequena

melhora na produtividade baiana, chegando ao fundo do poço na safra 1999/00 quando produziu somente 96.038 toneladas, (Figura 6). A introdução de novas mudas, os chamados *clones*, seja de plantas resistentes à referida enfermidade, a um custo altíssimo, de acesso apenas para poucos, tem modificado a situação, mas gerando um endividamento muito grande para o cacauicultor e de eficácia duvidosa.

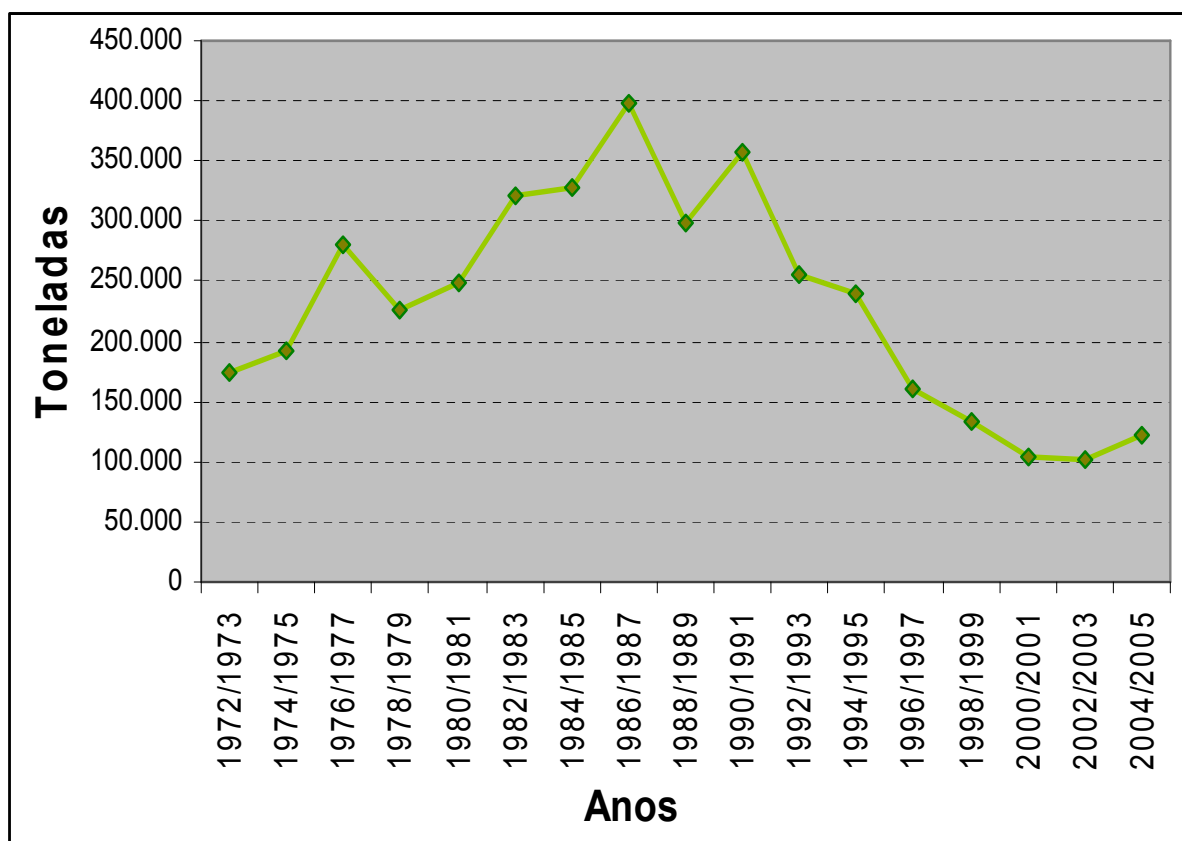


Figura 6: Bahia: produção de cacau de 1972 a 2005.

Fonte: CEPLAC/2006

Elaboração: SILVA, R.J.

Aliado à queda de produtividade, a região cacauceira baiana passou a perecer também com a queda dos preços de amêndoa e seus derivados, nos mercados internacionais. Além disso, o surgimento de novos produtores mundiais, como Gana, Equador, Indonésia, Malásia, Nigéria e a Costa do Marfim, este hoje é o maior produtor e exportador mundial de cacau.

A acentuada queda da produção baiana, quase 90% da produção brasileira, é sentido na participação do país, no mercado mundial, que antes exportador de cacau, passa a importar

para atender otimamente seu mercado interno. Na década de 70 o cacau chegou a representar 80% da pauta de exportação e hoje não chega a 4%.

Esta situação ameaça a permanência da cacauicultura na região e, conseqüentemente, a sobrevivência dos remanescentes florestais associados ao agroecossistema cacaueiro. Assim, surgiu um mercado extrativista, desordenado e predatório na região, que ano a ano, vem perdendo produtividade e área de plantio em detrimento de outras culturas, como por exemplo, as fruticulturas, o dendê, a piaçava, a mandioca, o café, o côco-da-bahia, a seringa, a produção de caprinos, ovinos e gados de leite, culturas estas incentivadas pela CEPLAC.

Tabela 3: Área plantada com cacau e a produtividade baiana no período de 1994 a 1999.

| <b>ANO</b> | <b>PRODUÇÃO<br/>Ton/1000</b> | <b>ÁREA DE CACAU<br/>Ha</b> |
|------------|------------------------------|-----------------------------|
| 1994/1995  | 225,0                        | 675.634                     |
| 1995/1996  | 230,7                        | 622.696                     |
| 1996/1997  | 185,0                        | 612.345                     |
| 1997/1998  | 170,0                        | 602.984                     |
| 1998/1999  | 137,5                        | 595.995                     |

Fonte: CEPLAC/CENEX/2006  
Elaboração: SILVA, R.J.

A partir de 1994 percebe-se a diminuição da área de plantio de cacau e conseqüentemente da produção de cacau na Microrregião de Itabuna até o ano de 1999, conforme pesquisa da CEPLAC, ou seja, a safra de 1994/1995 teve a produção aproximada foi de 225.000 toneladas de amêndoas de cacau, para uma área de plantio de 675,634 hectares, já no final do período citada na pesquisa, a safra do biênio 1998/1999 foi de apenas 137,500 toneladas, para uma área de 585,995 hectares. Pode-se inferir então, que a diminuição da área de cacau, traz como conseqüência imediata a derrubada da Mata Atlântica na região, para a introdução de outras culturas, que não permitem essa associação.

Um dos reflexos da derrocada da cacauicultura na microrregião Itabuna – Ilhéus é a perda de habitantes nos municípios, que hegemonizada vida econômica e as relações comerciais, bem como por sua produção se quase que artesanal e por isso, admitir mão de

obra em maior quantidade que outras culturas, havendo em contra partida o crescimento desordenado de cidade de médio porte na região, como Itabuna e Ilhéus e cidades do Extremo Sul do Estado, que tem outra dinâmica econômica, como por exemplo, Porto Seguro, Eunápolis e Teixeira de Freitas.

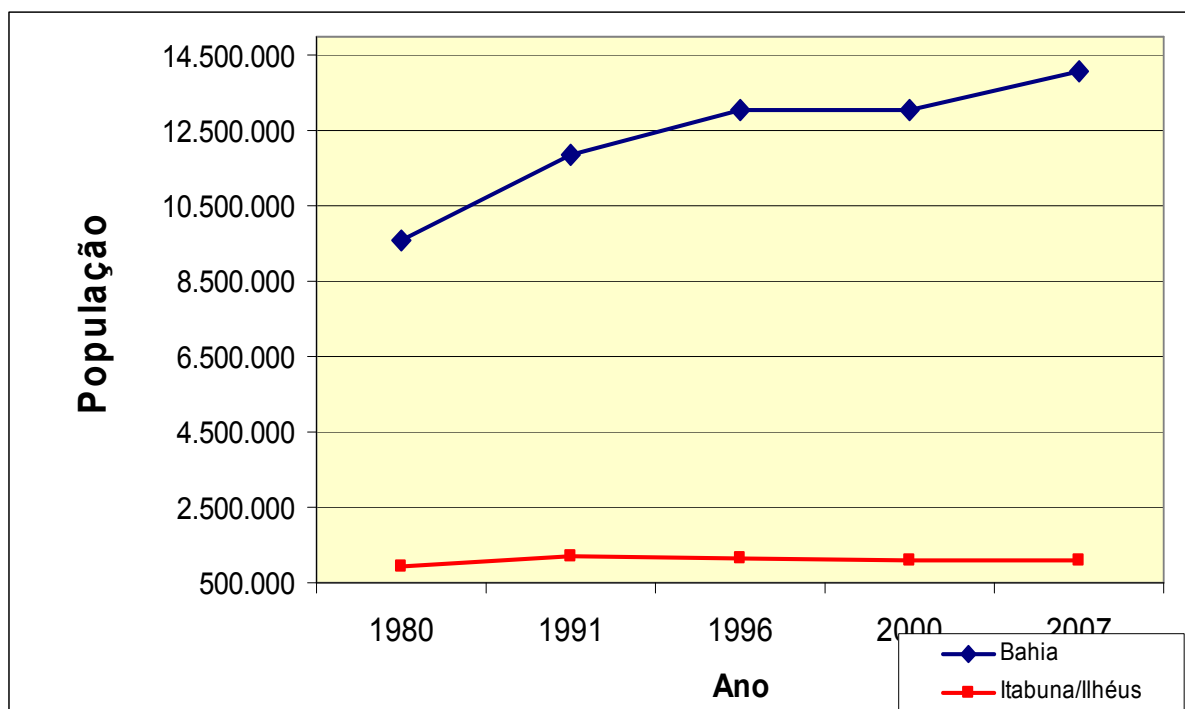


Figura 7: Evolução da população da Microrregião Itabuna – Ilhéus, 1980 – 2007.

Fonte: IBGE:Censo Demográfico 1980, 1991 e 2000, Contagem da População 1996 e 2007.

Elaboração: SILVA, R.J.

No período estudado a Microrregião Ilhéus/Itabuna perdeu população, no conjunto do Estado. As taxas de crescimento foram negativas em praticamente todos os seus municípios, nos últimos 20 anos. Desde o Censo Demográfico de 1980, essa microrregião vem perdendo posições relativas ao conjunto populacional do estado da Bahia. O crescimento populacional do Estado da Bahia de 1980 a 2007 foi de 31,88%, isto é, o Estado teve um ganho populacional de 4.489.251 habitantes, enquanto a região cacauceira teve um ganho populacional na ordem de 13,91% do ano 1980 a 1991, quando chegou a 1.230.142 habitantes, entretanto desse ano a 2007, a microrregião teve uma perda habitacional da ordem de 142.460 habitantes.

Os dados demonstram que, a partir do ano de 1991 começa a ocorrer uma grande perda populacional na região cacaueira baiana. Nota-se que a mortandade dos cacauais tem início em 1989, com o surgimento da vassoura de bruxa. Perdas populacionais se sucedem no período, demonstrando que a região está contramão das cidades pequenas e médias no Brasil que vêm apresentando um crescimento acima das regiões metropolitanas, num fenômeno denominado desmetropolização.

O decréscimo populacional é, em parte, atribuído a desterritorialização da lavoura do cacau na microrregião, gerado por problemas de ordem fitossanitária, protagonizado pela vassoura de bruxa, mas também pela queda nos preços internacionais. Além disso, o endividamento de grande parte dos cacaucultores, por causa dos planos frustrados da CEPLAC, vem contribuindo para a redução de áreas de plantio, sendo substituída por outras culturas. Então, faz-se, necessário, investir na retomada da produção de cacau, lastreada por pesquisas e na geração e difusão de tecnologias, que permitirá a conservação ambiental numa das áreas de maior biodiversidade do mundo, mas, também, na diversificação da matriz produtiva e dos circuitos de comercialização visando ao fortalecimento da economia local, para que a região deixe de ser um centro emissor populacional.

### III SUB-REGIÃO DE ITABUNA: ANÁLISE ESPACIAL DA CRIMINALIDADE VIOLENTA

A Sub-Região de Itabuna está inserida na denominada Microrregião Homogênea Ilhéus – Itabuna, também conhecida como Região Cacaueira Bahiana, que tem esse nome, por causa da dinâmica econômica e social regional girar em torno da produção do cacau. Composta por por dezesseis municípios, eminentemente agrícolas, tem a sub-região a Cidade de Itabuna, como pólo regional, fornecedor de serviços de saúde, de educação e bancário, além de funções comerciais.

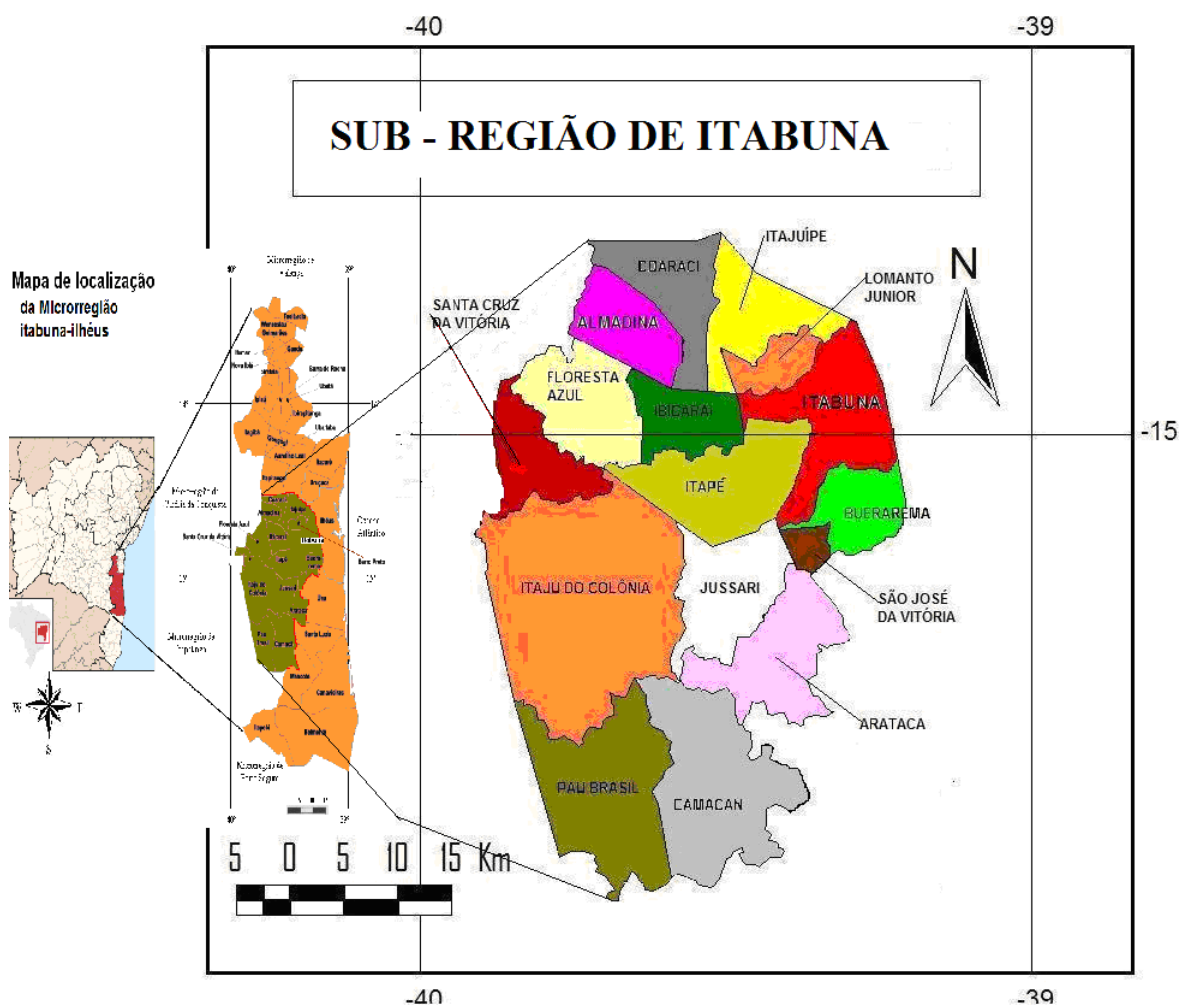


Figura 8: Localização da Sub-Região de Itabuna – Bahia.

Fonte IBGE - 1999

Elaboração: Silva, R. J. da

A Sub-Região de Itabuna foi batizada com este nome para fins metodológicos, sendo inicialmente adotada pela Secretaria da Segurança Pública do Estado da Bahia e Diretoria de Polícia do Interior (DEPIN) para fins administrativos, criando a denominada 6ª Coordenadoria Regional de Polícia, com dezesseis municípios, a qual tem como responsabilidade promover investigações dos crimes, na referida sub-região, daí sua escolha para promover uma análise espacial sobre a criminalidade.

Segundo o IBGE (2007), a Sub-Região de Itabuna tem uma população de 414.395 habitantes, entretanto a região vem perdendo residentes em consequência da crise da cacauicultura. No período entre o ano 2000 a 2007, a perda foi de mais de oito mil pessoas, sendo que apenas Itabuna e Buerarema apresentaram 7% de crescimento da população (Tabela 4).

Tabela 4 – Sub-Região de Itabuna: População 2000 - 2007

| <b>MUNICÍPIO</b>     | <b>População Censo<br/>/ 2000</b> | <b>Contagem<br/>População /<br/>2007</b> | <b>Variação<br/>absoluta</b> | <b>Variação<br/>relativa</b> |
|----------------------|-----------------------------------|------------------------------------------|------------------------------|------------------------------|
| Almadina             | 7.862                             | 6.669                                    | - 1.193                      | - 15,17%                     |
| Arataca              | 11.218                            | 11.013                                   | - 205                        | - 1,83%                      |
| Lomanto Junior       | 8.602                             | 7.067                                    | - 1.535                      | - 17,84%                     |
| <b>Buerarema</b>     | <b>19.118</b>                     | <b>20.506</b>                            | <b>1.388</b>                 | <b>7,26%</b>                 |
| Camacan              | 31.055                            | 30.221                                   | - 834                        | - 2,69%                      |
| Coaraci              | 27.852                            | 22.759                                   | - 5.103                      | - 18,32%                     |
| Floresta Azul        | 11.604                            | 10.389                                   | - 1.225                      | - 10,56%                     |
| Ibicaraí             | 28.861                            | 24.742                                   | - 4.119                      | - 14,27%                     |
| <b>Itabuna</b>       | <b>196.675</b>                    | <b>210.604</b>                           | <b>13.929</b>                | <b>7,08%</b>                 |
| Itaju do Colônia     | 8.580                             | 7.600                                    | - 980                        | - 11,42%                     |
| Itajuípe             | 22.511                            | 20.278                                   | - 2.233                      | - 9,92                       |
| Itapé                | 14.639                            | 11.112                                   | - 3.527                      | - 24,09                      |
| Jussari              | 7.556                             | 6.750                                    | - 806                        | - 10,67%                     |
| Pau Brasil           | 13.048                            | 12.184                                   | - 864                        | - 6,62%                      |
| Sta. Cruz da Vitória | 7.025                             | 6.453                                    | - 572                        | - 8,14%                      |
| São José da Vitória  | 6.210                             | 6.048                                    | - 162                        | - 2,61%                      |
| <b>TOTAL</b>         | <b>422.416</b>                    | <b>414.395</b>                           | <b>- 8.021</b>               | <b>- 1,9%</b>                |

Fonte: IBGE, Censo Demográfico, 2000 e Contagem da População, 2007.  
Elaboração: SILVA, R. J. da

Essa depressão econômica traduz uma região carente de programas e mecanismos de garantia de renda mínima destinados a públicos diversos e com objetivos e critérios variados, entretanto, como principal escopo criar uma rede de proteção social para as populações mais pobres, através de uma transferência de renda complementar, para que se cumpra o que descreve o artigo 203, inciso V, da Constituição Federal de 1988, que diz: “A assistência social será prestada a quem dela necessitar, independentemente de contribuição à seguridade social”.

O poder público municipal tem papel determinante na implementação de políticas compensatórias, seja na inserção junto ao Governo Federal ou Estadual, seja em propostas originais do Município. Em Itabuna todos os programas de políticas públicas compensatórias têm como origem o governo federal, com exceção do Projeto “Viva Maria”, implantado em 2001, o qual presta assistência às gestantes carentes em nosso município, (Prefeitura Municipal de Itabuna, 2008).

O perfil socioeconômico dos habitantes dos municípios da denominada Sub-Região de Itabuna apresenta-se uma realidade de exclusão social. Sobre renda populacional percebe-se que as pessoas sem renda e que ganhavam até um salário mínimo são em média 82,38% dos habitantes da região e para demonstrar o fosso social da região, apenas 0,69% em média dos habitantes ganha mais de 10 salários mínimos (Tabela 5).

Tabela 5: Sub-Região de Itabuna: Exclusão social, 2000

| MUNICÍPIOS          | RENDIA<br>(Salário mínimo) |                | INSTRUÇÃO<br>(anos de estudo) |                     |
|---------------------|----------------------------|----------------|-------------------------------|---------------------|
|                     | S/renda<br>e até 1         | Acima de<br>10 | S/instrução<br>e até 3 anos   | Acima de<br>15 anos |
| Almadina            | 85,28%                     | 0,28%          | 65,51%                        | 0,28%               |
| Arataca             | 84,95%                     | 0,46%          | 69,62%                        | 0,19%               |
| Buerarema           | 83,08%                     | 0,49%          | 58,18%                        | 0,22%               |
| Camacan             | 81,28%                     | 0,83%          | 55,92%                        | 0,75%               |
| Coaraci             | 83,50%                     | 0,70%          | 58,90%                        | 1,20%               |
| Floresta Azul       | 84,40%                     | 0,33%          | 59,50%                        | 0,20%               |
| Ibicaraí            | 82,00%                     | 1,00%          | 53,90%                        | 1,10%               |
| Gov. Lomanto Junior | 85,10%                     | 0,27%          | 51,40%                        | 0,18%               |
| ITABUNA             | 68,87%                     | 2,60%          | 34,59%                        | 3,12%               |
| Itaju do Colônia    | 81,00%                     | 0,50%          | 56,90%                        | 0,30%               |
| Itajuípe            | 81,50%                     | 0,22%          | 54,30%                        | 0,80%               |
| Itapé               | 82,40%                     | 0,21%          | 53,00%                        | 0,20%               |
| Jussari             | 81,50%                     | 0,30%          | 54,90%                        | 0,40%               |
| Pau Brasil          | 83,40%                     | 0,96%          | 55,30%                        | 0,98%               |
| Sta. Cruz Vitória   | 84,30%                     | 0,80%          | 55,10%                        | 0,30%               |
| São José Vitória    | 85,60%                     | 1,10%          | 66,25%                        | 0,26%               |
| MÉDIA               | 82,38                      | 0,69           | 56,45                         | 0,65                |

Fonte: IBGE, Amostra do Censo Demográfico 2000, (2004).

Elaboração: SILVA, R, J

Sobre o grau de instrução as pessoas sem instrução e que estudaram até três anos, são em média na região 56,45%, o que significa que todo esse contingente é de semi-alfabetizados, enquanto que um número bem menor habitantes, ou seja, 0,65 da população estudou mais de quinze anos, isto é, concluiu os estudos superiores.

A participação da comunidade é decisiva na implementação de uma boa proposta de desenvolvimento, para garantir a transparência e a universalidade do poder público, até porque a gestão democrática agora é lei, prevista na Constituição Federal e por leis complementares. Um mandatário político deve contribuir na organização comunitária e colocar o poder constituído a serviço destas organizações. A administração pública deve ter profundo diálogo com as organizações sociais, pautado por propostas de desenvolvimento, fazendo com que o projeto de desenvolvimento local seja um projeto representativo das organizações da sociedade.

### 3.1 Análise espacial da criminalidade violenta na Sub-Região Itabuna

A evolução anual dos crimes violentos contra a vida na Sub-Região de Itabuna seguiu padrão de regularidade, no período dos cinco anos estudados, ou seja, a curva não tem grandes disparidades, com exceção de Itabuna, que tem uma curva ascendente no período em tela.

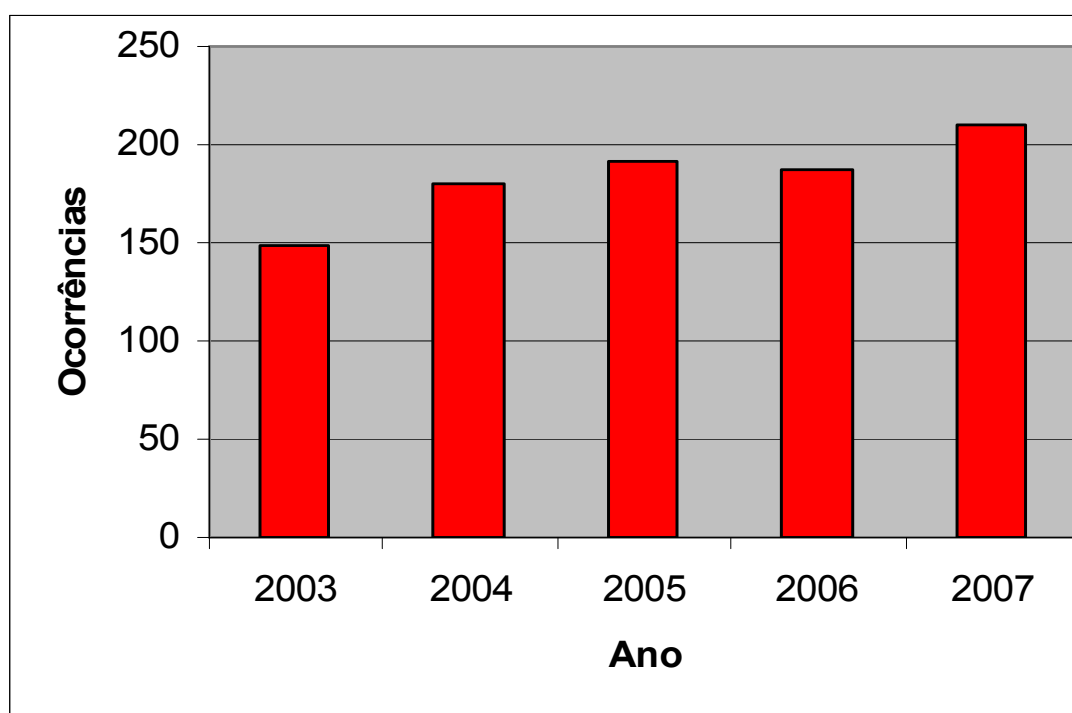


Figura 9: Sub-Região Itabuna: distribuição anual dos crimes violentos contra a vida, 2003 - 2007.

Fonte: CEDEP 6ª Cooprin

Autor: SILVA, R.J.

No período pesquisado neste trabalho, ocorreu um total de 918 crimes violentos letais contra a vida, sendo que, em 2003 foram 149 casos, no ano seguinte o número foi de 180 e nos anos subseqüentes para 192, 187 e 210 ocorrências, respectivamente. O fato interessante do ponto de vista da pesquisa é que do primeiro ano ao último, ou seja, de 2003 a 2007, houve um aumento de 29,05% da incidência de crime na região, o que configura uma tendência de alta (figura 9).

### 3.1.1 Crimes violentos contra a vida

O primeiro município em destaque, o menos violento nesse contexto, quando se leva em conta os números absolutos, São José da Vitória teve três casos no período indicado, ou seja, menos de um caso por ano; seguido por Santa Cruz da Vitória e Itaju do Colônia com cinco ocorrências cada um, numa média de um crime por ano. O município de Jussari ficou em quarto lugar com oito casos, seguido por Almadina com nove e Governador Lomanto Junior com dez ocorrências.

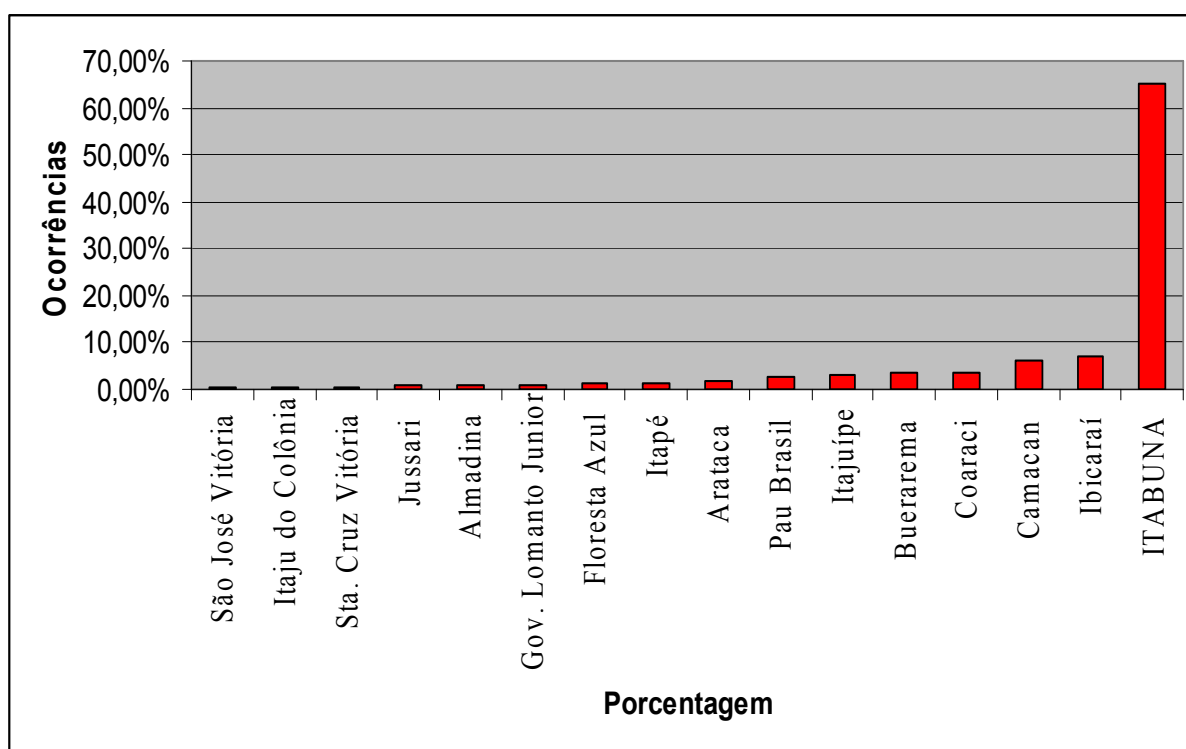


Figura 10: Sub-Região de Itabuna: crimes violentos contra a vida, 2003 a 2007.

Fonte: CEDEP 6ª Coopin

Autor: SILVA, R.J.

O município de Itabuna detém a posição de mais violento, com um percentual de 64,95% de todo o crime violento contra a vida ocorrido na sub-região, enquanto os outros municípios juntos tiveram 35,50% desses crimes. Entretanto, pode-se questionar que Itabuna tem uma população de 210.603 habitantes (IBGE, 2007), o que corresponde apenas a 50% da população regional, mas deve-se levar em conta que a taxa de urbanização dessa cidade é de

97,2%, ou seja, quase cem por cento da população de Itabuna vive em sua malha urbana, enquanto que os outros municípios da região essa porcentagem não chega a cinquenta por cento em média, pois grande parte da população vive em fazendas, sítios, pequenas vilas em áreas rurais, o que reduz os índices de violência.

Numa análise do número de crimes por dez mil habitantes, a espacialidade regional desse fenômeno social não muda muito, nota-se que a liderança do *ranking* continua com Itabuna com 28,3 mortes por dez mil habitantes, seguida por Ibicaraí com 25,9/10 mil habitantes. Numa segunda categoria, a média é de 16 a 19 mortes/ 10 mil habitantes, sendo composto por Buerarema, Camacan e Pau Brasil.

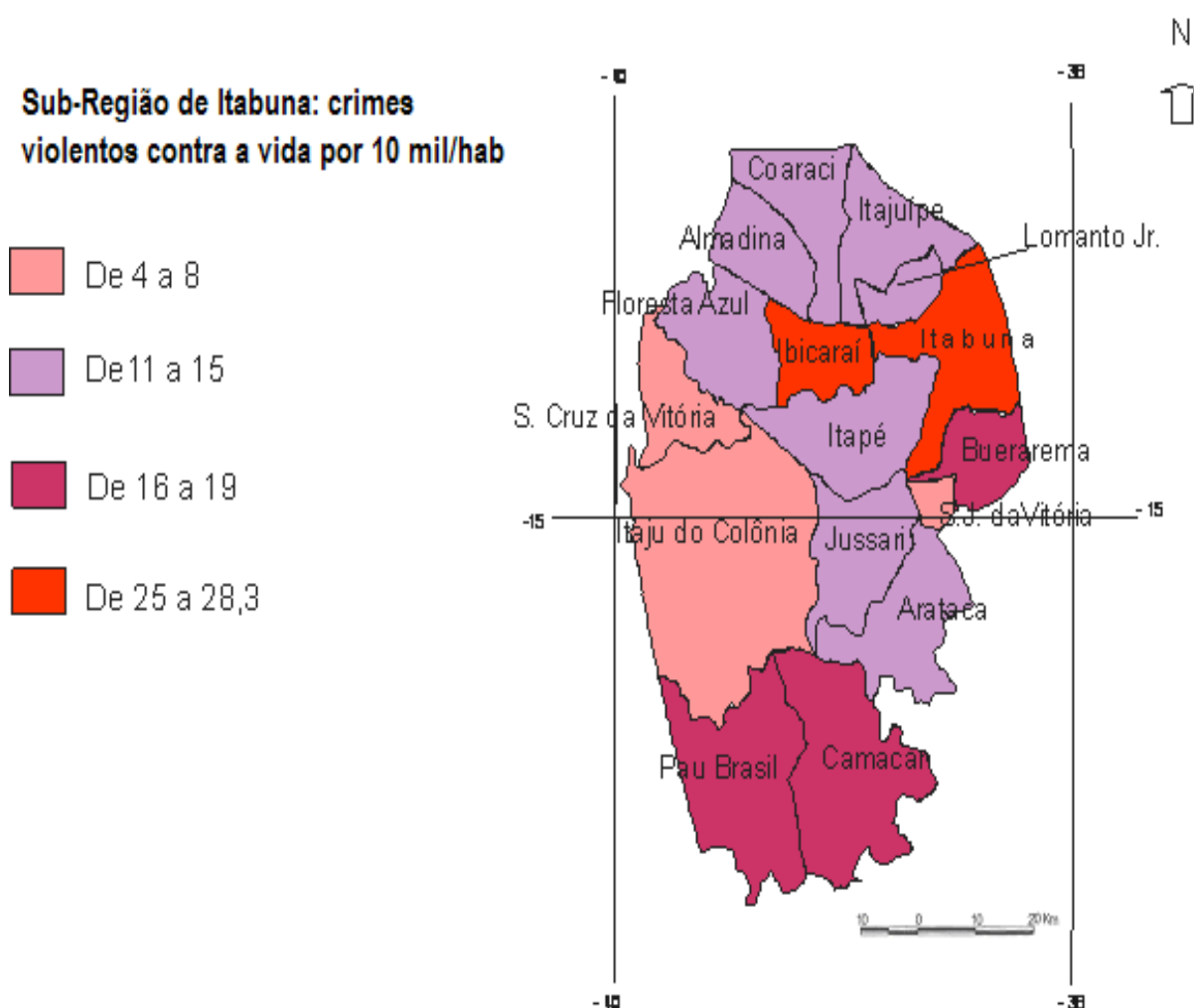


Figura 11: Sub-Região de Itabuna: crimes violentos contra a vida por dez mil/habitantes, 2003 - 2007.

Fonte: CEDEP 6ª Coorpin

Autor: SILVA, R.J.

Os municípios considerados, como os menos violentos da região, conforme aponta o mapa acima, São José da Vitória, Itaju do Colônia e Santa Cruz da Vitória, tiveram entre 4 a 8 morte por dez mil habitantes (Figura 11).

Em entrevista, o Juiz de Direito, titular da Vara do Júri de Itabuna, responsável por conduzir julgamentos dos homicídios dolosos que ocorrem em Itabuna, atribui o crescimento desse tipo de crime a questões sociais, como lares desestruturados, pré-disposição ao crime (patologias), instituições sem credibilidade e que não cumprem a contento suas funções. Isso gera a cultura da certeza da impunidade. Infelizmente, a polícia não funciona de forma satisfatória, ainda usa de métodos antigos, quando deveria usar dos atuais métodos científicos. Um outro problema em Itabuna, que tem contribuído de forma significativa para a incidência de crimes violentos é o aumento do consumo de crack, que “vem superando o consumo de maconha”, com conseqüências danosas à sociedade como um todo.

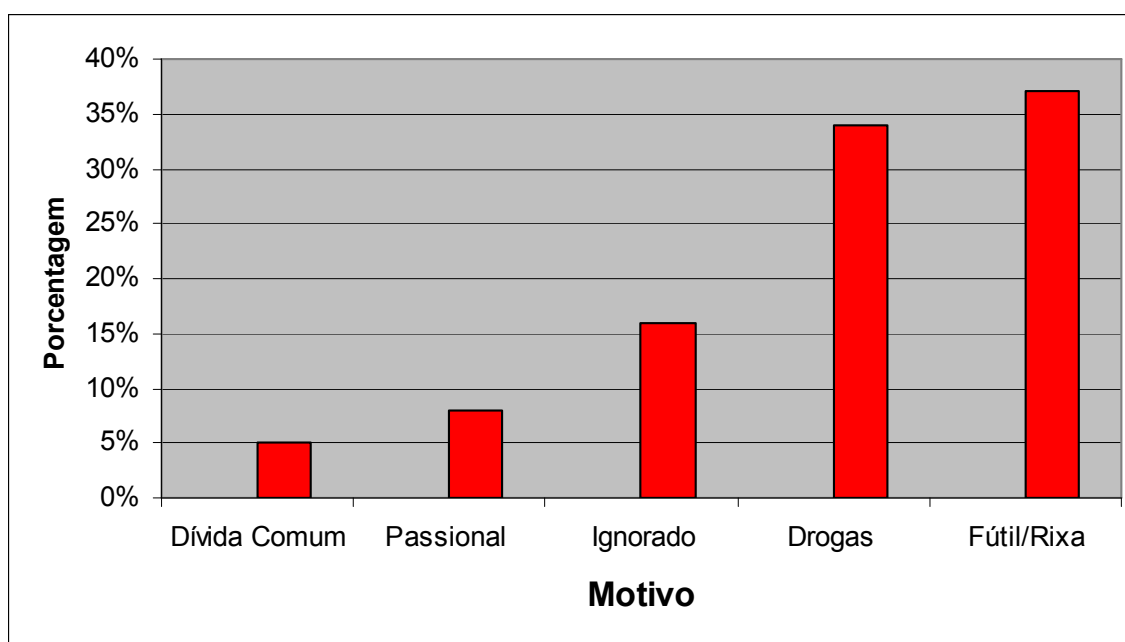


Figura: 12: Sub-Região de Itabuna: motivos no cometimento do homicídio doloso e lesão corporal seguida de morte, 2003 - 2007.

Fonte: Pesquisa em Inquéritos e/ou Dossiês de Inquéritos

Elaboração: SILVA, R. J

Os crimes de homicídio doloso e lesão corporal seguida de morte na Sub-Região de Itabuna têm como causa a Rixa, isto é, motivo fútil, compreendendo 37% dos casos, seguido por envolvimento no tráfico de drogas no varejo, seguido por questões passionais. Em Pau

Brasil, uma parte desses crimes foi cometido por conflito agrário de origem indígena, segundo apontam autoridade entrevistadas durante a fase de pesquisa deste trabalho.

Os instrumentos utilizados para cometer os crimes são as armas “brancas”, ou seja, perfuro-contusas ou corto-contusas, isto é, facão, machados, biscoi, enquanto que apenas em 30% dos casos são utilizadas armas fogo, daí as características motivadoras, uma vez que o cidadão comum tem dificuldades em adquirir uma arma de fogo, entretanto, quando se analisa esses crimes, cujos motivos são o envolvimento no comércio de entorpecentes, os meios utilizados para o cometimento são sempre a arma de fogo. Entretanto, constata-se que nos casos de envolvimento no comércio de entorpecentes, os meios utilizados para o cometimento são sempre a arma de fogo, indicando características de execução.

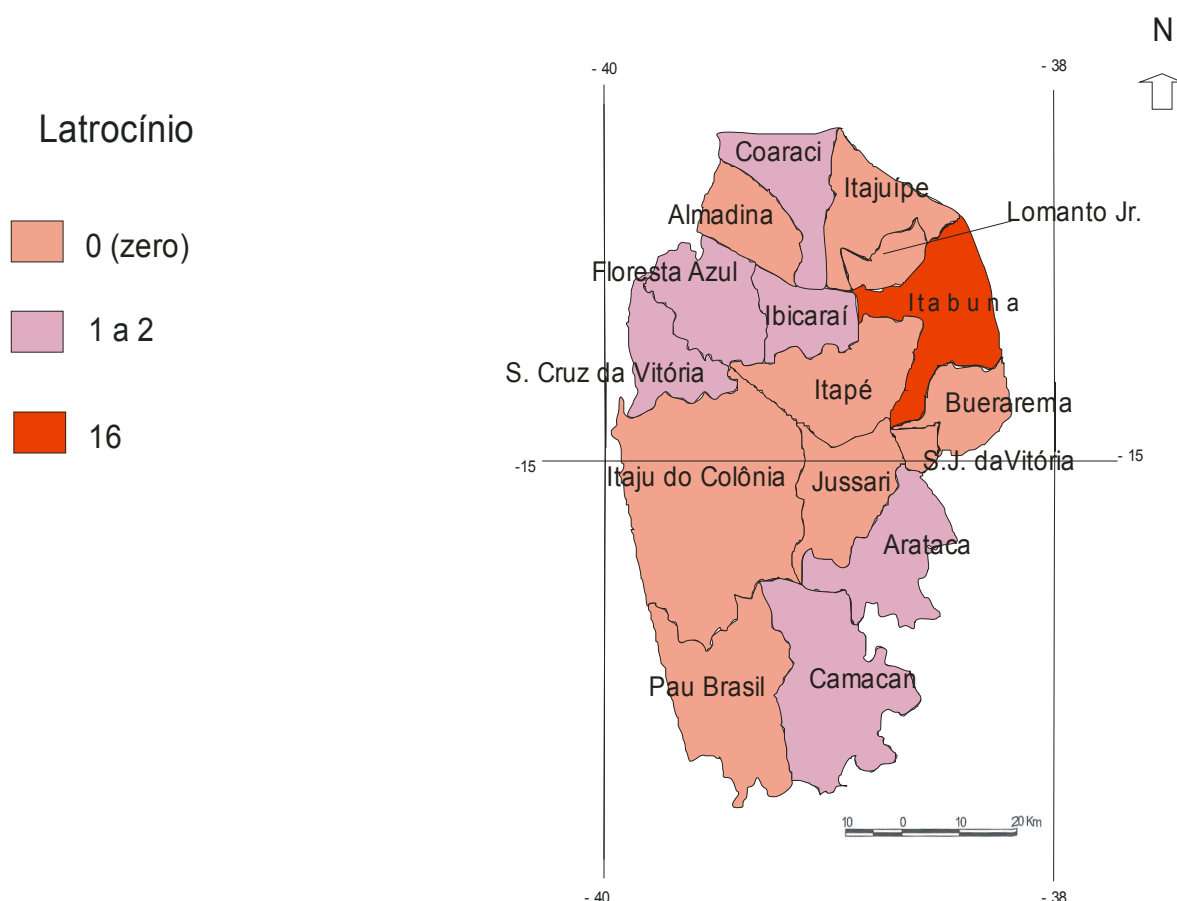


Figura 13: Sub-Região Itabuna: latrocínio, 2003 – 2007.

Fonte: CEDEP 6ª Coopin

Autor: SILVA, R.J.

O latrocínio não é muito comum na região em destaque. Sua ocorrência, no período de cinco anos, foi de apenas 25 casos, sendo mais uma vez liderados por Itabuna, com dezesseis casos. Deve-se, então, levar em conta que o comércio em Itabuna é bastante diversificado e atende não apenas a região acima, mas sua hinterlândia vai desde o extremo sul baiano, como Teixeira de Freitas até o oeste baiano como Vitória da Conquista, em algumas especificidades do comércio, como por exemplo, o ramo de autopeças. Portanto, a cidade é muito mais propensa a crimes contra o patrimônio que aquelas que têm um comércio muito pequeno ou mesmo incipiente, que não atende a demanda local. A concentração de população e de atividades varejistas contribuem para os crimes contra o patrimônio, especialmente nas áreas centrais da cidade onde se localizam estes estabelecimentos.

A notificação das estatísticas de latrocínio é um tanto deficiente em todo o Brasil e com certeza, na Bahia e na Sub-Região de Itabuna, não é diferente, uma vez que nem sempre se sabe se efetivamente num levantamento cadavérico, ou seja, num aparente homicídio doloso houve antes subtração de algum bem da vítima. Portanto, ainda que as investigações apontem posteriormente nesse sentido, a notificação inicial normalmente não é mudada, pois, muitas vezes, não se descobre a autoria e quando se descobre já se passaram meses até anos.

O horário das ocorrências de crimes contra a vida na Sub-Região em destaque, incide em 43% dos casos entre às 00 h 01min e seis da manhã e outros 25% ocorreram entre às 18h 01min e 00 hora (Figura 14). Portanto, pode-se perceber que num total de 68% desses crimes aconteceram durante a noite, sem a luz solar, pois um criminoso contumaz planeja um delito levando em conta a certeza da impunidade, e, por certo a noite dificultará sua identificação.

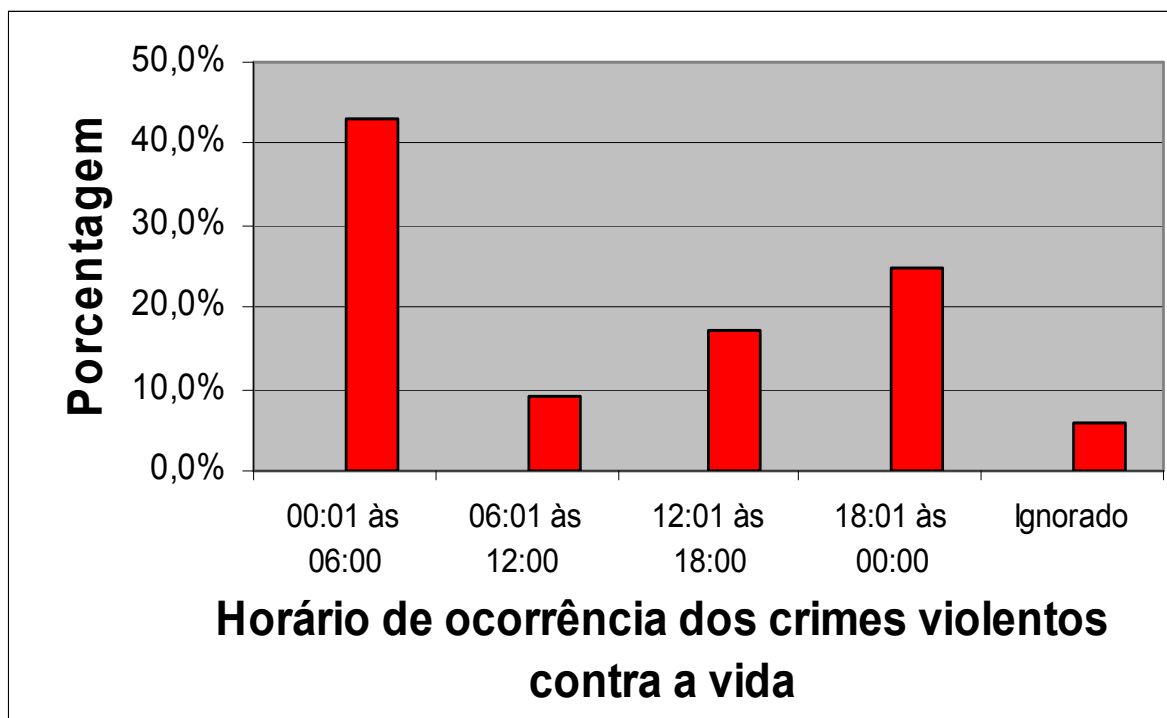


Figura 14: Sub-Região de Itabuna: horário de ocorrência dos crimes violentos contra a vida, 2003 - 2007.

Fonte: CEDEP 6ª COORPIN

Elaboração: SILVA, R. J.

Outro dado importante é que normalmente o local onde acontece esse tipo de infração é ermo, despovoado, sem circulação de pessoas ou veículos e com pouca ou nenhuma iluminação, ou seja, a organização do espaço pode facilitar ou não esse intento, da prática criminosa e a conseqüente impunidade.

Em cerca de 70,82% das pessoas vitimadas na região, o meio empregado para o cometimento do crime, foi arma de fogo, que, na verdade, trata-se de um predado das execuções perpetradas no mundo do narcotráfico. Assim, a tendência verificada no período foi de redução da participação da arma branca e de instrumentos contundentes (Figura 15).

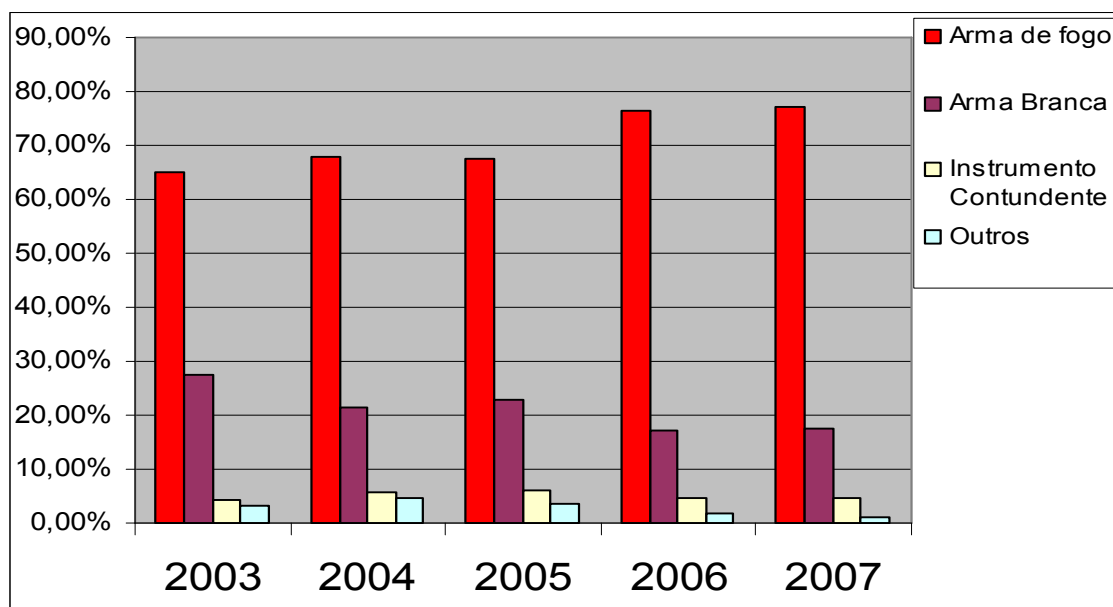


Figura 15: Sub-Região de Itabuna: meio empregado para o cometimento de crimes violentos contra a vida, 2003 - 2007.

Fonte: CEDEP 6ª COORPIN

Elaboração: SILVA, R. J.

Este fato evidencia a facilidade que se tem em adquirir uma arma de fogo em todo o Brasil e em matar usando esse tipo de arma, principalmente o crime organizado que importam armas mais pesadas, porém portáteis (fuzis, metralhadoras) ou invadem estabelecimentos da polícia ou das forças armadas e roubam essas armas em ações por demais ousadas, enfrentando diretamente o Estado Democrático de Direito. Por isso, os legisladores preocupados em formular leis que dificultem o acesso (legal) à arma de fogo e puna com mais severidade o porte ilegal de arma de fogo aprovaram em 2003 o Estatuto do Desarmamento.

Um dos avanços estatuto foi tornar crime inafiançável o porte ilegal de armas, com penas que variam de dois a doze anos de prisão. Porém, hoje, fazendo uso de alguns dispositivos legais, um “sujeito” preso por porte ilegal de arma de fogo, recorre à justiça, paga fiança e volta para as ruas, alguns para continuar na prática reiterada de crimes acreditando creditando sempre na chamada impunidade.

O texto também previu um referendo popular em 2005 para decidir a proibição do comércio de armas no país. O resultado foi pela não proibição, ou seja, ainda que com toda dificuldade criada pela lei, o cidadão tenha o direito de possuir uma de fogo para se defender.

Deduz-se então, a falta de crédito da população brasileira nos órgãos que compõem o aparelho de justiça do Estado Brasileiro (Justiça / Polícia Civil e Militar).

### 3.1.2 Crimes contra o patrimônio

Os furtos e roubos de veículos automotores e motocicletas na Sub-Região de Itabuna tem índices altos se comparados com outras cidades ou mesmo regiões do Estado da Bahia, segundo dados coletados na fase da pesquisa, de 2003 a 2007, a incidência de foi de 1.021 furtos ou roubos, sendo em Itabuna ocorreram 880, ou seja, 86,2% dos fatos e que os outros municípios juntos somaram apenas 141 furtos/roubos de veículos, o que corresponde a 13,8% do total.

Os veículos furtados ou roubados em Itabuna, normalmente, são objetos de desmanches para abastecer o mercado de autopeças em Itabuna e cidades vizinhas. O uso de veículos por quadrilhas de assaltantes seja da região ou de outras do Estado ou mesmo do País, normalmente são do tipo *pokemon*, ou seja, veículos que são comprados por laranjas e não pagos. Por isso, a restrição é apenas fiscal, daí o risco de ser parado numa barreira policial ser bem menor. Entretanto, na fuga dessa quadrilha após o cometimento de crimes, eles podem tomar de assalto algum veículo, mas a regra não é essa. Na emergência da fuga eles também utilizam estradas vicinais para burlar as barreiras policiais nas rodovias Federal BR 101 e Estadual BA 415, conforme aponta o Delgado da Delegacia Especializada na Repressão de Furtos e Roubos.

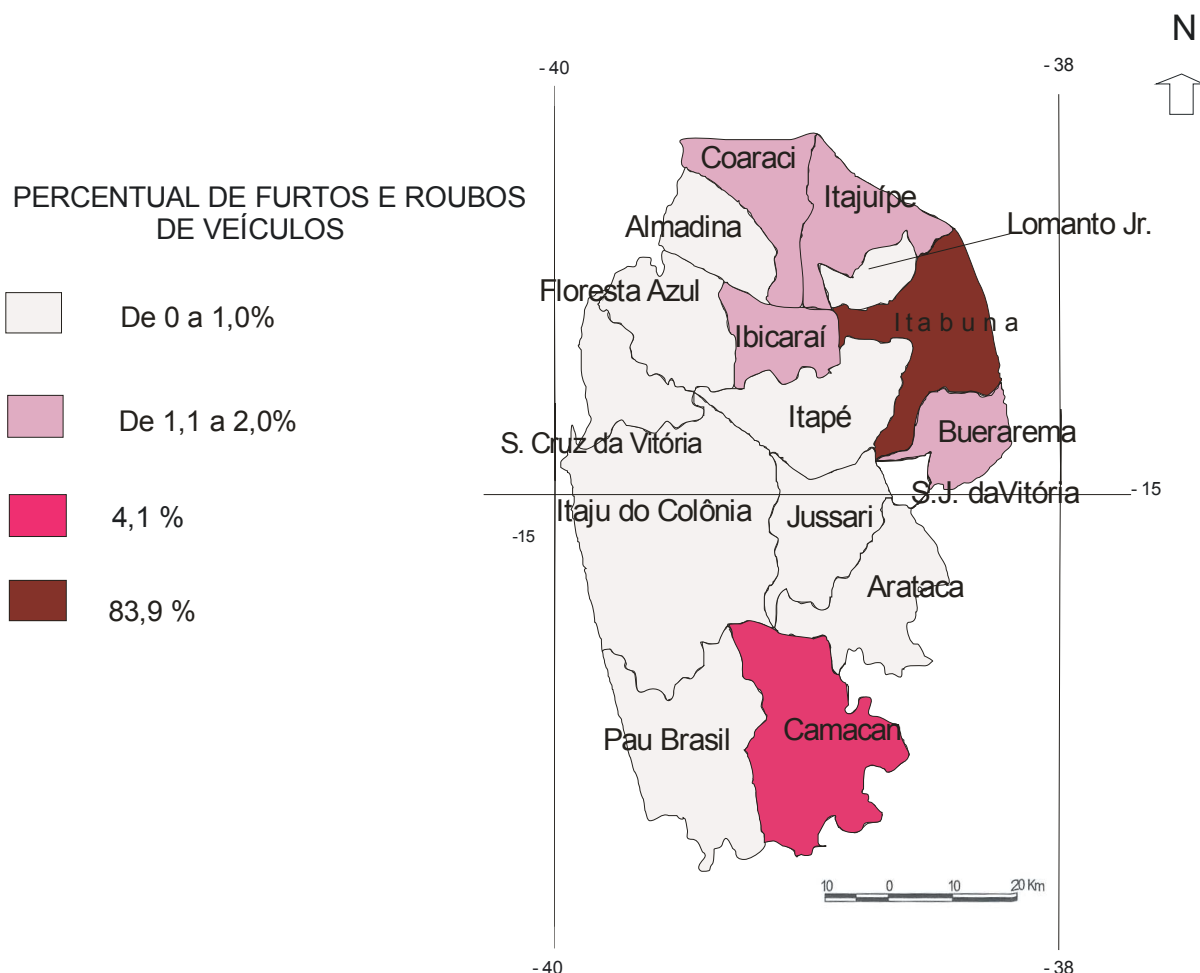


Figura 16: Sub-Região de Itabuna: furtos e roubos e veículos/motocicletas, 2003 - 2007.

Fonte: CEDEP 6ª Coorpin

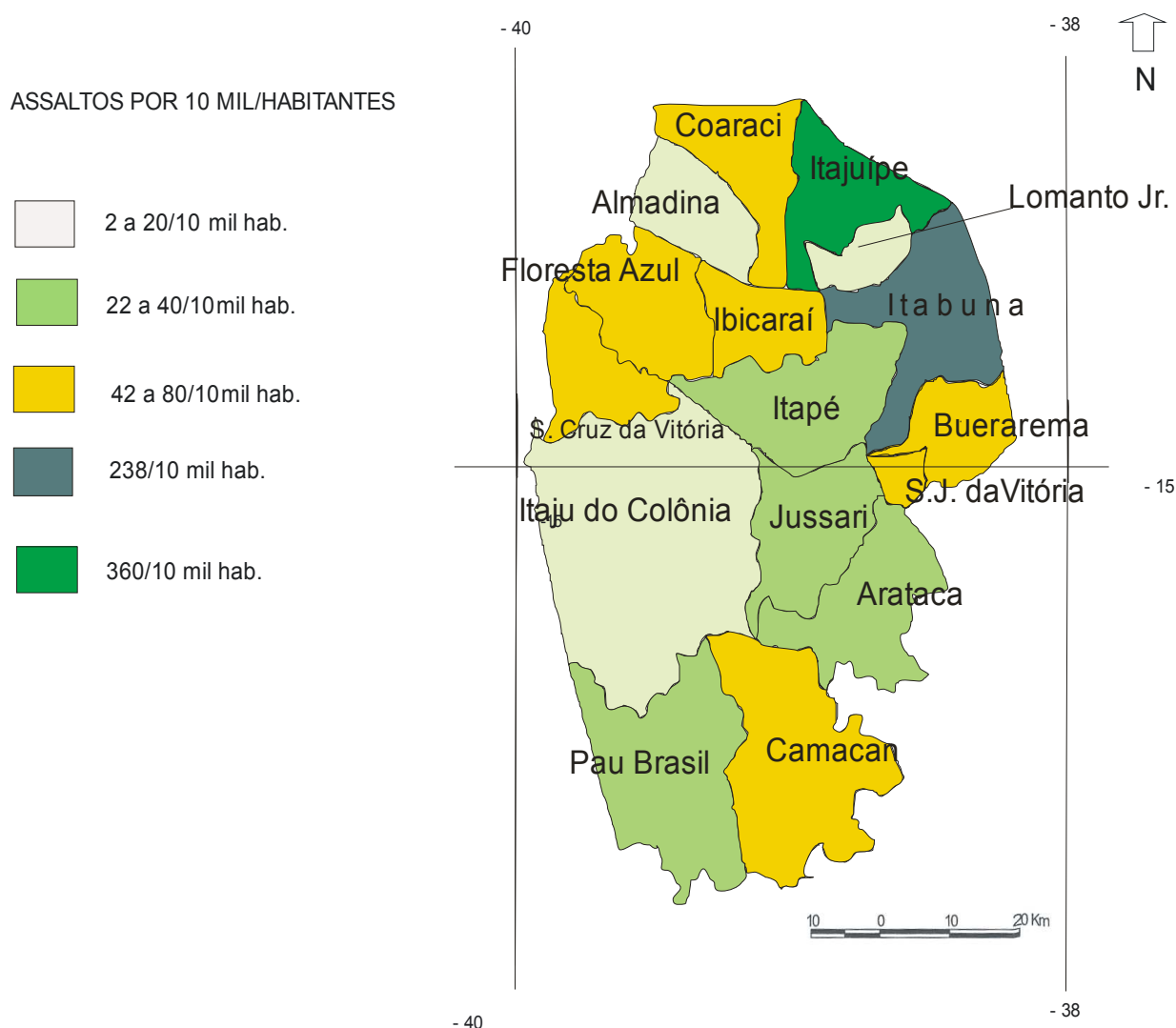
Autor: SILVA, R.J.

No município de Camacan ocorreram 42 subtrações, do universo total corresponde a 4,1%, seguido pelos municípios de Buerarema, Ibicaraí, Itajuípe e Coaraci com um percentual de furtos e roubos de veículos entre 1,1% a 2,0%. O restante dos municípios da região em destaque corresponde de 0 (zero) a 1,0% dos casos. Os furtos e roubos de veículos em Santa Cruz da Vitória têm incidência maior na Rodovia federal BR 101, os quais na maioria das vezes são utilizados para auxiliar na prática de outros crimes, e posteriormente são abandonados em outros municípios da região.

Nesse contexto, deve-se levar em conta que Itabuna possui uma frota de veículos bem superior aos outros municípios, por isso deter um número tão elevado de furtos e roubos de veículos e motocicletas, além disso, a referida cidade também na condição de pólo regional

provedor de serviços, atrai um grande número de veículos diariamente, procedentes de outros municípios da Sub-Região e mesmo de outras áreas.

Os assaltos à mão armada a transeuntes incidiram na região em 6.057 casos, porém somente em Itabuna foram 5.026, ou seja, 82,96% dos roubos, entretanto, quando se faz uma análise do número de assaltos por cinco mil habitantes, a cifra muda consideravelmente, vindo a figurar como municípios mais violentos Itajuípe, onde foram registrados 180 assaltos por cinco mil habitantes, sendo seguido por Itabuna com 119/5mil habitantes (Figura 17).



Fonte: CEDEP 6ª Coopin  
Autor: SILVA, R.J.

Na atuação de quadrilhas de assaltantes, principalmente a bancos ou caixas eletrônicos oriundas de outras regiões, principalmente da região Sudeste, há um elemento a ser

observado, ou seja, normalmente um dos integrantes dessas quadrilhas tem a naturalidade baiana, e seus familiares nas duas últimas décadas emigraram por causa da “vassoura-de-bruxa” que dizimou parte da lavoura do cacau na região e estes acabaram desempregados, pois em sua maioria eram de trabalhador rural.

Um dos exemplos claros desse fenômeno é o caso do traficante conhecido por *FANTASMA*, que, em 2007, aterrorizou a cidade de Itabuna, queimando ônibus, promovendo assaltos diversos e incrementando o tráfico de entorpecente em bairros periféricos. Os pais do referido traficante, foram para São Paulo, no período indicado acima, levando-o ainda criança. Lá *Fantasma* se envolveu inicialmente com uso de drogas e posteriormente, com assaltos e tráfico, sendo preso, quando teve oportunidade de se alistar no denominado grupo de criminosos PCC (Primeiro Comando da Capital).

Outros assaltantes, normalmente oriundos do Sudeste, vão para outras regiões, para se reabastecer de dinheiro, promovendo o reaparelhamento dessas quadrilhas no Sudeste, como compras de fuzis, pistolas, granadas, entre outros armamentos. Normalmente, eles escolhem cidades pequenas, pois estas têm um policiamento muito deficiente, às vezes, conta apenas com dois ou três policiais, os quais são facilmente contidos.

Os municípios que apresentam os menores índices de violência no contexto de assaltos à mão armada e também de furtos diversos são respectivamente, Almadina, Lomanto Junior, Itapé, Jussari, Arataca, Pau Brasil e Itaju do Colônia.

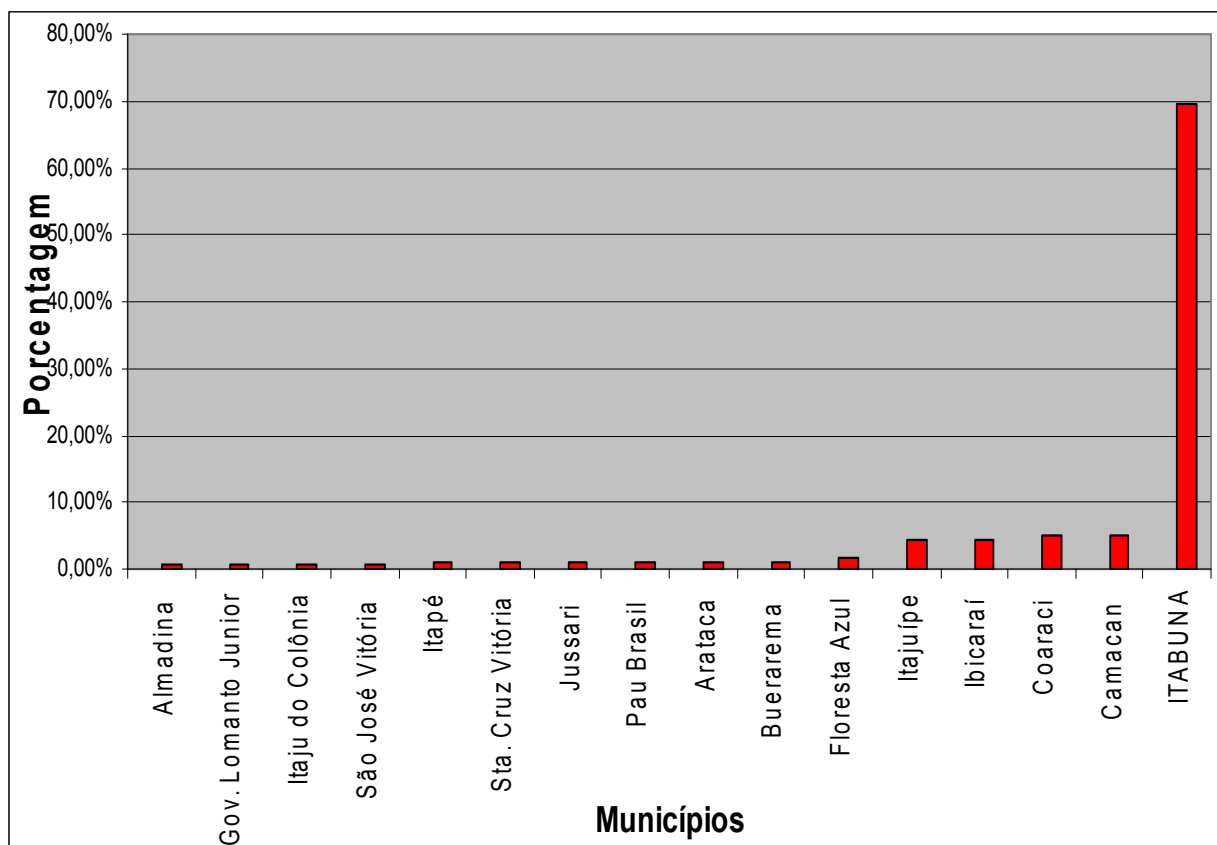


Figura 18: Sub-Região Itabuna: ocorrências de furtos, 2003 - 2007.

Fonte: CEDEP 6ª Cooprin

Autor: SILVA, R.J.

A Sub-Região teve uma notificação de 18.966 registros de furto sendo que o município de Itabuna contou com 13.176 queixas ou ocorrências de furto, o que corresponde a 69,5% do total da região. Itabuna por se constituir numa cidade altamente urbanizada (97%) tem um perfil bem diferente dos furtos ocorridos em toda a região em análise, vez que os mesmos são em sua maioria, qualificados, ou seja, por arrombamento, à residência, empresas e lojas diversas, principalmente, nos centros comerciais. Nos outros municípios, os furtos também estão relacionados a furtos em fazendas de cacau ou de gado, este principalmente na parte oeste da Sub-Região de Itabuna, por se concentrar esse tipo de atividade rural. O furto de amêndoa de cacau é freqüente na zona rural desta região, por causa da rentabilidade da arroba de cacau, que ultrapassou sessenta reais, o que significa que um quilo desse produto custa mais de quatro reais.

Os municípios de Camacan, Coaraci, Itajuípe e Ibicaraí também lideraram na região a criminalidade nesse âmbito, além dos furtos na zona rural, também tiveram acentuada ocorrência no comércio local.

Além dessa questão social, outros fatores ainda contribuem para a violência, como por exemplo, o uso e tráfico de substâncias químicas ilícitas, tais como maconha, crack e cocaína, que acabam tendo relações com os crimes de homicídios dolosos, furtos e roubos, a até violência doméstica em toda Sub-Região de Itabuna.

As autoridades policiais (delegados de Polícia) entrevistadas foram unânimes em estabelecer a relação entre violência, drogas ilícitas e desemprego na região. Normalmente, os usuários de drogas ilícitas são os principais autores e vítimas, principalmente de crimes contra a vida, estes por sua vez são jovens e adolescentes e possuem baixo ou nenhum nível de escolaridade e quando praticam os crimes contra o patrimônio alegam ser para suprir a alimentação básica e o sustento do uso de drogas, pois normalmente estão desempregados.

O índice de criminalidade violenta em São José da Vitória é baixo, se comparado a outros municípios, destacando que as principais ocorrências lá são do tipo de menor potencial ofensivo, ou seja, calúnia, difamação (fuxico), lesões corporais (em brigas de vizinhos ou de parentes – normalmente uma das partes sob efeito do álcool. A exceção ocorre na Rodovia Federal BR 101, onde é comum assaltos à mão armada, principalmente a transportes coletivos intermunicipais e alguns a veículos de carga, quando estacionam em postos de combustíveis. As estradas vicinais, aquelas que cortam o território municipal ligando a outros municípios, sem camada asfáltica, são utilizadas por quadrilhas em fugas que praticam assaltos, evadindo com destino a Camacan ou Buerarema.

É importante, acrescentar que roubos a carga na Rodovia Federal BR 101, em toda região só ocorre nos postos de combustíveis, quando os motoristas param para reabastecer ou se alimentar, pois a malha de rolamento encontra-se em bom estado de conservação, por isso os veículos andam em alta velocidade, dificultando, qualquer forma de abordagem com o veículo em movimento, daí o número de roubos a carga ser baixo na região.

A violência criminal na região aumentou muito a partir da década de oitenta, fato que está relacionado ao desemprego por causa da queda da monocultura do cacau, que provocou o aumento do êxodo rural, fenômeno este verificado em todo país nas últimas décadas.

Entretanto, na região em estudo, acabou sendo exacerbado pela crise do cacau. As fazendas tinham como principal atividade econômica a cacauicultura, que empregava muita mão-de-obra, a qual estava concentrada na zona rural e acabou uma parte migrando para as cidades (inchando as periferias, que hoje é infinitamente maior que na década de oitenta) e outra parte saído da região cacaueira e se estabelecendo em outras regiões do Estado da Bahia e do país.

## **CAPÍTULO IV – ITABUNA UMA CIDADE VIOLENTA**

### **4.1 Caracterização de Itabuna**

O município de Itabuna, segundo classificação territorial geográfica do IBGE, localiza-se na microrregião homogênea denominada Itabuna – Ilhéus, que por sua vez encontra-se inserida na macro-região denominada Sul Baiana, entre a Microrregião de Valença e de Porto Seguro no Extremo Sul do Estado. O referido município dista de Salvador 429 quilômetros e tem como latitude sul (39° 17' 36") e longitude oeste (14° 47' 21").

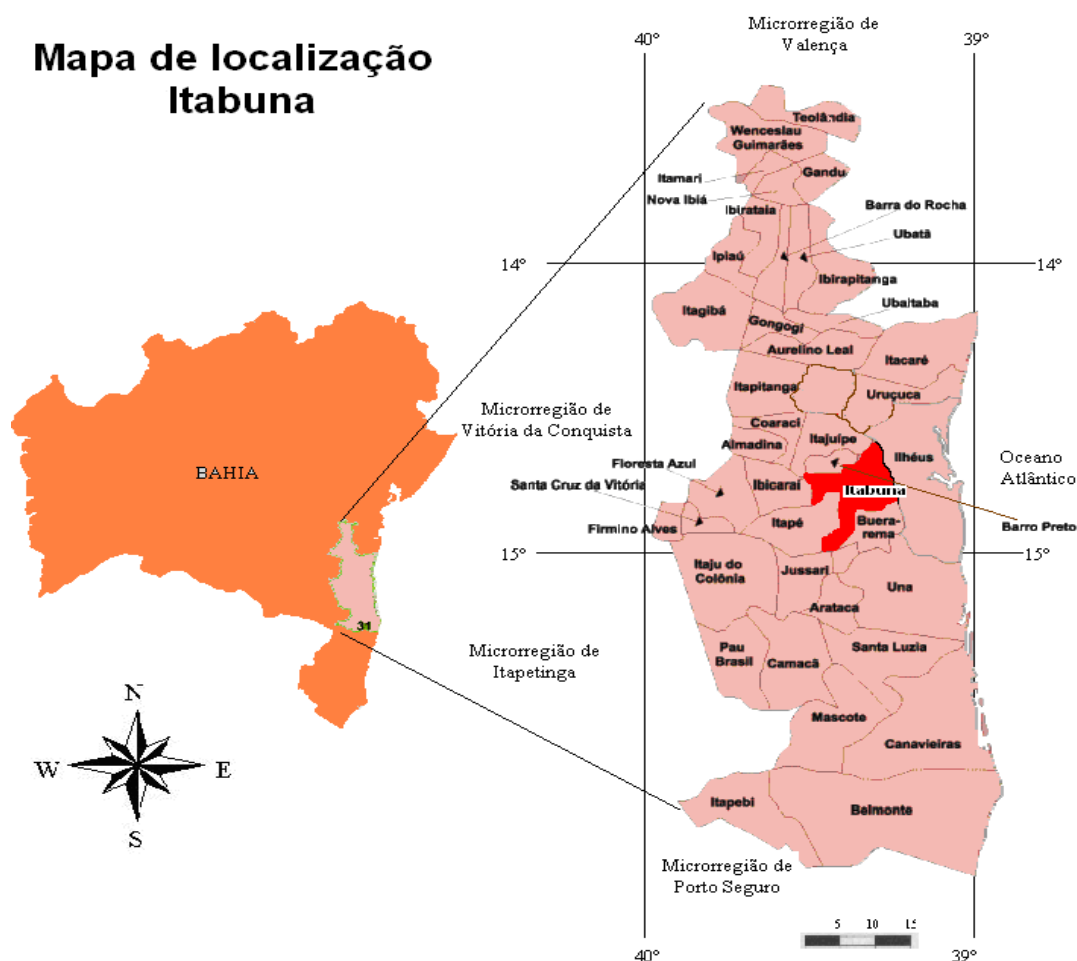


Figura 19: Mapa de localização de Itabuna.

Fonte IBGE (1999)

Elaboração: Silva, R. J.

A história do povoamento de Itabuna começou nas das margens do Rio Cachoeira, as quais eram utilizadas como passagem de tropeiros que se dirigiam para Vitória da Conquista levando produtos e especiarias para serem comercializados naquela cidade. Surgindo então um lugarejo chamado Burundanga, posteriormente denominado Arraial de Tabocas em 1857 (Silveira, 2002), onde as fazendas de cacau que começavam a dar os primeiros frutos. Dessa forma, o crescimento de Tabocas foi ampliado pelo contingente de sergipanos trazidos por Firmino Alves, este considerado fundador de Itabuna, mas também de pessoas de diversas regiões do sertão baiano, bem como do Oriente Médio (Andrade e Rocha, 2005).

Firmino Alves liderou a luta para emancipar a Vila de Tabocas do município de Ilhéus, sendo conseguido em 1906. Após quatro anos a referida vila foi batizada como

Itabuna, uma homenagem aos índios que habitavam no local, os quais denominavam a região de “Ita Una”, expressão em tupi que significa “pedra preta”, que era comum na região.

Seu crescimento ocorreu de forma mais acelerada entre as décadas de 1910 a 2000, a partir do centro irradiando para a periferia, em três momentos distintos: o primeiro foi entre 1910 a 1940 quando o centro urbano expande-se para os bairros peri-centrais Pontalzinho e Conceição, o segundo momento histórico foi entre 1940 a 1970 ao norte, oeste e sul da cidade, quando surgem respectivamente os Bairros de Fátima, Santo Antonio e São Caetano.

Entre 1970 a 2000 o crescimento urbano de Itabuna consolida os bairros já existentes e surgem diversos outros bairros, oriundos em sua maioria de loteamentos clandestinos e isso de forma desordenada, trazendo uma série de problemas urbanos, gerando uma demanda muito grande de equipamentos urbanos (asfaltamento, iluminação pública, esgotamento sanitário etc), também por serviços (saúde, educação) e por empregos, principalmente para trabalhadores rurais que perderam seu emprego nas fazendas da região, a partir do final da década de 1980, com o surgimento da “vassoura-de-bruxa”.

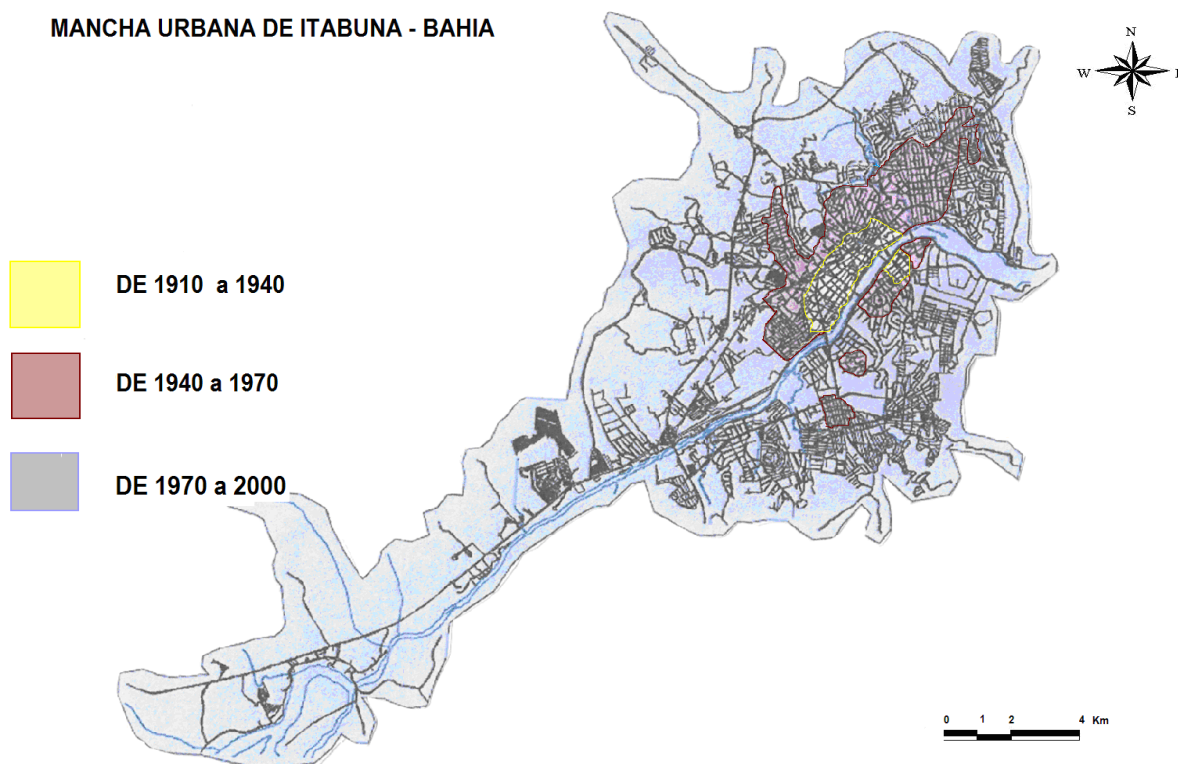


Figura 20: Itabuna: Mancha Urbana.  
 Fonte ANDRADE, M.P.; ROCHA, L.B. (2005)  
 Adaptação: Silva, R. J.

Andrade e Rocha (2005) afirmam que o período entre a década de 30 e 80 foi o mais importante da lavoura cacaueira, um tempo de conquista da terra, cultivo, colheita, comercialização e exportação do cacau, de muita riqueza e muitas distorções sociais, tempo em que a região foi conhecida como “pobre região rica”, período áureo da Região do Cacau. Essa expressão significa que, apesar da riqueza, campeava as distorções sociais, a miséria do trabalhador rural.

Segundo o IBGE (2006) a área total do município de Itabuna é de 465,49 km<sup>2</sup>, sendo a urbana de 65,93 km<sup>2</sup>. A taxa de urbanização é de 97,12%, o número de habitantes de 210.604 residentes (IBGE, 2007), tendo como Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M) o terceiro melhor da Bahia com um IDH-M de 0,748, perdendo apenas para Salvador (0,805) e Lauro de Freitas (0,771). Característica geográfico-econômica que faz de Itabuna uma cidade extremamente urbana, aliás, o mais urbanizado dos municípios da Região Sul da Bahia.



Figura 21: Vista aérea de Itabuna.  
Foto: Carlos Maia.

Por décadas, de economia agrária focada na produção cacaueteira, o município de Itabuna busca fontes alternativas de produção na diversificação de culturas, tendo também vocação natural para fornecimento de serviços, o que faz de Itabuna um pólo regional com uma grande rede de hinterlândia na região, hoje é um importante entreposto comercial da região sul baiana e fornecedor de serviços diversos, especializado de saúde e educacional, contando com diversas escolas e faculdades, atraindo gente de toda região sul e oeste da Bahia, inclusive do norte de Minas Gerais.

Itabuna é o único município de sua sub-região, que possui uma matriz industrial diversificada, numa média de 800 indústrias localizadas em seu território, sendo a maior parte na zona urbana. Essa matriz é composta por indústrias têxteis, de sapato e de chocolate. Seu principal Distrito Industrial está situado em Ferradas, distrito do município, a oito quilômetros do centro da cidade.

#### **4.2 Vítimas e autores de crimes violentos contra a vida: uma caracterização socioeconômica**

O crescimento urbano desordenado de Itabuna conduziu a população pobre para moradias segregadas, degradadas, sem condições de sobrevivência, em loteamentos clandestinos, os quais foram transformados em bairros, que herdaram a falta de estrutura básica, tais como saneamento, calçamento, iluminação pública e falta de objetos e equipamentos urbanos (parques, praças, quadras poliesportivas, escolas, creches etc), uma realidade das médias e grandes cidades brasileiras. Todavia em Itabuna, há outro ingrediente, pois, com a decadência da monocultura do cacau, a Cidade vem crescendo em detrimento da perda de habitantes de cidades de sua hinterlândia, conforme aponta o IBGE, 2007.

A contagem populacional descrita pelo IBGE (2007) apurou que 44 dos 72 municípios da meso-região sul da Bahia perderam habitantes. A situação é ainda pior se levado em conta cidades que têm no cacau a principal atividade econômica, em que das 52 cidades, 37 registraram redução do contingente. Ressaltando-se que as cidades médias da região como Itabuna, Ilhéus, Eunápolis, Porto Seguro e Teixeira de Freitas tiveram ganhos consideráveis em seu contingente populacional. Isso significa aumento e inchaço das cidades

mencionadas, uma vez que esse êxodo está relacionado a um contingente sem a devida qualificação profissional, pois é oriundo do campo, da lavoura cacaueteira. Portanto, sem poder socioeconômico suficiente, vai fazer parte do contingente da exclusão socioespacial e, aumentar a problemática dessas periferias, fenômeno que vem se implantando desde a década de 1980, na região sul da Bahia.

Uma constante no mundo todo é que os protagonistas da violência e da criminalidade, tanto os autores quanto as vítimas, são jovens do sexo masculino, pois na verdade todo jovem dessa sociedade de consumo busca o pertencimento, quer ser reconhecido, portanto, acaba exacerbando esse querer, o que por certo os leva a comportamento de risco. Esta pesquisa mostra que no período de cinco anos, os casos de homicídios dolosos em Itabuna, 92% ocorreram contra pessoas do sexo masculino e apenas 8% ocorreram contra pessoas do sexo feminino.

O perfil socioeconômico das vítimas e autores de homicídios dolosos está relacionado à pobreza e à exclusão social. Essas pessoas pertencem em sua maioria ao mesmo bairro, de característica periférica e de moradias precárias. Por outro lado, 44,7% dos autores desse tipo de crime têm como profissão “Serviços Gerais”, ou seja, não tem profissão definida por falta de qualificação, tendo por característica ser atividades de baixíssima remuneração, fato que é facilmente observado nos outros perfis.

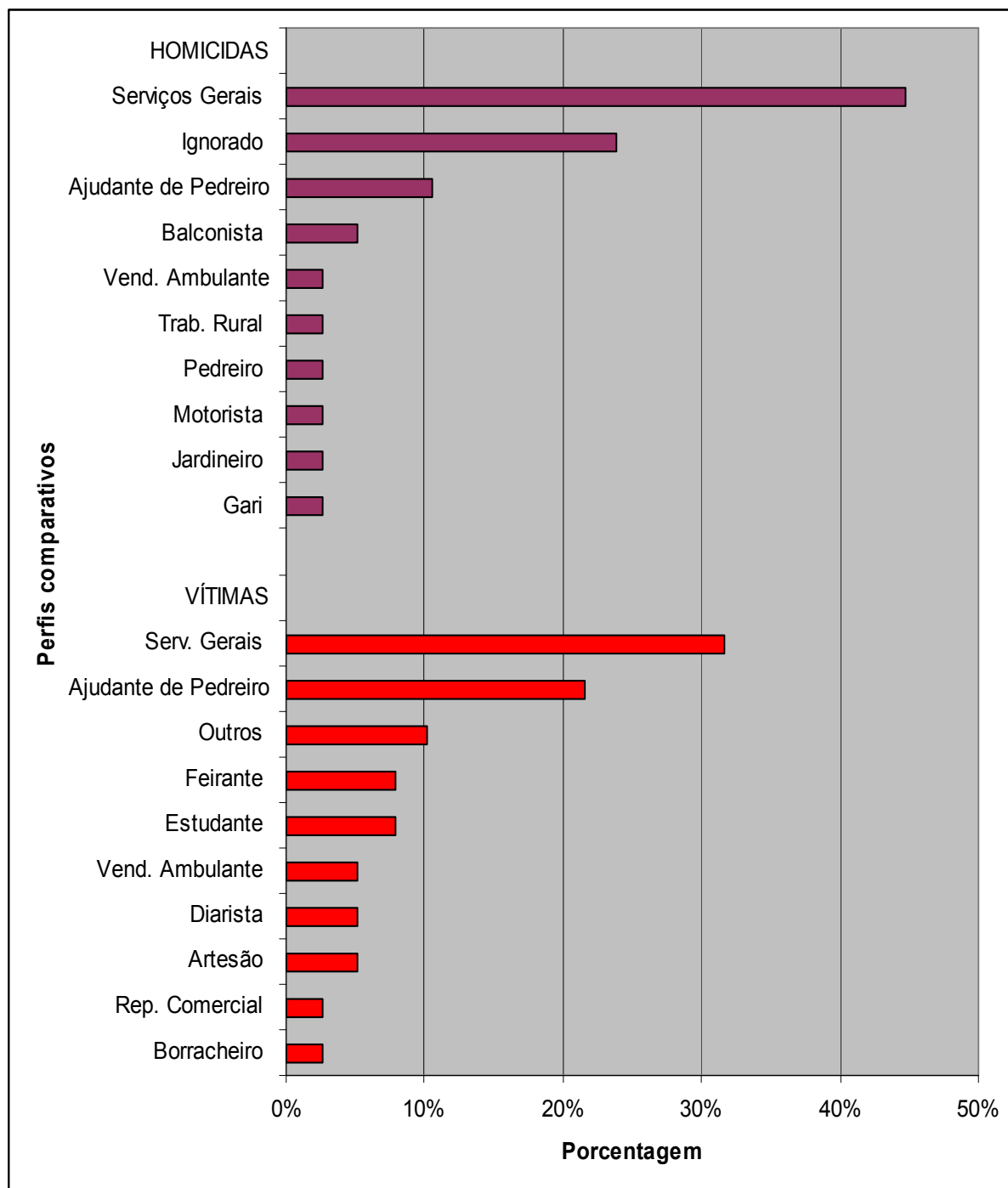


Figura 22: Itabuna: perfis comparativos profissional de homicidas e vítimas, 2003 – 2007.

Fonte: Pesquisa em inquéritos e/ou dossiês

Elaboração: SILVA, R. J.

Uma parcela significativa desse quadro, ou seja, que 23,9% dos criminosos tiveram suas profissões ignoradas. Isso explicita que essa parcela está relacionada diretamente a crimes que não foram solucionados, em que os criminosos não foram identificados. Esse fator traduz-se em impunidade, que é sem dúvida motivante no cometimento de crimes, de

qualquer natureza, pois um indivíduo seja ele criminoso comum ou de colarinho branco, com a certeza da impunidade, acreditará que o crime compensa.

As vítimas de homicídio doloso têm um perfil socioeconômico bastante similar a dos seus algozes, pois estão inseridos no mesmo contexto socioespacial, são de profissões subalternidade, de baixa qualificação e baixo ganho salarial (Figura 23).

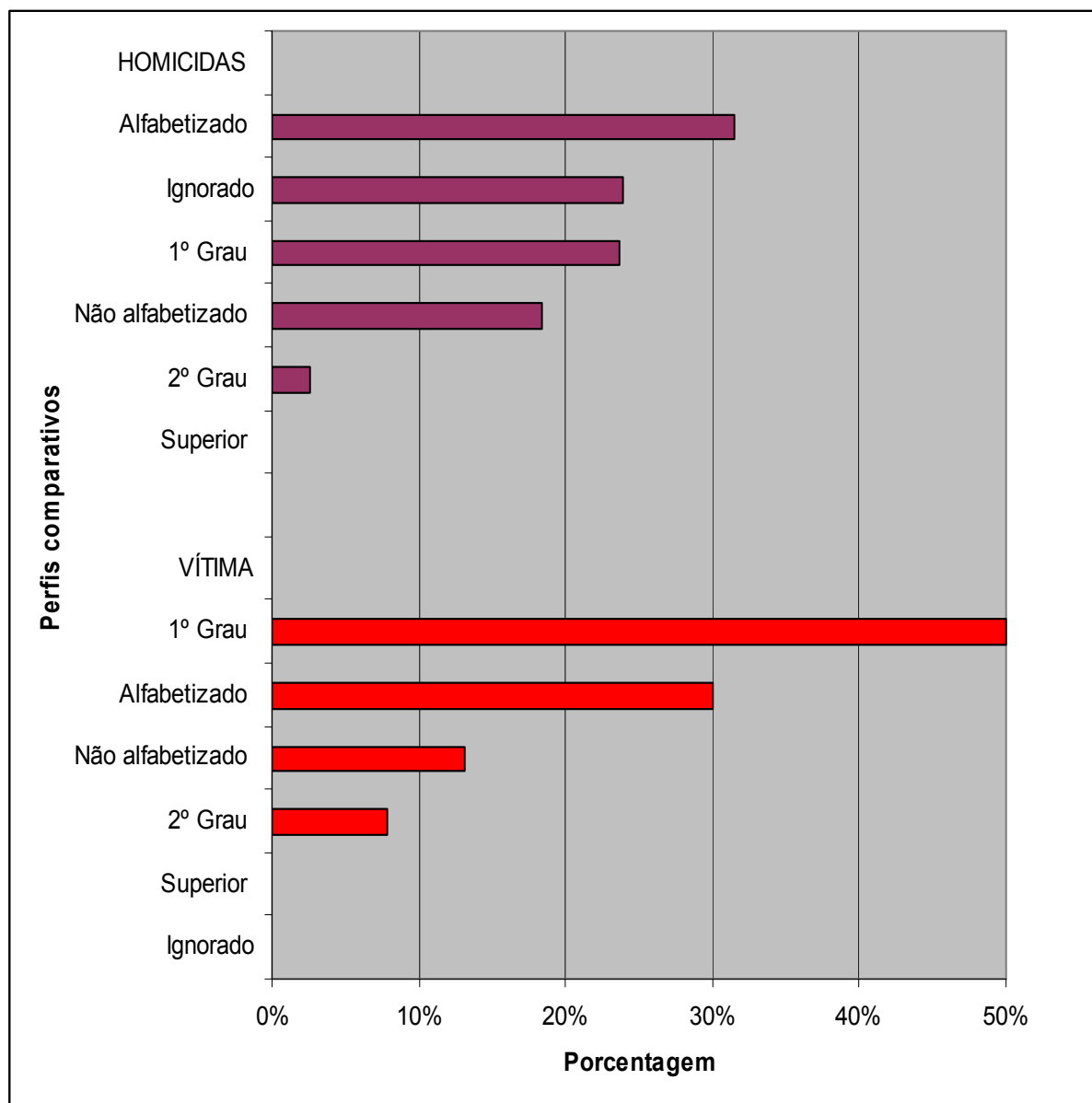


Figura 23: Itabuna: perfis comparativos do nível de instrução de homicidas e vítimas, 2003 – 2007.

Fonte: Pesquisa em inquéritos e/ou dossiês

Elaboração: SILVA, R. J.

No contexto da qualificação profissional das vítimas, nota-se que 50% delas têm apenas o primeiro grau, hoje chamado de ensino fundamental e apenas 7,8% das vítimas tinham cursado o antigo 2º Grau, atual ensino médio e nenhuma delas estavam no nível de ensino superior.

A leitura dos perfis socioeconômicos evidencia uma forte segregação socioespacial, bairros marcados pela ausência do Estado – onde dificilmente transitam viaturas policiais em rondas, até porque em algumas ruas o trânsito de veículos automotores é impedido por causa da má conservação ou da ausência de pavimentação.



Figura 24: Itabuna: Bairro Nova Califórnia.

Foto: SILVA, R. J (Pesquisa de Campo)

O recorte paisagístico (figura 24) da rua de acesso ao Bairro Nova Califórnia, um dos bairros mais violentos da cidade, que evidencia a realidade de exclusão social e de falta de intervenção pública, a qual é regra em quase toda periferia de Itabuna.

#### 4.2.1 Crimes violentos contra a vida e sua relação com o tráfico de drogas: uma distribuição espacial

Recentemente foi veiculado em um jornal televisivo do Brasil, que naquele dia em Bagdá – Iraque, região em guerra declarada, nove pessoas foram assassinadas, vítimas de atentados de forças da chamada resistência iraquiana contra agentes invasores, fato que chocou todo o mundo. Entretanto, no Brasil a média diária de homicídios dolosos, há muito tempo, é de duzentas pessoas (IBGE, 2006) e isso não choca o país, ou pelo menos não é veiculado pela mídia nacional, dando o devido enfoque. Portanto, as perdas populacionais por homicídios são altas, o que indica uma verdadeira guerra urbana no país.

O fato é que em Itabuna não é diferente, lugar onde os fenômenos em escala nacional tomam forma. Assim, observa-se que ano de 2002 houve um total de 79 crimes violentos contra a vida, existindo aumentos nos anos seguintes (Figuras 28 e 29). Entre o ano de 2002, quando ocorreram 79 casos ao ano 2008, com 138 mortes violentas. Assim houve um aumento de 74,7% de pessoas ceifadas propositadamente, de um total de 812 mortes no período de sete anos.

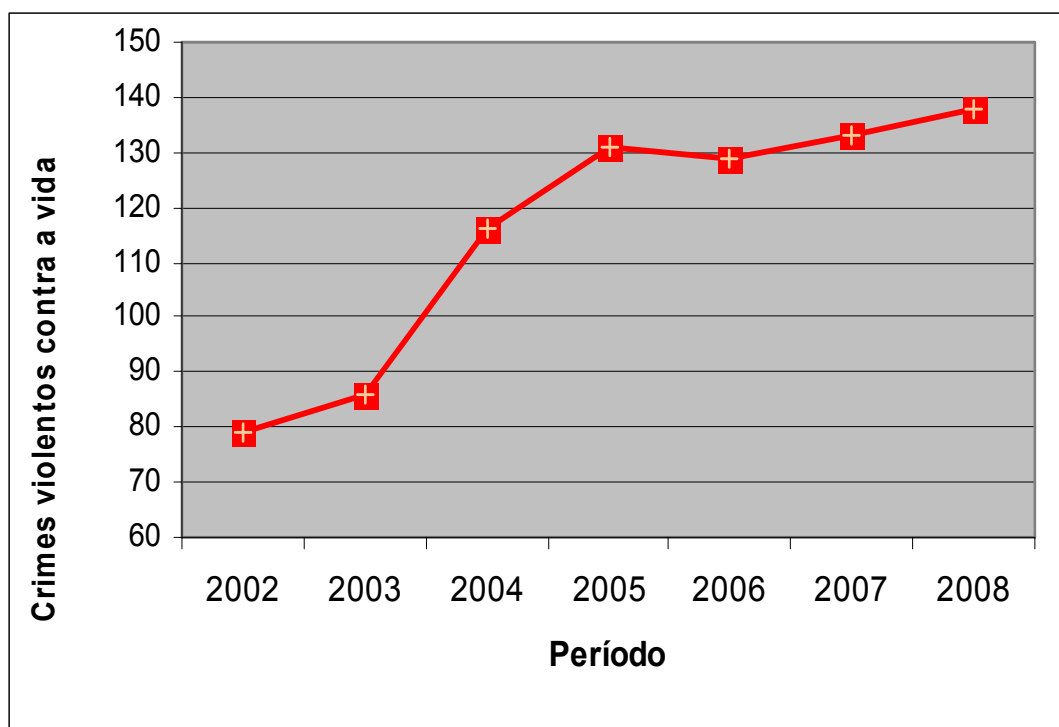


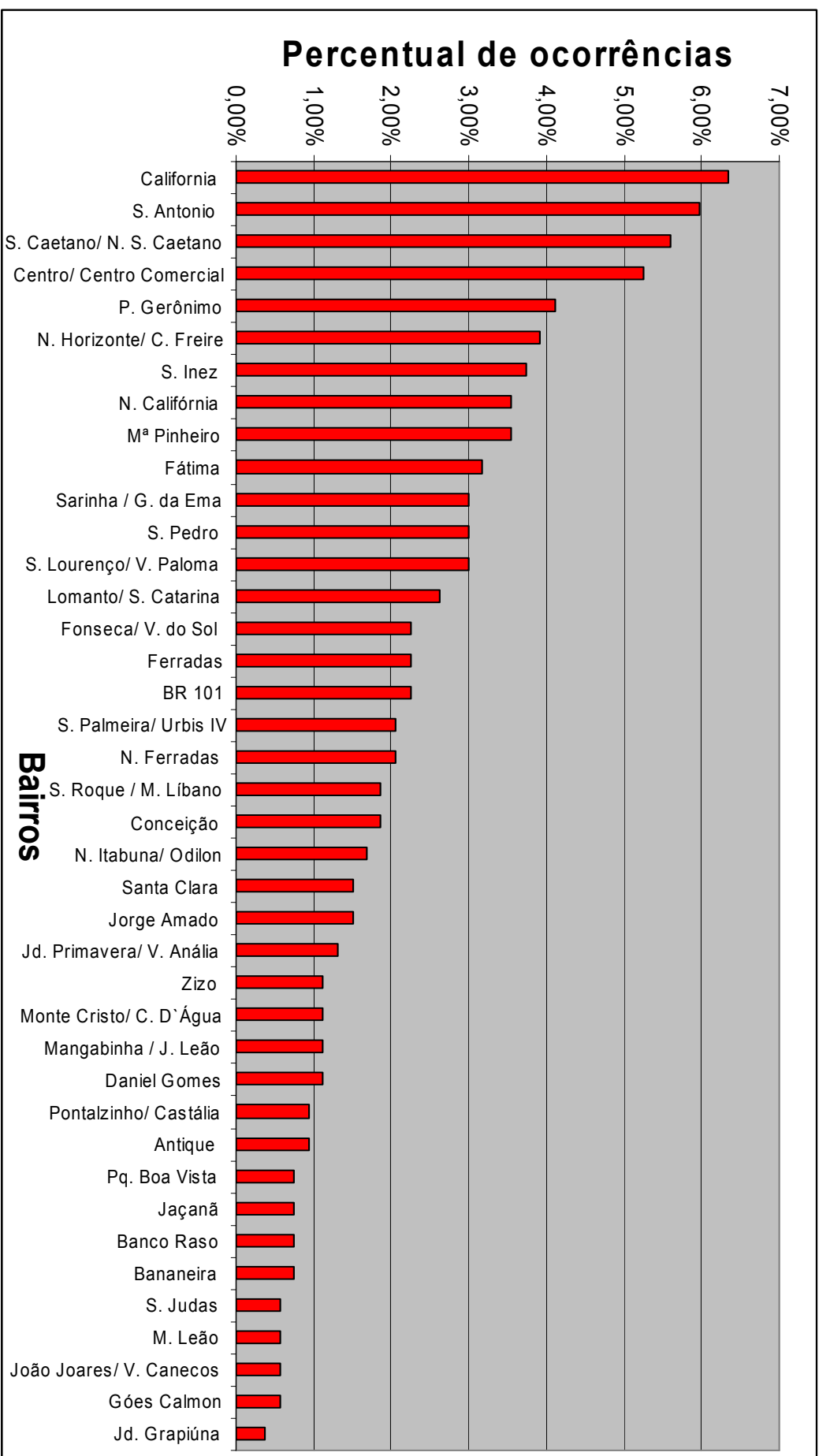
Figura 25: Itabuna: crimes violentos contra a vida, 2002 – 2008.

Fonte: CEDEP 6ª COORPIN

Elaboração: SILVA, R. J.

Segundo dados da SENASP (Secretaria Nacional de Segurança Pública) Itabuna e Ilhéus estão entre as cidades mais violentas do Brasil, do ponto de vista do homicídio doloso, ocupando respectivamente 16ª e 20ª posições, num *ranking* entre as 224 acima de cem mil habitantes do país em 2005.

Na Bahia, os dados relativos aos anos 2004 e 2005 mostram que Itabuna foi líder em criminalidade violenta. Nesse *ranking* os municípios com os menores índices de violência foram Vitória da Conquista, Feira de Santana, Barreiras e Jequié.



**Figura 26: Percentual de crimes violentos contra a vida por bairros, 2002 - 2008.**  
 Fonte: CEDEP 6ª COORPIN  
 Elaboração: SILVA, R. J.

Fato preocupante para a sociedade grapiúna, pois se no ano de 2005 Itabuna ficou entre as principais cidades violentas do país, nos anos seguintes continuará ocupando as primeiras posições, pois o número de vítimas só aumentou no mencionado período. Tendo como bairros mais violentos a Califórnia, Santos Antonio e São Caetano, (Figura 26).

Dessa forma, visando diminuir a criminalidade violenta em Itabuna, no mês de novembro de 2005, o prefeito de Itabuna, sancionou a Lei nº 1.798, que altera o inciso VI do artigo 289 do Código de Posturas do Município (Lei nº 1.331/85), e regulamenta o funcionamento de bares, botequins, shows de qualquer natureza, barracas típicas, quermesses e similares na cidade.

Segundo informou o prefeito, a referida Lei, atende a uma solicitação dos órgãos de segurança e representantes da sociedade civil organizada, que apontaram à medida como uma das ações implementadas no Plano Emergencial de Segurança visando à redução dos índices de criminalidade registrados nos últimos meses em Itabuna.

A denominada de *Lei da Madrugada* determina o horário de funcionamento dos estabelecimentos, até a zero hora de domingo a quinta-feira, nas sextas-feiras e nos sábados poderão funcionar até as 2 horas da madrugada. Essa lei foi aprovada em regime de urgência, após um grave crime ocorrido no semi-anel rodoviário desta Cidade, onde um casal que namorava no interior veículo automotor que estava estacionado no acostamento foi abordado por bandidos, sendo que na ação a vítima do sexo feminino foi assassinada e a vítima do sexo masculino foi baleada, ficando gravemente ferida, resultando numa paraplegia.

No objetivo principal da lei era diminuir os índices de criminalidade, principalmente os homicídios dolosos, fazendo uma alusão e imitação a Prefeitura de São Paulo, que na região do Jardim Ângela, conseguiu diminuir a criminalidade com uma lei similar, entretanto, a realidade de Itabuna é outra.

Os índices de homicídios em Itabuna continuaram a crescer, pois grande parte desse número estava relacionado ao uso e venda de entorpecente na malha urbana da cidade, sobretudo nos bairros periféricos, como é o caso de Califórnia, Santo Antonio e São Caetano e seus bairros adjacentes, compondo três áreas, ou polígonos dominados por quadrilhas rivais do narcotráfico (Figuras 27 e 31).

É Importante acrescentar que o Centro da Cidade de Itabuna, conforme descrição da prefeitura municipal recorta uma vasta área, vai do início da Juracy Magalhães, saída para a Cidade de Ilhéus, passando pela Avenida do Cinquentenário (Centro Econômico da Cidade), Jardim do Ó, até o Centro Comercial, onde funciona o comércio varejista de hortifrutigranjeiros. O referido bairro faz fronteira com dezenas de outros bairros e a concentração de homicídios ocorre nessas áreas de fronteiras do Centro/Centro Comercial com os bairros Santo Antonio, Fátima, Favela do Chiqueiro, Favela do Bode e Novo Horizonte.

As vítimas desses crimes violentos tinham algum envolvimento com o tráfico de drogas, motivados por acerto de contas de venda de drogas; da divisão de produto de furto ou roubo; invasão territórios dominados por traficantes rivais e também por *queima de arquivo*, é o que se pode chamar de *guerra do tráfico de drogas*.

Essa guerra é veiculada na imprensa nacional e até internacional, com destaque os estados do Rio de Janeiro e São Paulo, porém Itabuna, uma das cidades mais violenta do país, não é diferente, onde grupos rivais do tráfico estabelecem verdadeiras territorialidades, no sentido da apropriação do espaço e do exercício do poder, para o controle das chamadas *bocas de fumo* – local onde se vende drogas ilícitas.

Em todo o país as taxas de homicídios dolosos têm crescido e em Itabuna, tem relação com crescimento urbano desordenado, pois esses crimes ocorrem, em maior parte em bairros periféricos, que cresceram sem ordenação urbana. Atribuindo também a questões sociais que cruzadas com a insegurança e a impunidade desencadeiam a prática do crime. O aumento dos homicídios deu-se paralelo ao crescimento do consumo e conseqüente venda de *maconha* e *crack*, drogas mais comercializadas nesta cidade. Então, para ter acesso à droga, o sujeito *furta, rouba, bate, mata e morre*.

De uma forma geral, as vítimas estão envolvidas com o crime de tráfico de drogas e crimes contra o patrimônio, motivados por acerto de contas de venda de drogas; da divisão de produto de furto ou roubo; invasão de territórios dominados por traficantes rivais e também por queima de arquivo. Este último está relacionado aos corpos encontrados desovados na zona rural desta Cidade (Volta da Cobra, Região do Cerrado, Fazenda etc).

Das informações coletadas, retirou-se este fragmento, que evidencia disputas pelo território do tráfico na cidade:

[...] que o interrogado comercializou drogas nesta Cidade, contudo anteontem foi preso, mas que começou a traficar no mês de julho do ano em curso, quando o traficante D. cismou com o interrogado, querendo dominar o “ponto” (as bocas-de-fumo) [...] que estão decididos matar o depoente [...] que mudou suas atividade do bairro de Fátima para o bairro Conceição para evitar confronto com o traficante D., uma vez que o mesmo é mais antigo nesse ramo e é dono das “bocas” do alto do Fátima, divisa com o Monte Cristo e das “boca-de-fumo” do Bairro Santa Inez, também por que o traficante D. através de seus comparsas estão limpando a área, ou seja, matando muita gente, numa certa “guerra do tráfico.

No referido depoimento evidencia-se uma *guerra* instaurada no sentido de territorializar, sob a batuta do narcotráfico, áreas e bairros em Itabuna, nesse caso, comandada por dois traficantes e seus asseclas, guerra essa que num período de dois meses vitimou fatalmente cerca de dez pessoas nos Bairros Santa Inez, Monte Cristo e Antique.

**ITABUNA, BAHIA : ÁREAS DE ACENTUADA POBREZA E DE EXTREMA MISÉRIA E SUA CORRELAÇÃO COM CRIMES VIOLENTOS CONTRA A VIDA, 2003 - 2007.**

**LEGENDA**

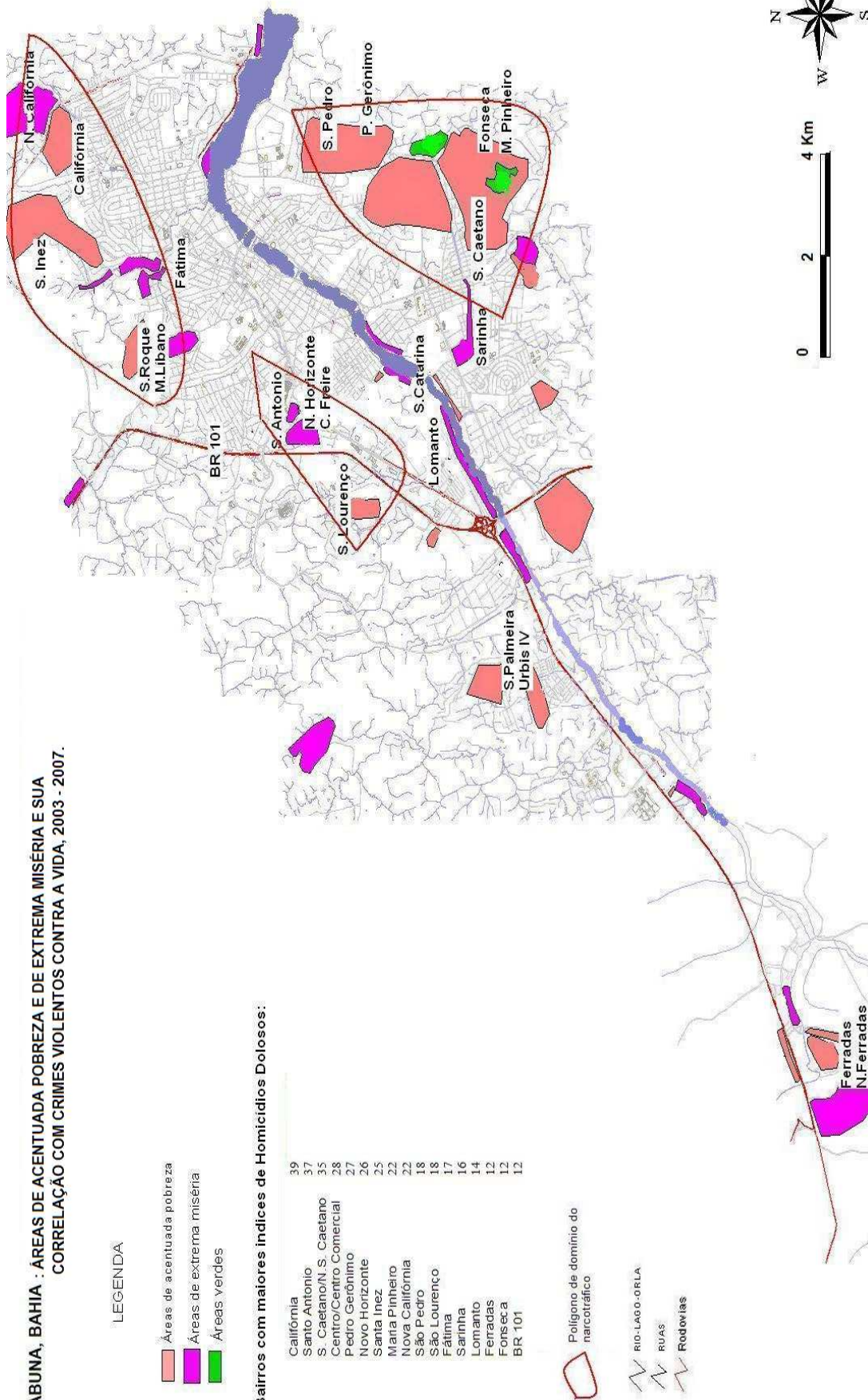
- Áreas de acentuada pobreza
- Áreas de extrema miséria
- Áreas verdes

**Bairros com maiores índices de Homicídios Dolosos:**

|                          |    |
|--------------------------|----|
| Califórnia               | 39 |
| Santo Antonio            | 37 |
| S. Caetano/N. S. Caetano | 35 |
| Centro/Centro Comercial  | 28 |
| Pedro Gerônimo           | 27 |
| Novo Horizonte           | 26 |
| Santa Inez               | 25 |
| Maria Pinheiro           | 22 |
| Nova Califórnia          | 22 |
| São Pedro                | 18 |
| São Lourenço             | 18 |
| Fátima                   | 17 |
| Sarinha                  | 16 |
| Lomanto                  | 14 |
| Ferradas                 | 12 |
| Fonseca                  | 12 |
| BR 101                   | 12 |

Polígono de domínio do narcotráfico

RIO-LA00-ORLA  
RUAS  
Rodovias



**Figura 27: Itabuna: Áreas de Acentuada Pobreza e Extrema Miséria e sua correlação com crimes violentos contra a vida, 2003 - 2007.**

**FONTE:** Grupo de Trabalho Comunidades Sustentáveis/UESC / CEDEP 6ª Coopin/Pesquisa em Inquéritos e Dossiês

**Autor:** SILVA, R. J.

Na cidade de Itabuna pode-se observar a existência de três pontos críticos, ou seja, áreas em que houve concentração de crime contra a vida, no período de 2003 a 2007. A primeira área localiza-se no extremo da zona norte da cidade, ou seja, nos bairros da Califórnia, Nova Califórnia e Santa Inez e São Roque; a segunda área na zona sudeste, envolvendo os Bairros Sarinha, São Caetano, São Pedro, Maria Pinheiro, Pedro Jerônimo e Fonseca e a terceira localiza-se na Zona Leste, o qual abarca os Bairros Santo Antonio, Novo Horizonte e São Lourenço. Essas áreas são dominadas pelo narcotráfico, sendo carentes de infra-estrutura básica de urbanização (Figuras 28 e 29).



Figura 28: Periferia de Itabuna, com destaque aos bairros São Pedro, Pedro Jerônimo, Fonseca e Maria Pinheiro.

Foto: SILVA, R. J (Pesquisa de Campo)



Figura 29: Periferia de Itabuna, com destaque aos bairros São Lourenço, Santo Antonio e novo Horizonte.

Foto: SILVA, R. J (Pesquisa de Campo)

A maconha (*Cannabis Sativa*) desponta com 49%, enquanto o Crack (*Erythroxylon Coca*) com 38,4% e a cocaína em pó com 9% dos entorpecentes apreendidos pelas polícias Militar e Civil de Itabuna. O primeiro entorpecente ocupa essa condição pelo baixo preço de venda, variando de um a dois reais uma *trouxinha* de maconha, quantidade que dá para fazer apenas um cigarro pequeno, entretanto, o segundo entorpecente, subproduto da cocaína, é vendido em média por dez reais uma pedrinha, quantidade menor um pouco que um comprimido de *Anador*.

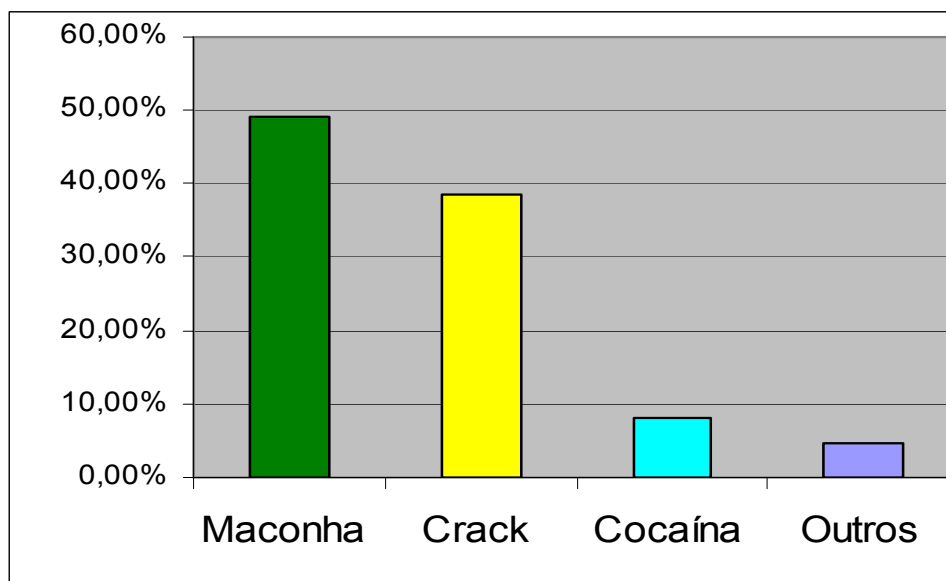


Figura 31: Itabuna: entorpecentes apreendidos, 2003-2007.

Fonte: CEDEP 6ª COORPIN

Elaboração: SILVA, R. J.

Por outro lado, o aumento crescente de homicídio doloso em Itabuna, na maioria dos casos, houve uma relação direta com o narcótico - seja pelo uso ou tráfico, por causa de dívidas, acertos de contas e guerras territoriais do tráfico - a repressão policial tem ocorrido de forma insípida. Durante todo o ano de 2004 ocorreram apenas sessenta e duas (62) ocorrências repressivas policiais de apreensão de entorpecentes por uso ou tráfico, havendo um combate mais expressivo no ano de 2005 com noventa e quatro (94) ocorrências e no ano de 2006, apenas setenta e nove diligências positivas (79), ou seja, diligências que resultaram em prisões e apreensões de drogas.

Esse submundo das drogas é também campo de atuação de adolescentes, os quais entram cada vez mais precoce, normalmente a partir dos 13 anos. Esses adolescentes, em sua maioria, são oriundos de famílias pobres da periferia itabunense, têm escolaridade muito baixa e normalmente evadem da escola com pouco tempo de envolvimento no referido submundo.

Entre os motivos que os levam a ingressar no tráfico estão a busca de dinheiro, de prestígio, de poder, ou seja, os incentivos são mais intensos e imediatos. Esses adolescentes normalmente são utilizados como *aviões* (aquele que vende para o chefe da boca de fumo), por causa do abrandamento da lei. Quando se trata de adolescente infrator, esse dispositivo

legal, torna-se um atrativo no alistamento de adolescentes para o serviço do tráfico, vez que o adolescente é apreendido e devolvido a família para que o apresente no dia posterior ao Ministério Público, que pode ou não oferecer denúncia contra o mesmo, gerando um grande ciclo da impunidade, e por certo, uma mão de obra preciosa para os traficantes, já que a menoridade é um passaporte nesse negócio.

Nesse contexto, é importante mencionar o trecho abaixo, extraído de um inquérito policial que apura a ocasião em que um adolescente foi apreendido em flagrante por prática de tráfico de drogas, no Bairro Santa Inez:

[...] que estava vendendo CRACK e MACONHA para o traficante D. pois o declarante estava devendo uma bicicleta para D.I, e este a emprestou ao declarante; que a teve roubada por indivíduos desconhecidos, por isso o traficante mencionado, mandou, sob ameaças de morte, que o declarante pagasse vendendo drogas para ele; Que ficou com muito medo do traficante, pois sabe que ele já matou ou mandou matar muita gente nesta Cidade.

Os crimes violentos contra a vida ocorridos em Itabuna, especificamente os homicídios e as lesões seguidas de morte, no período de cinco anos, tiveram como motivo principal o envolvimento com o narcotráfico, seja como usuário ou como vendedor de drogas ou como dono da *boca de fumo*, local característico pelo comércio de narcóticos. Normalmente, a *boca de fumo* está localizada em logradouros públicos, para dificultar seu combate, pois pode mudar de um lugar para outro para preservar os interesses do narcotráfico (Figura 31).

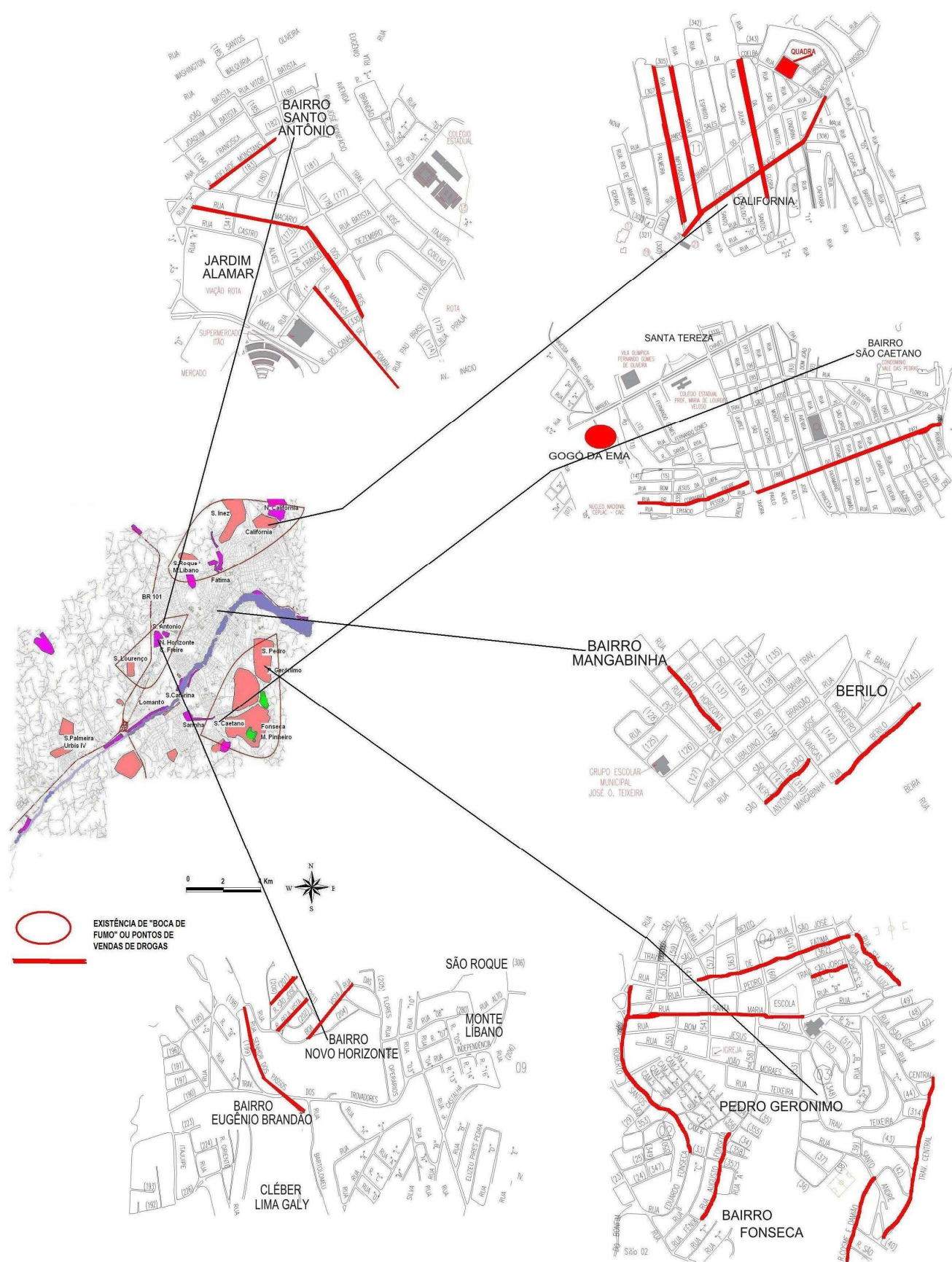


Figura 31: Itabuna: localização de “Pontos de venda de drogas”, 2003-2007.

Fonte: Inquéritos e/ ou dossiês (Pesquisa de Campo)

Elaboração: SILVA, R. J.

As áreas em destaque na Figura 31 representam locais onde foram feitas prisões e apreensões de drogas pela Polícia Militar e Civil, são espaços que concentram as denominadas “bocas de fumo” na Cidade de Itabuna, onde por sua vez há também o domínio territorial de quadrilhas de traficantes de drogas no varejo, exercido com ameaças e violência, daí, as freqüentes mortes violentas nessas áreas.

Dessa forma, é importante ressaltar que espaço é anterior ao território, como afirma Raffestin (1993), uma vez que o território se forma a partir do espaço e é o resultado de uma ação conduzida por um ator, que realiza um programa, de apropriação (em qualquer nível ou escala), concreta ou abstratamente, esse ator territorializa o espaço, ou seja, passar a exercer sobre ele relações de poder e sua territorialidade como estratégia utilizada para delimitar e afirmar o controle sobre uma área geográfica, para estabelecer, manter e reforçar esse poder (Gomes, 2002), pois o poder é relacional e está intrínseco em todas as relações sociais.



Figura 32: Itabuna: quadra esportiva do Bairro Califórnia  
Foto: SILVA, R.J.



Figura 33: Itabuna: Praça do Bairro Santa Inez

Foto: SILVA, R.J.

Para Haesbaert (2004), há de fato uma multiterritorialidade que é fruto de um processo dialético e contínuo de desterritorialização e reterritorialização, acontecendo concomitantemente, pois quando se empreende uma ação reterritorializante, desterritorializa algo. Então, essa multiterritorialidade apresenta uma organização territorial cujas características principais são os múltiplos territórios, de natureza funcional e simbólica, material e virtual com articulação simultâneo-sucessiva entre ambos. Assim, o território se torna mais complexo, mais híbrido e flexível, onde ao mesmo tempo em que um agente deixar de exercer poder em determinado espaço, esse poder passa a ser exercido por outro agente.

Segundo Souza (2001), os grupos sociais que estabelecem em relações de poder formando territórios no conflito pelas diferenças, esse, é um espaço definido e delimitado por e a partir de relações de poder privilegiando as transformações no território, os quais podem ser múltiplos, principalmente nas grandes cidades, como o território da prostituição, do narcotráfico, dos homossexuais, das gangues.

Nesse contexto, os territórios flexíveis, podem se formar e ser dissolvidos em rápido intervalo de tempo ou mesmo ser pendular, como por exemplo a quadra esportiva do Bairro Califórnia, a qual durante o dia, é apropriada por jovens em atividades recreativas e esportivas, mas, durante a noite vira reduto do comércio de drogas ilícitas (Figura 32). Bem como a Praça do Bairro Santa Inez que era de domínio de traficantes locais, entretanto, com a

instalação de um Posto Policial Militar, o espaço voltou a ser de domínio da população (Figura 33).

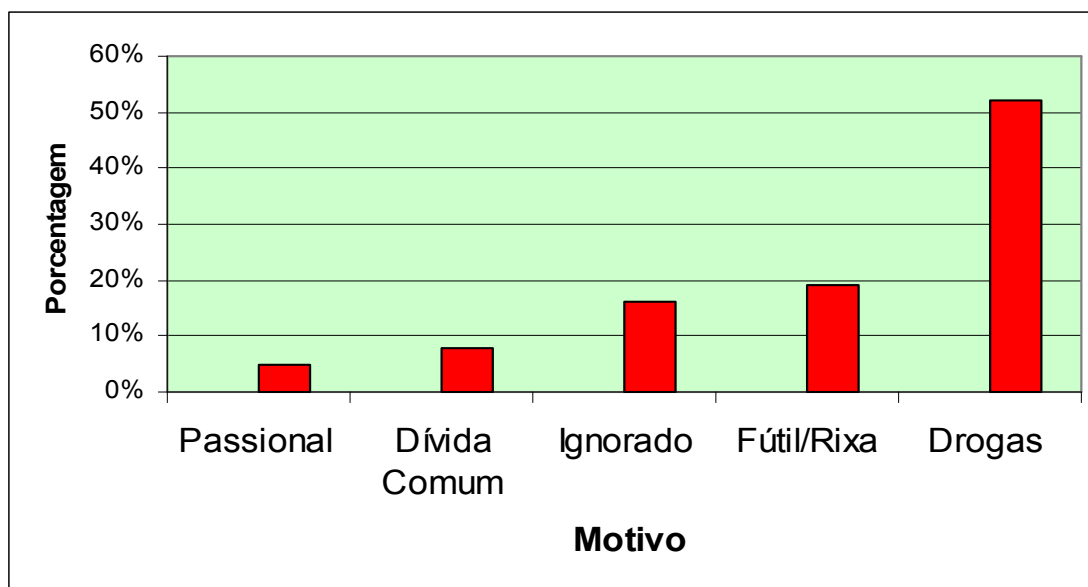


Figura 34: Itabuna: motivos no cometimento de homicídio doloso e lesão corporal seguida de morte, 2003 - 2007.

Fonte: Pesquisa em Inquéritos e/ou Dossiês de Inquéritos

Elaboração: SILVA, R. J

O envolvimento de 52% das vítimas fatais no submundo do tráfico de drogas foi o principal motivo por sua eliminação por esse poder paralelo, pois as vicissitudes ocorridas são resolvidas pelo poder do mais forte, ou seja, a lógica do *ferro e do fumo*, isto é, do poder de logística do traficante, por deter armas (ferro) e fumo (drogas). Essa cultura da violência impõe regras de convivência para todas as relações, pois quando as leis e punições não funcionam, passa-se a legislar pelas próprias regras, que são assinaladas pela lógica acima nominada.

Esse percentual deveria preocupar as autoridades constituídas, no sentido de propor políticas eficazes objetivando estancar esse *genocídio*. Esse número fica extremamente grave quando analisado friamente, observa-se 16% dos casos tem ou causa ignorada, então no mundo da amostragem das causas determinadas, o envolvimento com o narcotráfico sobe para 62, ou seja, maioria absoluta (Figura 35).

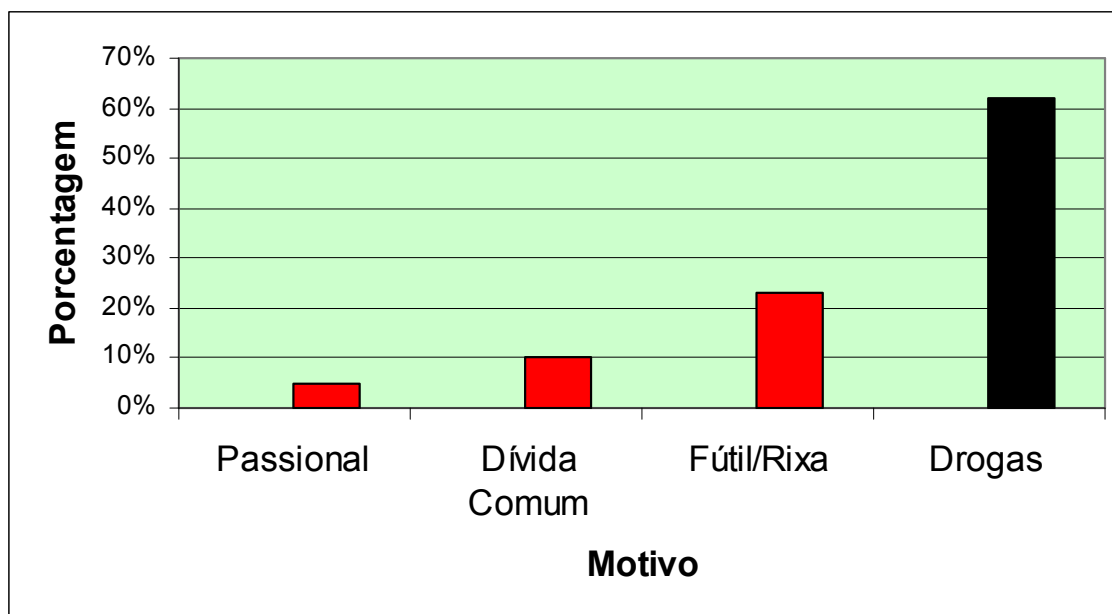


Figura 35: Itabuna: motivos no cometimento de crime letal contra a vida, 2003 - 2007.

Fonte: Pesquisa em Inquéritos e/ou Dossiês de Inquéritos

Elaboração: SILVA, R. J.

A forte relação direta de mortes dolosas com o tráfico de drogas levou a Coordenação de Regional de Polícia a criar a SECRIMPO (Seção Especializada em Crime de Pequeno Potencial Ofensivo), órgão atuará com procedimentos policiais, denominados de Termo Circunstanciado de Ocorrência (TCO), liberando a 1ª e 2ª Delegacia para investigações e combate ao tráfico de drogas e de crimes violentos contra a vida.

Dessa forma, considera-se que os dados ora analisados mostram a relevância dos modos de apropriação do espaço urbano como categoria geográfica para elaborar políticas públicas que enfrentem o problema da criminalidade de homicídio doloso vinculada ao tráfico de drogas.

### 4.3 Violência criminal e o medo: a auto-segregação espacial

Nesse ambiente tão hostil e segregado a sociedade por medo e para se proteger da violência criminal, cada vez mais crescente, tem transformado a paisagem arquitetônica das cidades mais violentas, num fenômeno que os geógrafos e arquitetos chamam de arquitetura da violência e/ou de arquitetura do medo, pois segundo Ferraz (2001, p. 223),

Com o crescimento da violência e o crescimento do medo, as pessoas se tornam ávidas por segurança e mudam suas práticas sociais a fim de se prevenir: evitar sair à noite, andar de carro com os vidros fechados e/ou blindados e contratar seguranças particulares é cada vez mais comum. Isolam suas casas e consomem “tudo” prioritariamente pelo sistema de entrega em domicílio. Assim, os moradores dos bairros luxuosos, de um lado social da violência e do medo, vão “desenhando” um novo padrão funcional e formal de arquitetura e, conseqüentemente, de cidade. Como estratégia de proteção patrimonial são variadas as combinações e apropriações de linguagens arquitetônicas que produzem e reforçam, por exemplo, o caráter medieval e/ou carcerário de grande parte dessas construções.

O processo de *medievalização* da arquitetura residencial de alta renda evidencia, o medo crescente e estratégias utilizadas para a proteção e a segurança, e expõe também o glamour que parecem simbolizar um estilo medieval de morar (muros altos, grades, cercas elétricas – um verdadeiro castelo medieval) com uma apropriação de elementos de estilos pretéritos. Estes elementos, por sua vez, podem funcionar como um escape ao enfrentamento do presente, adquiridos pela compra de um sistema de signos e significados que, apesar de inautênticos, como *quase simulacros* são capazes de produzir diferentes representações.



Figura 36: Residências localizadas em Bairros de classe média alta, respectivamente no Góes Calmon e Jardim Vitória, com um novo padrão de arquitetura e de segurança.

Foto: SILVA, R. J (Pesquisa de Campo)

Num caminhar pelas médias e grandes cidades brasileiras, será de fácil percepção uma paisagem contornada por muros, ou grades, que margeiam quase todas as suas ruas, coroadas e decoradas pelas lanças pontiagudas. Esse padrão da arquitetura do medo, também se apresenta, ainda que de forma diferenciada em bairros periféricos e pobres da cidade, onde se observam casas com muros com cacos de vidro ou pelas “unhas” metálicas como paliçadas, cercas com arames, cerca elétrica padronizada e até uma espécie de cerca elétrica improvisada, muitas grades de ferro em portas e janelas, entre outros aparatos o uso de cão de guarda é bastante notado.

Para Caldeira (2000), a violência e o medo combinam-se a processos de mudança social nas cidades contemporâneas, gerando novas formas de segregação espacial e discriminação social. Realidade vivida em grandes cidades e regiões no mundo. As cidades brasileiras não fogem a esse fenômeno, onde as classes mais abastadas têm usado o medo da violência e do crime para justificar tanto novas tecnologias de exclusão social quando sua retirada dos bairros tradicionais, para se refugiar em enclaves fortificados, os chamados condomínios residências, mas há enclaves também para o lazer, o consumo e o trabalho (os clubes sociais, *shopping centers* e os condomínios empresariais). Tratam-se de espaços privatizados, fechados e monitorados para residência, consumo, lazer e trabalho. Sua principal justificação é o medo do crime violento. Assim, esses novos espaços atraem aqueles que estão

abandonando a esfera pública tradicional das ruas para os pobres, os marginalizados e os sem-teto.

Dessa forma, por causa do medo dos crimes contra o patrimônio ocorridos na área central de Itabuna, local de grande movimentação financeira, com diversos bancos, lojas diversas, lanchonetes, clínicas etc, foi implantado o projeto de vídeomonitoramento, visando a partir da vigilância constante, coibir essa prática criminosa. Este projeto que na ótica do entrevistado acima, foi extremamente positivo na sensação de segurança o que também ajudou na dinâmica e rapidez do policiamento preventivo, vez que o criminoso ao saber que está sendo filmado e visto por policiais e por consequência caso haja, a probabilidade de prisão é grande, então o efeito foi dissuasório nessa área (Figura 37), entretanto houve uma migração desse tipo de crime para outras áreas da cidade, onde não há o vídeomonitoramento.



Figura 37: Sala de vídeomonitoramento da Polícia Militar de Itabuna.  
Foto: SILVA, R. J (Pesquisa de Campo)

O medo de ser vítima de ladrões ou bandidos em busca de objetos de valor no interior de suas residências tem transformado as residências em verdadeiros fortes ou castelos, pode também ser visto em bairros da classe de baixa renda, entretanto o que fustiga é o fato do

órgão que atua na defesa do patrimônio da sociedade, também precisar utilizar desses artefatos para se proteger, como por exemplo, o uso de grandes de ferro, como ocorre nos prédios da Polícia Militar (Figura 38).



Figura 38: Companhia de Polícia Comunitária, respectivamente do Bairro Conceição e Califórnia.

Foto: SILVA, R. J (Pesquisa de Campo)

A fotografia da direita é do prédio da Companhia de Polícia Comunitária do Bairro Conceição, no qual se observa uma porta de vidro temperado blindado, devidamente protegido por um portão de ferro e a segunda fotografia refere-se à Companhia de Polícia Comunitária no bairro Califórnia, um dos bairros mais violentos de Itabuna. Esse padrão do medo é um verdadeiro paradoxo quando ocorre com alguma instituição do sistema de Segurança Pública. Entretanto, no Complexo Policial de Itabuna, local onde abriga as principais Delegacias de Polícia Civil, o prédio encontra-se todo gradeado (Figura 39).



Figura 39: Delegacias do Complexo Policial de Itabuna.

Foto: SILVA, R. J (Pesquisa de Campo)

Então, fica evidente a transformação espacial pelo medo, inclusive em instituições que deveriam prover a sociedade de segurança e lutar no combate a criminalidade, precisar se proteger de eventuais salteadores. Dessa forma, cabe aos cidadãos comuns, contratar verdadeiros exércitos particulares para ter, pelo menos, uma falsa sensação de segurança.

O medo de ser vitimizado vai mudando a arquitetura e ditando a valorização ou desvalorização de áreas dentro de uma cidade. Em Itabuna, ano após ano, vem se transformando em uma cidade violenta, e o poder público efetivamente pouco tem feito, para diminuir ou ao menos deixá-la a índices aceitáveis, pois a violência é algo afeto a qualquer sociedade, a qual, de certa forma, evolui nesse contexto social, segundo afirmou o sociólogo Emile Durkheim (1983), assim, mas faz-se necessário que, pelo menos, os índices sejam aceitáveis.

Afirma Souza (2005) que a auto-segregação não passa de uma pseudo solução *escapista*, uma vez que as tensões vão se avolumando à medida que os problemas sociais de base, alimentadores de problemas urbanos como a pobreza e a segregação, e influenciadores das estratégias ilegais de sobrevivência, não são resolvidos ou mesmo se agravam. Dessa forma, os conflitos de interesse não se desenrolam como luta de classe, uma vez que essa violência possui um fortíssimo componente de desordem despolitizada e, geralmente, os próprios pobres, por se protegerem menos, são as maiores vítimas da criminalidade violenta.

É o que Souza (2008) chama de fobópole, a sociedade citadina dominada pelo medo da criminalidade violenta.



Figura 40: Outdoor de peças publicitárias distribuídas em diversos bairros de Itabuna, da Agência Art 3.

Foto: SILVA, R. J (Pesquisa de Campo)

Durante o ano de 2008, Itabuna foi alvo de peças publicitárias, colocadas em Bairros Centrais, alertando a comunidade quanto ao crescimento exagerado da violência e chamando-a a protestar. As peças foram criadas pela Agência Art3 e veículos em placas da Empresa Sollo Outdoor, porém sem anunciante declarado. Com frases marcantes e chamativas, do tipo: “ITABUNA NÃO PODE FICAR NESSAS MÃOS”; “COBRE UMA ATITUDE ANTES

QUE VOCÊ SEJA PRÓXIMO ALVO” e “AINDA BEM QUE NÃO FOI COM SEU FILHO: CHEGA DE VIOLÊNCIA, QUEREMOS UMA CIDADE MAIS SEGURA”.

O aumento da violência em Itabuna tem criado na sociedade um sentimento de impotência, pois embora os órgãos responsáveis pela segurança pública tenham aumentado e montado estratégias de policiamento, os índices aumentaram. Dessa forma, há na sociedade, grupos, que têm se organizado em passeatas, atos públicos e na veiculação de peças publicitárias (Figura 40) para conscientizar a população sobre essa problemática e ao mesmo tempo requisitar das autoridades uma resposta mais efetiva sobre a situação de violência criminal.

Esse espaço, produto resultante de relações sociais, expressa a realidade social e econômica de sua sociedade. Para Maricato (1996) nos anos 1990 a ilegalidade e a violência crescem nos bairros pobres, enquanto nos guetos ricos, multiplicam-se os serviços de segurança privada – já que o Estado não dá conta da demanda e da qualidade exigida – os muros, cercas elétricas e as grades que garantem a homogeneidade dos iguais, como são exemplos os condomínios de alto padrão, horizontais ou verticais.

O ambiente de violência criminal desta cidade sugere, de fato, sensação de insegurança em toda população, provocando desconforto, temor, assim um dos grandes problemas enfrentados é com uma parte dos usuários de drogas, os quais via de regra, quando não têm dinheiro passam a praticar pequenos furtos e evoluem para roubos, para sustentar o vício.

Dessa forma, fica explícito que o tráfico de drogas fomenta outros crimes, pois traficantes com o dinheiro arrecadado da venda das drogas adquirem armas de fogo, num primeiro momento, para impor o medo à população e seus clientes (usuários, aviões), num segundo momento, vai exercendo poder e construindo territórios, onde esses atores por força das armas impõem sua vontade hegemônica territorializando, se apropriando de áreas dentro da cidade, e, às vezes, resistindo às forças do Estado Democrático de Direito, tornando-se um poder paralelo.

Em algumas dessas áreas territorializadas pelo tráfico há restrição no deslocamento de moradores ou mesmo de outras pessoas que precisam transitar por ali (Figuras 27 e 31). Nas delegacias de polícia da cidade são freqüentes denúncias de populares sobre a cobrança de

*pedágios* para passar ou acessar determinados lugares na periferia, principalmente na área Leste que aponta a Figura 27, são bairros onde os ônibus de transporte urbano não transitam a partir das 22 horas, pois os funcionários têm receio de assaltos. Então, os moradores são obrigados a andar quilômetros para chegar a seus lares. O trânsito de caminhões de entrega de mercadoria, em bairros, como Nova Califórnia, Área Norte, precisam, às vezes, de seguranças particulares para circular.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

As pesquisas sobre criminalidade violenta apresentam certa problemática, ou seja, as estatísticas registram apenas uma fração do crime total, sendo subnotificados. De um lado, pessoas que praticam atos criminosos conseguem, às vezes, escondê-los; de outro, muitas pessoas que são vítimas não apresentam queixas, entretanto, ainda assim, há um percentual da realidade notificada. Mas, quando se trata de crimes violentos contra a vida, com resultado morte, essa distorção cai, pois dificilmente alguém consegue ocultar um cadáver por muito tempo. Portanto, quando se trata de uma pesquisa de crimes violentos contra a vida, há um retrato que se aproxima da fidelidade, enquanto fenômeno socioespacial.

O papel da mídia na percepção da violência ficou evidente, uma vez que o crime rende boas matérias. O medo do crime vende jornais e encontra ampla audiência, assim, como atrai negócios (carros blindados, grades de ferro, cerca elétrica, vídeo-monitoramento, segurança particular etc). Então, o medo, muitas vezes, é fomentado por esses veículos midiáticos e acabam transformando o cotidiano e também o espaço, influenciando em sua organização.

A violência criminal no Brasil, em larga medida, é um subproduto da dívida social acumulada de gerações em gerações, sob mediação de fatores institucionais, ou seja, da falência e inadequação do sistema judicial, prisional, da corrupção estrutural em diversos setores da sociedade, e também de fatores culturais, com a ascensão de valores como o consumismo e o individualismo.

A criminalidade violenta analisada sob o prisma do espaço regional e intra-urbano nos municípios que compõem a Sub-Região de Itabuna demonstra que as favelas e os bairros mais periféricos dos municípios estão longe de serem os únicos espaços que servem de suporte espacial do tráfico de drogas no varejo. No centro das cidades também há tráfico, principalmente em escolas e faculdades, entretanto, é na favela que o traficante encontra por

vezes, mão-de-obra barata e, às vezes, descartável, localização e organização espacial vantajosa, longe do olhar da polícia (do Estado) e ali impõe, à força e com o poder das armas, verdadeiras áreas territorializadas por quadrilhas de traficantes.

Esse é o contexto que se percebe na cidade de Itabuna, a qual se configura com três grandes áreas ou polígonos dominados por quadrilhas, onde ocorre o maior índice de mortes violentas. Essas áreas têm em comum, o forte aspecto de exclusão social, com extrema miséria e acentuada pobreza, o surgimento de forma desordenada e a ausência de equipamentos urbanos, ruas sem pavimentação, principalmente nas áreas extremas desses bairros. Esses espaços constituem-se em graves problemas, pois dificultam o acesso de viaturas policiais, tornando-se, portanto, áreas territorializadas por um poder paralelo.

O crescimento da violência demonstrou que sua distribuição geográfica ocorreu de modo desigual dentro da região e também de forma desigual dentro das cidades. Assim, os crimes contra a vida concentram-se mais nas áreas periféricas das cidades da região, enquanto que os crimes contra o patrimônio concentram-se nas regiões centrais – onde também se observa maior concentração de estabelecimentos comerciais e de serviços e com circulação de riquezas. Além disso, os municípios com maior diversidade econômica tiveram os maiores índices de violência contra o patrimônio; e as cidades com crescimento desordenado de sua malha urbana concentraram crimes contra a vida nas favelas ou bairros periféricos, cuja característica é de escassa oferta de serviços básicos estruturais.

A polícia tem um papel significativo na prevenção criminal, ainda que algumas proeminentes autoridades policiais prefiram debitar toda responsabilidade a outras intervenções sociais, sob o argumento de que a polícia não controla as causas do crime e, conseqüentemente, pouco pode fazer. A polícia, realmente, não controla as causas dos crimes, ela existe justamente porque outros fatores: psicológicos, morais e sociais podem falhar ao lidar com as causas, uma vez que a criminalidade violenta é, na sua maior parte, conseqüência de uma sociedade injusta e construída desigualmente, cujo reatamento dessa injustiça ocorrerá no espaço.

Entretanto, cabe à polícia atuar em relevantes condições, para, pelo menos, diminuir os índices de impunidades, os quais são, em parte, combustíveis da criminalidade de qualquer natureza, seja ela violenta ou mesmo do *colarinho branco*. Dessa forma, há motivos irrecusáveis para que a polícia assuma com capacidade técnica, científica e moral a

responsabilidade de prevenir crimes e responsabilizar criminosos, principalmente os violentos contra a vida, cujo delito atinge o bem maior do homem – a vida – e de forma irreparável.

Políticas de repressão com a presença massiva e hábil da polícia/justiça são importantes. Entretanto, a prevenção à criminalidade deve ser privilegiada com ações que enfoquem os fatores sociais, culturais, psicológicos e ambientais. Dentre esses: renda mínima, emprego, inclusão social, inclusão escolar, saúde pública e políticas de revitalização de espaços públicos, com atenção prioritária para as três áreas de forte aspecto de exclusão social e incidência de crimes violentos contra a vida.

Em Itabuna. Essas áreas são caracterizadas como de acentuada pobreza e de extrema miséria, respectivamente no norte da cidade: os bairros Nova Califórnia, Santa Inez, Monte Líbano, Califórnia e Fátima; leste: os bairros São Pedro, Pedro Jerônimo, Fonseca, Maria Pinheiro, Sarinha e São Caetano; na área oeste: os bairros Santo Antonio, Novo Horizonte, Corbiniano Freire e São Lourenço.

Os locais que concentraram os crimes letais contra a vida, dentro do município de Itabuna, mas principalmente em sua malha urbana, são territórios dominados pelo tráfico de drogas no varejo, algumas dessas áreas são nominadas territórios flexíveis, estes durante certo horário da noite são ocupados por traficantes e usuários de droga. Locais onde não há policiamento que proteja a população, vez que a presença policial está associada ao efeito dissuasório e aumenta a probabilidade da prisão e punição dos delinquentes, diminuindo, portanto, os incentivos para que indivíduos cometam crimes.

No Brasil, tem-se uma combinação de problemas econômicos e sociais: desigualdade de renda, acesso fácil a armas de fogo, narcotráfico, urbanização desordenada, desestruturação familiar e impunidade. O país assiste a um fenômeno sociológico novo: o surgimento de uma geração que, diferentemente dos pais, nasceu sob o signo da violência. Esses jovens encaram a morte como uma solução natural para quem, por qualquer motivo incomoda, tem-se uma solução quase sempre violenta. Daí os índices, cada vez mais crescentes de morte por motivos fúteis, rixa e principalmente por envolvimento no mundo das drogas ilícitas entorpecentes.

Os resultados da análise da taxa de criminalidade violenta contra a vida, com os indicadores sociais pesquisados, mostraram como há relação estreita entre as vítimas e os autores desse tipo de crime, pertencente ao mesmo espaço dentro do município, cujos perfis

socioeconômicos têm como características os baixos índices de qualidade de vida e a alarmante situação de exclusão social de quem vive em favelas, bem como forte incidência de jovens do sexo masculino. Isso contribui, de forma permanente, para que a solução destes problemas esteja associada à urgência de uma política de desenvolvimento sociocultural, acompanhada de emprego e distribuição eqüitativa de renda.

O cenário para as interações sociais adquirem um novo sentido, nas cidades que vão progressivamente se cercando de muros, como por exemplo, Itabuna. Parte da sociedade, por medo da violência criminal, vai se enclausurando em verdadeiros fortes, quase intransponíveis, que vai mudando a paisagem citadina, seja nos espaços centrais, peri-centrais ou periféricos, até por que, estes últimos são cenários para construções de condomínios exclusivos de luxo. Estes panoramas estão presentes também em outros municípios da Sub-Região em análise: Camacan, Ibicaraí, Itajuípe e Coaraci, que se destacam com altos índices de violência ou mesmo em pequena cidade com alguma notícia de violência, como Jussari, São José da Vitória e Lomanto, onde as pessoas começam a se proteger, numa inversão de valores, ficando por trás de grades de ferro, que dão uma falsa sensação de segurança em seus lares.

Os governos municipais, apesar de terem um papel limitado no contexto do combate direto à criminalidade, podem desempenhar uma importante participação na prevenção da violência, através de políticas de saúde, educação, cultura, lazer, promoção social e urbanização das periferias, bem como promover a mobilização da comunidade através de associação de moradores, ONGs, instituições religiosas e agremiações outras, para participar do diagnóstico dos problemas de violência e da formulação, monitoramento e avaliação dos programas e ações de redução da violência.

Dessa forma, consideram-se que além de políticas sociais e públicas compensatórias, para baixar os índices de criminalidade, ou deixá-los, em níveis aceitáveis. É preciso que os governos, nas três esferas, dentro de suas obrigações constitucionais, combatam o uso e tráfico de drogas, nas escalas nacional, estadual e regional, pois além de ser um problema de saúde pública é também um problema policial, pois o tráfico de drogas fomenta outros crimes violentos, principalmente os contra a vida. É preciso reduzir a demanda com ações através da prevenção e a oferta de drogas através do combate ao cultivo, produção, distribuição e também do combate a lavagem de ativos, este com apoio de organismos internacionais.

## REFERÊNCIAS

ABRANCHES, S.H.H. DE. As raízes da violência e da criminalidade. In: VELLOSO, J.P.R. (Org.) **Governabilidade, sistema político e violência urbana**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1994. (Fórum Nacional, n. 6).

ANDRADE, M.P; ROCHA, L.B. **De Tabocas a Itabuna: Um estudo histórico-geográfico**. Ilhéus: Editus, 2005.

\_\_\_\_\_. **Ilhéus: passado e presente**. 2. ed. Ilhéus: Editus, 2003.

ARENDT, H. **Sobre a Violência**. Trad. André Duarte. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.

\_\_\_\_\_. **Reflections on Violence**. New York (USA), 2007. Disponível em: <<http://my.opera.com/PRC/blog/hannah-arendt-reflections-on-violence>>. Acesso em: 17 dez. 2007.

ARRUDA, J.J. de A.; PILLETI, N. **Toda a história: história geral e história do Brasil**. 11. ed. São Paulo, Ática, 2002.

BOBIO, N.; MATTELUCI, N.; PASQUINO, G. **Dicionário de Política**. Tradução: VARIALE, C.C. (et al). 11. ed. Brasília. Universidade de Brasília: 1998. v. 2.

BRUNK, G.G; MEYER, C,K; WILSON-GENTRY, L.A. **A Theoretical Perspective On Violence: Against Governmental Authority**. Des Moines, IA , USA: Drake University, 2001. Disponível em: <[www.pamij.com/99\\_4\\_3\\_Brunk.html](http://www.pamij.com/99_4_3_Brunk.html)> . Acesso em: 10 nov. 2007.

BUARQUE, C. **Apartação: o apartheid social no Brasil**. 3. ed. Brasília: Brasiliense, 1994. (Coleção Primeiros Passos).

CALDEIRA, T.P. do R. **Cidades de muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo**. Tradução: MONTEIRO, H.; DE OLIVEIRA, F. São Paulo: EDUSP, 2000.

CANO, I.; SANTOS, N. **Violência letal, renda e desigualdade social no Brasil**. 7 Letras. Rio de Janeiro, 2001.

CASTEL, R. **As Metamorfoses da Questão Social: uma crônica do salário**. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

CASTRO, I. E. de. A região como problema para Milton Santos. In: **El ciudadano, la globalización y la geografía**. Homenaje a Milton Santos. *Scripta Nova. Revista electrónica de geografía y ciencias sociales*, Universidad de Barcelona, vol. VI, n. 124, 30 sep. 2002.

**CÓDIGO PENAL BRASILEIRO**. 16 ed. São Paulo: Saraiva, 1997.

COELHO, E. C. **A Criminalização da Marginalidade e a Marginalização da Criminalidade**. *Revista de Administração Pública*. Rio de Janeiro. 1978.

\_\_\_\_\_. **Sobre Sociólogos, Pobreza e Crime**. *Revista de Ciências Sociais*. Vol. 23, nº3. Rio de Janeiro, 1980.

COHEN, J. et al. **The role of drug markets and gangs in local homicide rates: homicide studies**. vol. 2, n. 03, 1998.

**COMISSÃO EXECUTIVA DO PLANO DA LAVOURA CACAUEIRA – CEPLAC**. Dinâmica do uso da terra. Rio de Janeiro: IICA/CEPLAC, 1976.

COMPARATO, F. K. **Direitos e deveres fundamentais em matéria de propriedade**. Brasília: Superior Tribunal de Justiça, 2007.  
Disponível em: <<http://www.daleth.cjf.gov.br>> . Acesso em: 12 dez. 2007.

CORREA, R. L. **Trajetórias geográficas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.

COSTA, A.B. **Exclusões Sociais**. Lisboa, Portugal: Gradiva, 1992.

DATAFOLHA. Pesquisa: maior preocupação dos brasileiros. In: **Jornal Folha de São Paulo**. São Paulo, 25 mar. 2007. Disponível em: <<http://www.folha.uol.com.br>> Acesso em: 25 mar. 2007.

DELMANTO, C. et al. **Código Penal comentado**. 5. ed. Rio de Janeiro: Renovar, 2001.

DEMO, P. **Charme da exclusão social**. Campinas, SP: Autores Associados, 1998. (Coleção Polêmicas do Nosso Tempo).

D'ANGIOLELLA, G.; VASCONCELOS, V.L.D.; ROSA, J.W.C. **Estimativa e espacialização do balanço hídrico na Mesorregião Sul da Bahia**. Anais XII, Simpósio Brasileiro de Sensoriamento Remoto. Goiânia, INPE, 2005. p. 83-90.

DOWNING, D.; CLARCK, J. **Estatística aplicada**. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2002.

DURKHEIM, E. As regras do método sociológico. In: **Durkheim**. 2 ed. Trad. Margarida Garrido Esteves. São Paulo, Abril Cultural, 1983. (Coleção Os Pensadores)

ELEUTÉRIO, F. **Análise do conceito de crime**. Disponível em: <<http://www.feleuterio.com.br/2000.htm>> . Acesso em: 01.fev.2003.

**ENCICLOPEDIA SARAIVA DO DIREITO**. São Paulo: Saraiva, 1977. V. 21.

FERRAZ, S. M. T. **Arquitetura da violência**: morar com medo nas cidades. Quem tem medo de que e de quem nas cidades brasileiras contemporâneas?. 11º Seminário de Iniciação Científica da UFF/CNPq. Rio de Janeiro: FAPERJ, nov. 2001.

FOUCAULT, M. **Vigiar e Punir**: história da violência nas prisões. 33 ed. Petrópolis, Vozes, 2007.

FRAGOSO, H. C. **Lições de direito penal** - Parte especial. 10. ed., Forense; Rio de Janeiro: Forense, 2003, v. I.

GOMES, P. C. da C. O conceito de região e sua discussão. In: CASTRO, I. E.; GOMES, P. C.; CORRÊA, R. L. **Geografia**: conceitos e temas. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 1995, p. 49-76.

**GRUPO DE TRABALHO COMUNIDADES SUSTENTÁVEIS**. Mapa dos Excluídos. UESC, 2006. Disponível em: <<http://www.uesc.br/nucleos/comunidades sustentaveis>>. Acesso em: 12 dez. 2006.

HAESBAERT, R. **O mito da desterritorialização**: do fim dos territórios à multi-territorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

\_\_\_\_\_. **Da desterritorialização à multiterritorialidade**. Anais do IX Encontro Nacional da ANPUR. Vol. 3. Rio de Janeiro: ANPUR, 2001.

\_\_\_\_\_. **Região, Diversidade Territorial e Globalização**. GEOgraphia, ano 1, n. 1, 1999.

HOBBS, T. *Leviatã: forma e poder de um estado eclesiástico e civil*. São Paulo: Abril Cultural, 1984. (Coleção os Pensadores).

KRAUSE, K. **The Small Arms Survey 2008**: Risk and Resilience. Geneva, Switzerland: Graduate Institute of International and Development Studies, Cambridge University Press, 2008. Disponível em: <[www.smallarmssurvey.org/files/sas/publications/year\\_b\\_pdf/2008](http://www.smallarmssurvey.org/files/sas/publications/year_b_pdf/2008)> Acesso em: 13 set. 2008.

**INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATISTICA - IBGE**. Contagem Populacional 2007: Brasil. Rio de Janeiro: IBGE, 2007. (Contagem Populacional). Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/censo2007.htm>>. Acesso em 01. Out. 2008.

\_\_\_\_\_. Resultados da Amostra do Censo Demográfico 2000 - Malha municipal digital do Brasil: situação em 2001. Rio de Janeiro: IBGE, 2004.

\_\_\_\_\_. Homicídios dolosos: por cem mil habitantes. Disponível em: < <http://www.ibge.gov.br/sim/datasus/2002.htm>>. Acesso em 04. jun. 2003.

**JORNAL AREGIÃO**. Memória Grapiuna: História de Itabuna. 2001. Disponível em: < <http://www2.uol.com.br/aregiao/art/hist/firminoalves.htm>>. Acesso 22 dez. 2008.

JOUVENEL, B. **Power: The Natural History of its Growth** (1945), 1952. Disponível em: < <http://www.http://my.opera.com/PRC/blog/jouvenel.htm>>. Acesso em 10 dez. 2007.

LENCIONI, S. **Região e Geografia**. São Paulo: Edusp, 2003.

LIMA, M.L.C.; XIMENES, R. **Violência e morte**: diferenciais da mortalidade por causas externas no espaço urbano do Recife. Salvador: Caderno de Saúde Pública da Universidade Federal da Bahia (UFBA), 1998.

MACEDO, A. C. et al. **Violência e desigualdade social**: mortalidade por homicídios e condições de vida em Salvador – Bahia. Salvador: Caderno de Saúde Pública da Universidade Federal da Bahia (UFBA), 2001.

MARICATO, E. **Metrópole na periferia do capitalismo**: liberdade, desigualdade e violência. São Paulo: Hucitec, 1996. (Série Estudos Urbanos).

MARTINS, J. de S. **A sociedade vista do abismo**: novos estudos sobre exclusão, pobreza e classes sociais. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

\_\_\_\_\_. As Temporalidades da história na dialética de Lefebvre. IN: MARTINS, J.S. **Henri Lefebvre e o retorno à dialética**. São Paulo: HUCITEC, 1997.

MINISTÉRIO DA SAÚDE: Indicadores e Dados Básicos: Indicadores de mortalidade. Brasília, DF, 2006. Disponível em: < <http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/iddb2006/matriz.htm> > Acesso em: 17 dez. 2007.

MIRABETE, J. F. **Manual de direito penal**. 18. ed., São Paulo: Atlas, v. II, 2001.

\_\_\_\_\_. **Código Penal Interpretado**. São Paulo: Atlas, 1990.

OLIVEIRA, A.L.R. **Violence in the Capital of Brazil**: An Analysis based on the Economic Model of Crime. Brasília: Universidade de Brasília, 2003. Texto 295.

PINKER, S. **Tábula Rasa**: a Negação Contemporânea da Natureza Humana. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

PARKER, R. N. **Poverty, subculture of violence, and type of homicide: social forces**. Vol. 67, n. 04, North Carolina: University of North Carolina Press, 1989.

**Prefeitura Municipal de Itabuna**. Projeto Viva Maria. Itabuna, 2008. Disponível em: < [http://www.itabuna.ba.gov.br/template\\_news.php?id](http://www.itabuna.ba.gov.br/template_news.php?id) >. Acesso em: 17 dez. 2008.

RAFFESTIN, C. **Por uma Geografia do Poder**. São Paulo: Ática, 1993.

RAMOS, M.H.R. (Org.) **Metamorfoses sociais e políticas urbanas**. Rio de Janeiro. DP&A, 2002.

ROCHA, L.B. **A região cacaujeira da Bahia: uma abordagem fenomenológica**. 2006. 273 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal de Sergipe, Aracaju, 2006.

RODRIGUES, A. M. Geografia e violência. In: PONTUSCHKA, N. N.; OLIVEIRA, A. U. de. (Orgs.). **Geografia em perspectiva: ensino e pesquisa**. São Paulo: Contexto, 2002. p. 77-86.

ROUSSEAU, J.J. **Do contrato social**. 2 ed. São Paulo: Abril Cultural (Col. Os Pensadores), 1978.

RUBIN, D. S. **Janelas quebradas, tolerância zero e criminalidade**. Teresina: Jus Navigandi, ano 7, n. 62, fev. 2003. Disponível em: <<http://jus2.uol.com.br/doutrina/texto.asp?id=3730>>. Acesso em: 10 fev. 2009.

SANTOS, M. A totalidade do diabo: como as formas geográficas difundem o capital e mudam estruturas sociais. In: **Economia Espacial: Críticas e Alternativas**. São Paulo: EDUSP, 2003.

\_\_\_\_\_. **O espaço do cidadão**. 4. ed. São Paulo: Nobel, 1998. (Coleção Espaços).

SANTOS, M.; CARLOS, A. F. A. (Orgs). **Ensaio de Geografia contemporânea**. Obra revisada. São Paulo: Hucitec, 1996.

\_\_\_\_\_. **Metamorfoses do Espaço habitado**. 5 ed. São Paulo: Hucitec, 1997.

SANTOS, M. **A urbanização brasileira**. 3. ed. São Paulo: Hucitec, 1996.

\_\_\_\_\_. **Manual de Geografia Urbana**. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 1989.

\_\_\_\_\_. **Zona do Cacau: Introdução ao Estudo Geográfico**. Salvador: Artes Gráficas, 1955.

SCARLATO, F. C. Urbanização. In: ROSS, J. L. S. (Org.) **Geografia do Brasil**. São Paulo: Edusp, 1995.

**SECRETARIA NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA - SENASP**. Mapa da Violência 2004-2005: Crimes violentos Letais e Intencionais. Brasília, DF, 2006.

SILVA, J. S. Redes sociopedagógicas: uma resposta às violências urbanas. In: PONTUSCHKA, N. N.; OLIVEIRA, A. U. de. (Orgs.). **Geografia em perspectiva: ensino e pesquisa**. São Paulo: Contexto, 2002. p. 87-95.

SILVA, K.A. **Tipologia dos Homicídios Consumados e Tentados: uma análise sociológica das denúncias oferecidas pelo Ministério Público de Minas Gerais, comarca de Belo Horizonte**. Dissertação de Mestrado. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, UFMG. Belo Horizonte, 2006.

SILVEIRA, A.K. **Itabuna, minha terra!** Itabuna: Do Autor-Bahia, 2002.

SOUZA, M. L. de. **Fobópole: O medo generalizado e a militarização da questão urbana**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.

\_\_\_\_\_. **Problemas urbanos e conflitos sociais.** In: ABC do Desenvolvimento. 2 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

\_\_\_\_\_. O território: sobre espaço e poder. Autonomia e desenvolvimento. In CASTRO, I. E. de; GOMES, P. C. da C.; CORRÊA, R. L. (Orgs.). **Geografia: conceitos e temas.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001, p.77-116.

\_\_\_\_\_. **O desafio metropolitano: um estudo sobre a problemática socioespacial nas metrópoles brasileiras.** Rio de Janeiro: Bertand Brasil, 2000.

SPOSITO, M. E. **Capitalismo e urbanização.** São Paulo: Contexto, 1997.

\_\_\_\_\_. As drogas e a “Questão Urbana” no Brasil: a dinâmica socioespacial nas cidades brasileiras sob a influência do tráfico de tóxicos. In: CASTRO, I. E.; GOMES, P. C. da C. (Org.). **Questões atuais da reorganização do território.** Rio de Janeiro. Bertrand Brasil, 1996. p. 419-465.

**SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA – SEI.** Classificação dos Municípios Baianos: Informações Básicas, v.2, 2005. – Salvador, 2005.

VIEIRA, S.; HOFFMANN, R. **Elementos de estatística.** São Paulo: Atlas, 1988.

**World Health Organization.** World Report on violence and health. Geneva: 2002.

Disponível em: <<http://www.who.int/publications/en>>

Acesso em: 17 dez. 2007.

WASELFISZ, J. J. **Mapa da violência IV: os jovens do Brasil, juventude, violência e cidadania.** Brasília: UNESCO/Instituto Ayrton Sena, 2005.

WEBER, M. **Sociologia.** São Paulo: Ed. Atlas, 1979.

WILLIAMS, K. R.; FLEWELLING, R. L. **The social production of criminal homicide: A comparative study of disaggregated rates in American cities.** New York: American Sociological Review, vol. 53, n. 03, 1988.

ZALUAR, A. A globalização do crime e os limites da explicação local. In: VELHO, G.; ALVITO, M. (Orgs). **Cidadania e violência.** FGV/UFRJ. Rio de Janeiro, 1996.

\_\_\_\_\_. (org). **Drogas e cidadania: repressão ou redução de riscos.** São Paulo: Brasiliense, 1999.

\_\_\_\_\_. **Integração perversa: pobreza e tráfico de drogas.** Rio de Janeiro: Fundação Getulio Vargas, 2004.

ZORZETTO, R. **O lado oculto da violência: uma em cada dez vítimas de assalto, seqüestro ou outras formas de agressão desenvolve estresse pós-traumático.** 150 ed. Revista de Pesquisa FAPESP. São Paulo, ago 2008.